



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB**  
**FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP**  
**BACHARELADO EM GESTÃO AMBIENTAL**

**STÉFANNY JESUS DE SOUZA**

**AGROBIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA – UMA  
REVISÃO INTEGRATIVA**

**PLANALTINA – DF**

**2025**

**STÉFANNY JESUS DE SOUZA**

**AGROBIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA – UMA  
REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Orientadora: Dra. Elizabeth Maria Mamede da Costa

**PLANALTINA – DF**

**2025**

Souza, Stéfanny Jesus de

Agrobiodiversidade no território quilombola Kalunga – uma revisão integrativa/ Stéfanny Jesus de Souza. Planaltina – DF, 2025. 116 f.

Monografia – Faculdade UnB Planaltina. Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientadora: Elizabeth Maria Mamede da Costa

1. Quilombo Kalunga. 2. Diversidade Agrícola. 3. Agroecologia. 4. Biodiversidade.

**STÉFANNY JESUS DE SOUZA**

**AGROBIODIVERSIDADE NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA  
KALUNGA – UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

**Banca Examinadora:**



Prof. Dra. Elizabeth Maria Mamede da Costa (FUP/UnB) – Orientadora



Prof. Dra. Janaina Deane de Abreu Sá Diniz (FUP/UnB) – Examinadora

---

Prof. Dr. Luis Antônio Pasquetti (FUP/UnB) – Examinador

Planaltina-DF, 21 de fevereiro de 2025.

*Dedico esse trabalho a minha vó, Dona Maria, também conhecida como Bibiu. Mulher baiana, uma excelente cozinheira e conhecedora das plantas. Mulher tradicional pelos seus saberes de infância, sabe como se levanta uma casa de adobe e qual o melhor remédio natural para as diferentes dores. Uma mulher muito forte, mãe solteira de 6 filhos e que já exerceu muitas profissões. Uma mulher sábia e de muitos sonhos, como voltar a morar na roça. Sabedoria que não se compra e não se tem só com estudos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Faculdade UnB Planaltina - FUP e toda a comunidade pelos ensinamentos e vivências. A universidade me trouxe a oportunidade da mudança, de minha pessoa, dos meus conhecimentos sobre a vida e o meio ambiente, e principalmente pela transformação de ideias que fortalecem a minha própria identidade.

Agradeço o amor e a paciência do meu companheiro, Ygor Rodrigues, pelo apoio, ensinamentos e conversas sobre a academia, gestão e ciência ambiental. Obrigada por ser esse professor de vida incrível e por fazer eu me sentir a mulher mais amada desse Brasil.

Agradeço minha mãe, Alessandra Jesus, pela oportunidade de realizar esse sonho da faculdade. E minhas amigas Gabrielle Vaz e Beatriz Motta, pelas trocas da caminhada, aprendizagem coletiva e cumplicidade.

Também agradeço a minha orientadora Bethinha, por me ensinar sobre pesquisa, ensino e extensão, pois sempre esteve comigo nessas atividades. Também pela paciência e companheirismo por meu processo de ensino.

Agradeço também ao povo Kalunga por me ensinar sobre resistência, resiliência e conservação ambiental do bioma Cerrado. Obrigada Cecília Fernandes, pela grande ajuda nessa pesquisa. Sou muito sortuda de ter conhecido e feito amizade com pessoas incríveis, muito obrigada Eliene Moreira, Irene Moreira, Romes Rosa e Edivan Moreira pelas conversas e vivências!

Novamente eu agradeço a FUP por me presentear com pessoas maravilhosas que participam da minha vivência estudantil e pessoal. Obrigada seu Brandão pelas conversas e pela visão de um mundo melhor e bem mais leve.

## RESUMO

A biodiversidade do Cerrado e as comunidades tradicionais estão seriamente ameaçadas pelos avanços da indústria agropecuária, grilagem de terras e ausência de infraestruturas básicas. Este trabalho, baseado em 30 estudos (2003-2023), revelou 794 nomes populares de plantas associados a 473 espécies com nomes científicos em territórios Kalunga (GO/TO), onde práticas agroecológicas sustentam 38 variedades de mandioca e 22 de arroz, essenciais para a segurança e soberania alimentar. Sistemas como quintais e capoeiras preservam 317 espécies medicinais e 199 alimentícias, com destaque para Fabaceae, Asteraceae e Arecaceae. Contudo, comunidades como Forno e Fazenda Barra carecem de pesquisas, enquanto a pressão por sementes transgênicas e a falta de titulação territorial ampliam vulnerabilidades. A valorização de produtos como óleos de pequi e buriti, aliada a políticas públicas inclusivas, emerge como caminho para fortalecer a sociobiodiversidade local e a conservação do Cerrado, garantindo a herança ancestral Kalunga para as futuras gerações.

**Palavras-chave:** Quilombo Kalunga. Diversidade Agrícola. Agroecologia. Biodiversidade.

## ABSTRACT

The Cerrado's biodiversity and traditional communities are seriously threatened by the advances of the agricultural industry, land grabbing and the lack of basic infrastructure. This work, based on 30 studies (2003-2023), revealed 794 popular plant names associated with 473 species with scientific names in Kalunga territories (GO/TO), where agro-ecological practices sustain 38 varieties of cassava and 22 of rice, essential for food security and sovereignty. Systems such as backyards and capoeiras preserve 317 medicinal and 199 food species, especially Fabaceae, Asteraceae and Arecaceae. However, communities like Forno and Fazenda Barra lack research, while the pressure for transgenic seeds and the lack of land titles increase vulnerabilities. The valorization of products such as pequi and buriti oils, together with inclusive public policies, is emerging as a way to strengthen local socio-biodiversity and the conservation of the Cerrado, guaranteeing the ancestral Kalunga heritage for future generations.

**Keywords:** Quilombo Kalunga. Farming Diversity. Agroecology. Biodiversity.

## **LISTA DE SIGLAS**

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ANA – Agência Nacional de Águas

APP – Área de Preservação Permanente

AQK – Associação Quilombo Kalunga

AKCE – Associação Kalunga Comunitária Engenho II

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SHPCK – Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (GO)

TQK – Território Quilombola Kalunga (GO e TO)

## SUMÁRIO

RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	7
LISTA DE SIGLAS .....	8
1. INTRODUÇÃO .....	10
1.1. OBJETIVO GERAL .....	11
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	13
2.1 História Ambiental e Territorial dos Quilombos no Cerrado .....	13
2.2. Base Legal dos Territórios Quilombolas.....	15
2.3. A Conservação do Bioma Cerrado por Comunidades Tradicionais .....	20
2.4. Conceitos e Desafios da Agrobiodiversidade Brasileira .....	24
3. METODOLOGIA .....	29
3.1. Área de estudo.....	29
3.2. Revisão Integrativa da Literatura .....	30
3.2.1. Critérios de inclusão .....	31
3.2.2. Estratégias de busca .....	31
3.2.3. Processo de leitura .....	32
3.2.4. Número de documentos selecionados em forma de fluxo .....	32
3.2.5. Análise dos dados qualiquantitativos coletados.....	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	36
4.1. Levantamento das Produções Acadêmicas .....	36
4.2. Gestão Socioambiental e a Agroecologia.....	48
4.3. Agricultura Tradicional Kalunga .....	57
4.4. Diversidade Agrícola.....	61
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	80
6. REFERÊNCIAS .....	84
7. APÊNDICES .....	92

## 1. INTRODUÇÃO

A preservação do bioma Cerrado e dos serviços ecossistêmicos são urgências que requerem conhecimentos e práticas inspiradas nas tradições dos povos tradicionais, e que têm sido vivenciadas ao longo de séculos. A interação com a diversidade de espécies, sejam elas nativas ou introduzidas, cria um ambiente propício para a domesticação e seleção de variedades, a partir do interesse comunitário e cultural (Almeida, 2003; Almeida, 2010).

A ameaça à agrobiodiversidade no Brasil e no mundo é resultado da intensificação de uma agricultura industrial caracterizada pelo uso de maquinários, e biocidas que perturbam diversas espécies e sistemas ambientais. A utilização da adubação química e modificações genéticas em espécies introduzidas nas áreas agrícolas convencionais, são parte do pacote tecnológico desse tipo de produção. Além dos impactos diretos, o agronegócio é responsável por gerar poluição que se espalha amplamente entre diferentes compartimentos ambientais, devido à pressão econômica em maximizar as plantações em monocultivos. Outros impactos ambientais são desencadeados nesse ciclo de produção, como o desmatamento, perda de habitat, redução da fertilidade e estrutura dos solos, fragmentação da vegetação nativa, erosão genética, entre outros (Odum, 2001).

O desafio econômico persiste em valorizar as espécies nativas do país, uma vez que as potencialidades e a diversidade biológica dos trópicos ainda não são plenamente utilizadas nos comércios ou consideradas atrativas para os mercados internacionais. Pelo menos 75% da nutrição humana é representada por menos de sete espécies, incluindo o trigo, arroz, milho, batata, mandioca, batata-doce e cevada. No Brasil a cana-de-açúcar, café, arroz, trigo, milho e soja são as espécies predominantes, com origens que remontam a diferentes regiões do globo (Castro, 2020).

A prática da agricultura natural é considerada uma alternativa fundamentada no respeito ao meio ambiente, preservação das funções e sucessões ecológicas, ao ciclo de vida e as estações de cada planta. Preservar a biodiversidade local é essencial para a segurança alimentar, pois a resistência do agroecossistema é decisivo para a produção diversificada de espécies e garantia de alimentos. Neste sentido o uso sustentável dos sistemas agrícolas tradicionais é fundamental para manter a capacidade de resposta às mudanças climáticas e aos estresses bióticos ou abióticos (Machado, 2011).

No território quilombola Kalunga, as tradições são transmitidas oralmente entre as gerações, e as práticas agrícolas sofrem influências por perdas de valores sociais, culturais e redução da diversidade local. Conhecer as questões como a saída dos jovens do meio rural, a renda das famílias e o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, desempenham um marco importante nos desafios para a segurança alimentar do povo Kalunga (Fernandes, 2019; Ungarelli, 2007). O conhecimento tradicional local preserva diversas estratégias de conservação ambiental, visando à qualidade dos alimentos plantados e suas características únicas, como cor, sabor, cheiro, tamanho e valor nutricional (Primavesi, 2016).

As perguntas principais que nortearam esse trabalho foram: Qual a produção acadêmica sobre a agrobiodiversidade no território quilombola Kalunga, situado no Goiás e no Tocantins? Como se caracteriza esta produção? Quais regiões do território estão recebendo maiores pesquisas? Onde se concentram? Quais metodologias utilizadas e resultados obtidos? Quais espécies são frequentemente citadas nesses trabalhos? A revisão tem como premissa integrar o saber desse povo sobre as variedades que são crioulas e nativas, e contribuir para os estudos da agricultura natural em áreas tropicais.

Compreendendo os desafios de levantar a diversidade agrícola no quilombo Kalunga, devido à sua extensa região e dificuldades de acessos que demanda diversos recursos, a revisão pode preencher algumas lacunas desse conhecimento e propiciar novos debates da divisão territorial, estadual e das pesquisas sobre a diversidade biológica das espécies domesticadas e de interesse agroextrativista, comercial e alimentar das comunidades locais.

## **1.1. OBJETIVO GERAL**

Realizar revisão integrativa da literatura sobre a agrobiodiversidade e as práticas agrícolas que ocorrem no território Kalunga, considerando os aspectos socioambientais.

## **1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- i. Levantar as instituições responsáveis pelos trabalhos acadêmicos e os anos de publicação;
- ii. Identificar o contexto das pesquisas sobre a agrobiodiversidade e as práticas agrícolas exercidas no território; e

- iii. Analisar a diversidade de espécies alimentícias e medicinais, nativas e introduzidas, seus usos, agroecossistemas manejados e as variedades nas regiões pesquisadas;

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 HISTÓRIA AMBIENTAL E TERRITORIAL DOS QUILOMBOS NO CERRADO**

O bioma Cerrado foi ocupado há cerca de 11 mil anos por diversas etnias indígenas (Bertran, 1995). Esses povos originários foram escravizados por todo o período colonial e a intenção dos genocidas era explorar o trabalho e seus conhecimentos sobre agricultura, nas monoculturas de cana de açúcar. As commodities foram responsáveis por gerar riquezas à coroa portuguesa, pois não foi encontrado ouro nesse primeiro momento de invasão territorial (Bolognesi, 2018a; Krenak, 2017).

A coroa portuguesa desapropriou as terras e dizimou vários povos que aqui habitavam. Também tentaram transformá-los em pessoas sem identidade cultural, negando seus nomes, suas cosmovisões e suas línguas, tudo em nome de salvar suas almas. A monarquia criou legislações que legitimaram a escravização dos indígenas e criou até mesmo um mito da descoberta. O historiador Ailton Krenak, em entrevista ao primeiro capítulo do documentário "Guerras do Brasil" aborda que a conquista do território aconteceu por trocas e dominação, envolvendo mão de obra escrava, produtos florestais e tráfico de animais como apropriação biológica (Bolognesi, 2018a; Krenak, 2017).

O Brasil possui dimensões continentais e isso dificultou, em certa parte, as estratégias de dominação do invasor, pois necessitavam de muita mão de obra para ocupar as regiões e produzir nas grandes fazendas. A utilização de mão de obra indígena capturada e mantida, sob a justificativa da conversão ao catolicismo e catequização não surtiu o resultado esperado. As frequentes fugas dos indígenas e a resistência à catequização levou os padres a pressionarem a coroa para sessar as perseguições, como consequência teve-se a redução da força de trabalho o que motivou a adoção do modelo de exploração de mão de obra dos povos do continente africano, seguindo exemplo de outros países colonialistas europeus, como a França, Espanha, Inglaterra, Dinamarca e Holanda (Bolognesi, 2018b).

Assim a coroa de Portugal trouxe ao país cerca de 12 milhões de negros em 300 e 350 anos de exploração e comércio, e elas eram de etnias diferentes, possuíam diversas culturas e organizações. No início do século XVII os negros passaram a ser a maior parte da mão de obra forçada no país. Ocorreram muitas expedições no Planalto Central à procura de ouro, pedras

preciosas e, principalmente, para o sequestro de mais indígenas, além das buscas daqueles fugidos (Bertran, 1995; Bolognesi, 2018b; Brasil, 2001).

A busca por indígenas e minerais valiosos nas minas do rio Tocantins, instaladas em 1630, e dos Goias no séc. XVIII trouxe os bandeirantes e os diversos descendentes dos grupos étnicos africanos que foram sequestrados e explorados nos garimpos. A mineração do ouro de aluvião ou depósito aluvial, que é um processo geológico em que o ouro é mobilizado, trouxe mais interesse econômico à região, o que aumentou a migração de pessoas e logo foram se formando os arraiais e vilas, mas não duraram muito tempo. Os cascalhos eram quebrados, lavados e amontoados, e isso era feito por mão de obra escrava predominantemente negra, assim, muito foi extraído de ouro em pó e esse ciclo rapidamente veio a declínio (Bertran, 1995; Brasil, 2001).

Os povoados e vilas surgiram ao redor das minas, nordeste goiano e sul do Tocantins, impulsionando o crescimento populacional e a organização social da região. A febre do ouro foi marcante nas localidades dos municípios de Arraias em 1740 (TO), com negros refugiados de São Paulo e da Bahia formando o arraial da Chapada dos Negros, depois nomeada arraial de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias. Paranã (TO), conhecida como província do Paranã em 1740 e em 1815 nomeada de vila. Em Cavalcante, (GO) fundada também em 1740, e Monte Alegre de Goiás (GO) em 1769, conhecida por arraial de Santo Antônio do Morro do Chapéu (Baiocchi, 1996; Bertran, 1995; Bolognesi, 2018b; Brasil, 2001).

A abolição da escravatura e declínio do ouro em Goiás, possibilitaram um novo arranjo de pessoas libertas, de cativos fugidos e seus descendentes. A criação de gado e as grandes fazendas de monoculturas vieram em seguida do rápido ciclo aurífero para essas regiões que já estavam sendo exploradas e apropriadas pelos grileiros paulistas. Os refúgios dos descendentes de povos africanos eram as áreas de difícil acesso, como os vãos ou pé dos morros e serras, próximos de rios e de matas, onde no cerrado possui uma cobertura de vegetação florestal maior. Essas localidades seriam seguras para começar uma organização social, pois estariam menos visíveis, enraizando assim suas vivências e memórias em quilombos (Brasil, 2001).

O movimento social da quilombagem torna possível uma nova organização de povos negros rurais, que buscaram suas liberdades bem distante do contexto colonizador, tendo assim, uma oportunidade de resgatar as cosmovisões passadas pelos seus ancestrais. Os povos que ali habitavam se ajudaram nas fugas e essas trocas culturais foram importantes para o povo

Kalunga aquilombar a região, como nas práticas agrícolas e da medicina tradicional das plantas do Cerrado. O ato de se aquilombar seria então a ressignificação da visão de mundo que foi perdida, devido a dominação e a imposição dos padrões e vivências dos colonizadores (Almeida, 2013; Chianca, 2010; Jatobá, 2002).

## **2.2. BASE LEGAL DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS**

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), foi instituída através do Decreto nº 6.040/2007. Tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável desses povos, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais e instrumento legal para garantir a participação e o protagonismo das comunidades tradicionais na gestão dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade, valorizando seus conhecimentos e contribuições para a conservação ambiental brasileira (Brasil, 2007).

Os quilombos no Brasil foram formados a partir da resistência dos povos escravizados ao sistema escravagista, buscando refúgio nas matas e lutando pela liberdade e pelo direito à existência. Portanto, é de extrema relevância para a proteção e promoção dos direitos das comunidades tradicionais, como os quilombolas do território Kalunga, reconhecendo sua importância na conservação do bioma Cerrado, das águas e na garantia do funcionamento de seus serviços ecossistêmicos. Os povos tradicionais do Cerrado mantêm vivências ancestrais que preservam a qualidade dos bens naturais devido ao baixo impacto de suas práticas agrícolas, fundamentais para o sustento familiar e comunitário (Bertran, 1995; Brasil, 2001).

A primeira titulação coletiva de terras ocorreu em 1985, e entre 1978 e 1990, a região do território Kalunga foi marcada pela invasão de ruralistas e grileiros, gerando intensos conflitos e despejos coletivos (Almeida, 2010; Baiocchi, 1996). Esses conflitos levaram as comunidades a moverem suas áreas de cultivo para locais mais seguros, mas menos férteis. A apropriação do território do Engenho II começou gradualmente após os grileiros registrarem a documentação necessária no cartório local. Os fazendeiros começaram a cercar a área, expulsar os moradores, destruir as roças, impedir o acesso e criar gado, exacerbando o conflito agrário. Nos anos 1980, a grilagem de terras, incluindo fazendas como a Fazenda Paciência, foi favorecida pela oferta de dinheiro para aquisição de áreas mais planas dentro do Sítio Histórico (Velloso, 2007).

O projeto “Kalunga: Povo da Terra”, coordenado pela antropóloga Mari Baiocchi, contribuiu para a segurança jurídica do território, demarcando a área pertencente à comunidade tradicional em Goiás (Baiocchi, 1999 *apud* Velloso, 2007). A representação formal dos Kalunga como detentores de um patrimônio cultural e histórico se manifesta através da designação oficial de suas terras como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural. No entanto, para os próprios Kalunga, o conceito de patrimônio está intrinsecamente ligado à posse das terras. Com a formalização de sua identidade em 21 de janeiro de 1991, a Lei Estadual Nº. 11.409/91, eles passaram a buscar reconhecimento e apoio em nível nacional. Em 1996, por lei estadual o governo do estado de Goiás já reconhece os Kalunga como comunidade quilombola (Almeida, 2010).

Esse reconhecimento foi parcialmente alcançado por meio da Fundação Cultural Palmares, que, através da Lei 4.887 de 20 de novembro de 2003, concedeu o Título de Reconhecimento de Domínio sobre uma área de 253,2 hectares pertencente às Comunidades Remanescentes de Quilombo de Kalunga. Um marco significativo ocorreu em 20 de novembro de 2009, Dia Nacional da Consciência Negra, quando foram assinados 30 decretos pelo Presidente da República, destinados à regularização de territórios quilombolas, totalizando 335 mil hectares distribuídos por 14 estados. Dentre essas áreas, 261.999 hectares foram designados aos Kalunga, oficialmente reconhecidos como "Território Quilombola Kalunga" (Almeida, 2003; Almeida, 2010).

Este evento foi um passo importante no processo de reconhecimento e consolidação dos direitos territoriais do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK). O tombamento da região como Patrimônio Cultural Kalunga no estado de Goiás baseou-se na relação da população com a terra e no processo histórico de ocupação, embora a delimitação tenha deixado parte do território étnico de fora, vulnerabilizando os habitantes do entorno dessa demarcação (Velloso, 2007).

Antes da divisão estadual que criou o Tocantins em 1988, a cultura socioespacial do coletivo Kalunga era integrada geograficamente. O povo Kalunga também utiliza as margens do rio Paranã e as terras próximas na parte sudeste do Tocantins, ligando sua história e memórias às famílias que vivem do outro lado do rio, em Goiás (Oliveira, 2007). Segundo Fernandes (2019, p. 55), é necessário “retratar as dinâmicas da comunidade como um todo, diminuindo a fragmentação existente nos trabalhos anteriores” e reivindicar também a titulação coletiva no território do Mimoso, no Tocantins.

O reconhecimento e demarcação da comunidade quilombola Kalunga do Mimoso, nos municípios de Arraias e Paranã, com 57.465 hectares, só foi possível após a publicação do decreto nº 4.887 de 2003. O Decreto 4887/2003 estabelece os procedimentos administrativos específicos para concretizar o que o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADC) prevê, em conformidade com a Lei 9784/99, que trata do processo administrativo no âmbito federal, e a Convenção 169 da OIT, que assegura procedimentos adequados para solucionar reivindicações de terras pelos povos interessados (Almeida, 2010; 2013).

O reconhecimento da categoria “remanescente de quilombos” pela Fundação Cultural Palmares, na comunidade Kalunga do Mimoso, ocorreu em 2005. A delimitação pelo INCRA foi publicada no Diário Oficial da União em 2006. Em 2007, o presidente do INCRA publicou a portaria nº 253, que aprova o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), reconhecendo a comunidade remanescente no Tocantins. Em 16 de dezembro de 2010, o decreto de desapropriação do território foi publicado no Diário Oficial da União. Segundo dados do INCRA, apenas 10% do território do SHPCK em Goiás possui título de domínio comunitário e as comunidades em Tocantins ainda não possuem áreas tituladas (Tabela 01).

**Tabela 01: Andamento dos processos de regularização quilombola Kalunga.**

<i>Território Quilombola</i>	<i>Área/ha</i>	<i>Famílias</i>	<i>Editais RTID no DOU</i>	<i>Portaria no DOU</i>	<i>Decreto no DOU</i>	<i>Ano do Título</i>
<i>Kalunga (GO)</i>	<i>261.999</i>	<i>888</i>	<i>Não precisa</i>	<i>Não precisa</i>	<i>23/11/2009</i>	<i>20/11/2015, 24/05/2018, 31/08/2022</i>
<i>Kalunga do Mimoso (TO)</i>	<i>57.465</i>	<i>250</i>	<i>20 e 21/11/06</i>	<i>DOU 218/10/2007</i>	<i>16/12/2010</i>	

Fonte: INCRA-DFQ, 2023.

Segundo os dados divulgados pelo INCRA, o território Kalunga em Goiás possui 54 comunidades, sendo elas: Areia, Barra, Barrinha, Boa Esperança, Boa Sorte, Bom Jardim, Bonito, Buriti, Buriti Velho, Buritinho, Calda, Capela, Capim Puro, Capivara, Carolina, Coco, Congonha, Contenda, Córrego da Ser, Córrego Fundo I e II, Curriola, Diadema, Ema, Engenho II, Faina, Fazendinha, Gameleira, Gonçalves, Vão das Almas, Jurema, Lagoa, Limoeiro, Maiadinha, Paiol da Roda, Parida, Pé de Morro, Pedra Preta, Prata, Redenção, Riachão,

Ribeirão, Salinas, São Pedro, Sucuri, Suçuarana, Taboca, Terra Vermelha, Tinguizal, Ursa, Vargem Grande, Vasantão e Volta do Canto.

A localidade Vão do Moleque não apareceu nessa lista publicada pelo Instituto Nacional, mas são relatadas por Fernandes (2019) e Costa (2013) como uma das três macrorregiões do Sítio Histórico. Através do levantamento falado os autores também trazem o Vão de Almas, Engenho e Mimoso, além das micro localidades nessas regiões centrais.

A comunidade Kalunga do Mimoso possui 13 povoados: Curral Velho, Esperança, Mimoso, Santa Rita, Forte, Areião, Aparecida, Santa Maria, Matas, Ponta da Ilha, Belém, Crispiano e Albino. Próximo dos rios Paranã e Bezerra, segundo Oliveira (2007). A região do Mimoso é acessível pelo estado do Tocantins e pelo rio Paranã a partir do Vão do Moleque (Fernandes, 2019; Oliveira, 2007).

A região Vão de Almas é a maior, também é a que mais possui limites geográficos e microrregiões. Uma das principais necessidades que as comunidades relatam são a respeito ao acesso e necessidades de obras sobre os rios. O Vão do Moleque é a menos acessível das três regiões goianas, com as estradas mais precárias no período das chuvas.

Nessas comunidades quilombolas do Goiás vivem pelo menos cerca de 888 famílias e 3.602 pessoas, sendo 3.528 quilombolas. A parte do território Kalunga do Mimoso em Tocantins, possui cerca de 250 famílias e segundo IBGE, 379 pessoas, sendo 361 autodeclarados quilombolas (Censo, 2022). Os processos de regularização e titulação em abertos podem ser consultados através das planilhas divulgadas sobre o andamento deles e pelos números de cada processo dos territórios: Kalunga do Mimoso (TO) – Nº 54400.001104/2005-71 pela Superintendência Regional do INCRA no Tocantins, e Kalunga (GO) – Nº 54700.000189/2004-12 pela Superintendência Regional do Distrito Federal.

Através dos dispositivos legais, que são respaldados pela Constituição Federal de 1988, os territórios e comunidade reconhecidos podem estabelecer juridicamente suas demandas e organizar a coletividade para os novos desafios culturais e ambientais. O artigo 68 do Ato das Disposições da Constituição Transitória (ADCT) da Constituição “assegura aos remanescentes de quilombo a propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas” (Brasil, 1988; Santos, V., 2015, p. 86). Também vale ressaltar que a Convenção 169 (1989) que trata do conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”, reconhece como critério fundamental a auto

identificação coletiva e reforça a lógica de atuação dos movimentos sociais relacionados à identidade étnica (Ribeiro, 2017 *apud* Moraes, 2021, p. 15).

A especulação imobiliária sobre a Chapada dos Veadeiros, a grilagem de terras, o turismo predatório e todas as trocas socioculturais que veem acontecendo na alimentação, por exemplo nas festividades dos Kalungas, podem influenciar diretamente nas vivências do povo, nos modos de produção, comercialização, preservação e geração de renda (Fernandes, 2014, 2019; Silva, 2015; Velloso, 2007). Assim, a Associação Quilombo Kalunga, participa integralmente do processo de organização e gestão desses novos marcos no território comunitário, agindo pelo bem comum de todos que possuem seus direitos pela terra tradicionalmente ocupada.

A organização social do povo Kalunga é muito fortalecida pelos representantes e líderes comunitários de cada povoado. Sendo agentes sociais que criam espaços de diálogos políticos e levantamento de demandas locais, tanto sobre infraestrutura, quanto em forma de organização cultural das festas. E a educação popular nas universidades públicas também desencadeiam um processo de luta e valorização dos saberes tradicionais. Onde há um retorno do ensino da ciência para combinar com o ensino oral e biocultural quilombola (Costa, 2013; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silva, 2013;).

As famílias Kalungas finalizaram o século XX sofrendo com as alterações produtivas impostas pelos grileiros e pela condição irregular de suas terras, mas adentraram o século XXI com o título de Território Quilombola e a criação do Sítio Histórico e Cultural Kalunga. Junto do reconhecimento vieram também as políticas públicas específicas, que visavam superar a situação de vulnerabilidade a qual essa comunidade havia sido exposta. Dessa forma, iniciaram-se os programas assistenciais, como o de transferência condicionada de renda e o de distribuição de cestas básicas (Fernandes, 2014, p. 129).

O reconhecimento legal dos territórios quilombolas representa um passo crucial para a garantia dos direitos dessas comunidades e para a valorização de suas culturas. A comunidade Kalunga, em particular, destaca-se por sua contribuição à preservação dos seus saberes e fazeres e do bioma Cerrado, um dos ecossistemas mais ricos e ameaçados do Brasil, através das práticas ancestrais e conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente (Rosa R., 2015; Sousa, 2017).

A relação intrínseca entre os sistemas culturais dos quilombolas e a conservação demonstra a importância dos serviços ambientais da ecologia histórica e regional para a proteção e sustentabilidade desse bioma. A análise do uso e cobertura do solo, a qualidade dos

recursos naturais e a gestão da sociobiodiversidade permite compreender o trabalho positivo das comunidades do campo na manutenção e funcionamento de seus ecossistemas.

### **2.3. A CONSERVAÇÃO DO BIOMA CERRADO POR COMUNIDADES TRADICIONAIS**

A relação comunitária e ambiental dos povos tradicionais salva a biodiversidade do Cerrado do ecocídio moderno, a partir de suas práticas culturais e econômicas. Os conhecimentos tradicionais passados de geração sobre o manejo sustentável dos recursos naturais, deve integrar modelos de conservação na esfera nacional, como enfrentamento às mudanças climáticas. Garantir seus direitos territoriais e a sustentabilidade, conforme suas tradições socioculturais podem beneficiar toda uma estrutura da dinâmica ambiental.

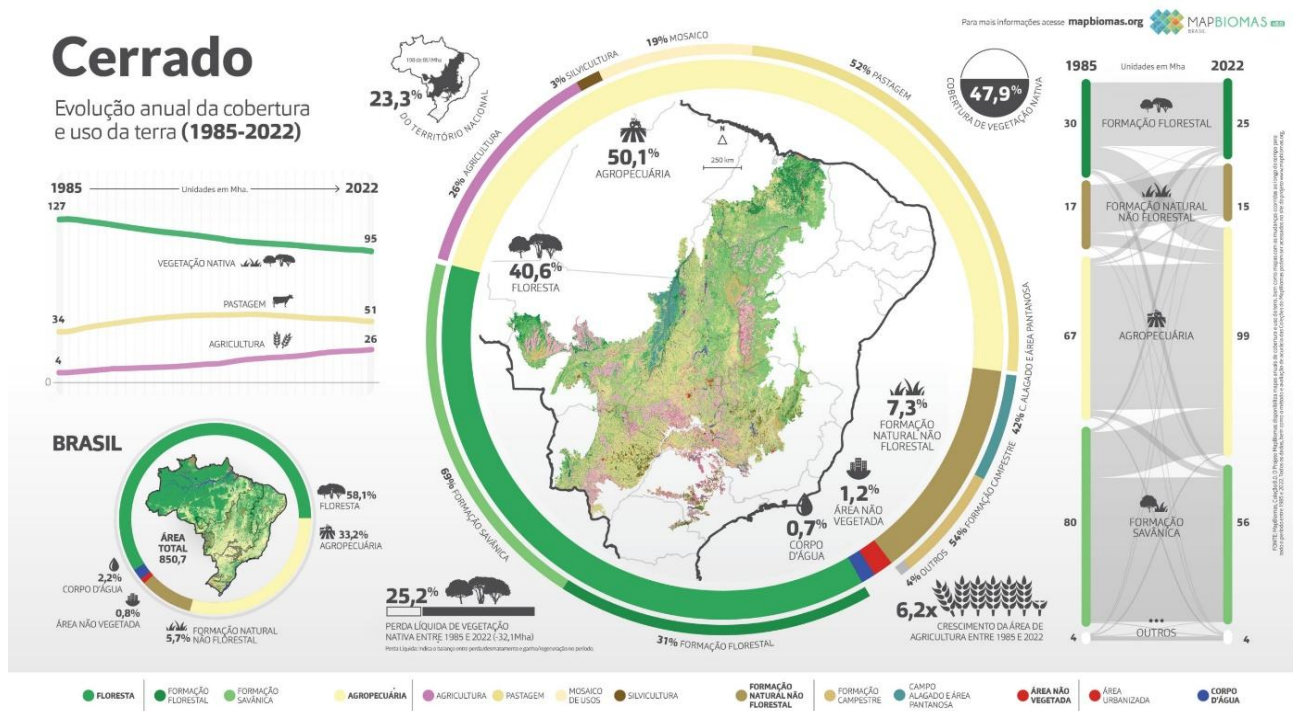
O bioma Cerrado é considerado a savana mais rica do mundo e um dos hotspots de biodiversidade. Abrigando 11.627 espécies de plantas nativas catalogadas, esta diversidade é acompanhada por uma significativa alternância de espécies entre as diferentes fitofisionomias. É composta por formação florestal (mata de galeria, ciliar e mata seca), savânica (cerrado típico, cerrado rupestre e vereda) e campestres (campo de murundus, campo sujo e campo limpo). E possui cerca de 199 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 1200 espécies de peixes, 180 espécies de répteis e 150 espécies de anfíbios, com altas taxas de endemismo entre anfíbios (28%) e répteis (17%). O Cerrado também é refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos (MMA, 2019).

A discussão global em torno da preservação ambiental em sistemas naturais ganha força no final da década de 60 e assim novas possibilidades de avanço, seja ele tecnológico ou social foram formuladas (Almeida, 2003). Socialmente, o Cerrado é vital para várias populações tradicionais, incluindo indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos e babaqueiras, que dependem de seus recursos naturais e detêm conhecimentos tradicionais sobre sua biodiversidade local. Mais de 220 espécies são usadas medicinalmente, cerca de 416 são úteis na recuperação de áreas e solos degradados. Frutos como Pequi, Buriti e Mangaba são consumidos localmente e comercializados nas cidades, ao natural ou como óleos, polpas, doces, sucos (MMA, 2019).

No entanto, muitas espécies do Cerrado estão ameaçadas de extinção. Estima-se que 20% das espécies nativas e endêmicas não ocorram mais em áreas protegidas e que pelo menos 137 espécies de animais estejam em risco. O bioma é o segundo mais alterado pelo homem no Brasil, após a Mata Atlântica, sofrendo intensa pressão da expansão agrícola e exploração de madeira para carvão. Apenas 8,21% do Cerrado é protegido por unidades de conservação, com 2,85% sob proteção integral e 5,36% de uso sustentável (ICMBIO, 2019).

Os dados do Mapbiomas revelam que cerca de 45,3% do Cerrado é destinado para a agropecuária, sendo a maior parte pastagem (52%), seguido da agricultura (28%) e silvicultura (4%). A área de floresta é de 44,7%, distribuído em cerca de 68% de formação savânica e 32% de formação florestal. As formações naturais não florestais representam 62% de formação campestre e 35% de campo alagado e área pantanosa.

**Figura 01: Infográfico do bioma Cerrado.**



Fonte: Mapbiomas.org

O país necessita discutir políticas e iniciativas que promovam a participação das comunidades tradicionais em programas de conservação do Cerrado, garantir a reforma agrária brasileira, além de incentivar o desenvolvimento e utilização de maquinários adequados à

produção e comercialização de produtos tradicionais da agricultura familiar, promovendo bem-estar e retorno social aos agricultores (Cunha, 2018; Sousa, 2022; Souza, 2018).

É um ato de revolução cultivar formas tradicionais de se fazer agricultura, sendo resistente ao sistema convencional e capitalista, altamente mecanizado e afastado de toda a harmonia entre o ser humano e a conservação da paisagem. Sistema o qual é distante de um ecocentrismo e de um pensamento mais ecológico, do ponto de vista inclusivo e comunitário (Cunha A., 2018; Krenak, 2017; Layrargues, 2021).

Os professores Kalunga sabem que a preservação dos saberes tradicionais do seu povo depende da forma pela qual a educação formal é passada para seus alunos. Uma educação popular, voltada para a realidade local e visão de mundo onde a preservação ambiental é prioridade para o núcleo familiar. Que se discutam temas importantes para a história regional e que sejam fortalecidos pelo calendário escolar, por exemplo, que sigam os meses de recesso conforme a demanda de plantio e colheita da comunidade. E que o sistema capitalista, expropriador do campo e da natureza não sejam reproduzidos como incentivo ao moderno (Cunha A., 2018; Santos, 2015; Soares, 2019).

A agricultura tradicional Kalunga é referência para áreas de Cerrado que necessitam de intervenção humana para recuperar a estabilidade ambiental ou frear os mecanismos degradantes. Principalmente pela tecnologia de rotatividade das áreas com consórcio, biodiversidade e variabilidade genética, colocando em debate os pensamentos e práticas da agroecologia nos trópicos pelos povos quilombolas. A cultura organizacional das práticas alimentares e manufatureiros servem como exemplo do modo de viver que está enraizado no pertencimento e na territorialidade pelo coletivo (Rosa R., 2016; Sousa, 2017).

O povo quilombola Kalunga no Goiás possui a maior extensão de território demarcado no país e foi reconhecido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente como o primeiro título do Brasil de Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais – TICCA (Maretti; Simões, 2020; Ramidoff, 2022). Esse reconhecimento internacional possibilita a visibilidade do serviço ecossistêmico prestado por esses agentes da conservação ambiental no bioma Cerrado. A cultura ecológica do povo Kalunga manteve o funcionamento dos sistemas ambientais, de tradição familiar e agroextrativista (Almeida, 2003; Ramidoff, 2022; Sousa, 2022).

A falta de órgãos do governo responsáveis por fiscalizar e garantir a proteção das terras tem aumentado a pressão exercida pelo agronegócio e pela mineração sobre as áreas ocupadas pelos Kalunga. Somado a isso, a falta de regularização das terras e a lentidão no processo de reintegração de posse têm contribuído para um cenário onde desmatamentos e grilagem de terras, resultantes da expansão de áreas dedicadas ao cultivo monocultor de soja e à criação de gado, se tornam constantes ameaças. Adicionalmente, o território Kalunga enfrenta a pressão de tentativas de instalar Pequenas Centrais Hidrelétricas na região, bem como o problema dos incêndios criminosos na vegetação local. (ICMBIO, 2019; Ferreira; Almeida, 2014).

Os quilombolas Kalunga também possuem roças de pasto, mas nem se comparam à escala que os grandes latifúndios estão acostumados. Essa é uma das mudanças culturais da prática de criar gado, visto que as roças são abertas para essa finalidade e que o tempo de descanso da terra é maior. Uma das principais preocupações dos próprios integrantes das comunidades é sobre o uso de agrotóxicos, a falta de mão de obra jovem nas roças e as perdas de variedades tradicionais devido ao aumento das temperaturas (Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Souza, 2018).

A pressão econômica sobre o meio ambiente fragmenta esses diferentes ecossistemas. O bioma Cerrado é um dos mais afetados pelo avanço da agropecuária brasileira, pois sem almejar qualidade e rentabilidade ao longo prazo, essa indústria impacta significativamente todo o funcionamento ecológico das paisagens e do ciclo hidrológico. O Cerrado abrange cerca de 23% do território nacional e nas últimas décadas teve suas fitofisnomias degradadas e alteradas rapidamente. Sistema pelo qual é alimentado pela lógica dos grandes latifúndios e da acumulação de bens, o que intensifica os problemas socioambientais (Fernandes, 2019; Santos, 2015).

Para entender esse ecocentrismo que impulsiona a vida, é necessário recorrer às histórias ancestrais e ao conhecimento tecnológico que está em constante evolução. A natureza é vista como um ser vivo e, por meio das contribuições das unidades familiares, que incluem cuidados e incentivos à regeneração, a conservação e a sustentabilidade são alcançadas no curto, médio e longo prazo na região central do Brasil. Contudo, enquanto a Reforma agrária não for implementada no Brasil, milhares de hectares continuarão a ser degradados. Dessa forma, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permanecerão como metas não atingidas, semelhantes àquelas estabelecidas no Relatório Brundtland, que serviu de base para a Conferência ECO-92.

## 2.4. CONCEITOS E DESAFIOS DA AGROBIODIVERSIDADE BRASILEIRA

O debate ambiental global sobre a biodiversidade cresceu com as convenções de Estocolmo e a ECO-92. A Conferência de Estocolmo na Suécia em 1972, originou proteger os recursos genéticos e a sustentabilidade ambiental. No final da década de 80 o conceito de biodiversidade foi criado, possibilitando entender a diversidade biológica em três níveis básicos, sendo eles: diversidade de espécies, diversidade genética e a diversidade ecológica (Primack; Rodrigues, 2001 *apud* Fernandes, 2019).

A ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, consolidou a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e ampliou debates globais sobre desenvolvimento sustentável. Destacando a discussão entre preservação ambiental (proteção integral de ecossistemas, sem intervenção humana) e conservação ambiental (uso sustentável de recursos, conciliando exploração e biodiversidade). Países em desenvolvimento defendiam a conservação aliada ao crescimento econômico, enquanto nações ricas priorizavam a preservação de biomas estratégicos. O evento estabeleceu metas como redução de emissões poluentes, combate à fome e promoção de equidade social, reforçando a justiça ambiental como base para políticas efetivas.

Esses debates iniciais da área ambiental geraram estudos da biologia da conservação, mas com um pensamento limitante, onde a natureza se distancia do ser humano. E os principais problemas da conservação são provenientes das esferas políticas, econômicas e sociais. Não é possível distanciar espécies da flora e fauna de seus respectivos domínios culturais. A sociobiodiversidade está relacionada com as práticas culturais que mantêm a existência de espécies da biodiversidade nos seus habitats. Assim como a agrobiodiversidade, que surge a partir da mesma lógica do envolvimento sociocultural, e das multidisciplinidades na conservação das paisagens naturais e de suas funções ecológicas (Diegues *et al.*, 1999).

A agrobiodiversidade está inserida no conceito mais amplo da biodiversidade. Esse conceito também é conhecido por diversidade agrícola e é importante ser estudada devido à intrínseca relação entre a humanidade e a agricultura. As relações socioambientais que cada cultura desenvolve ao longo do tempo contribui com a seleção, domesticação e as variedades de espécies da flora local (Santilli, 2009).

A conservação da agrobiodiversidade é fundamental para garantir a segurança alimentar, a adaptação às mudanças climáticas e a manutenção de recursos genéticos para a agricultura. Para isso, três estratégias de conservação são utilizadas: *in situ*, *ex situ* e *on-farm*. A conservação *in situ* ocorre no habitat natural das espécies, sejam elas selvagens ou variedades tradicionais mantidas em ecossistemas agrícolas. Essa abordagem preserva a interação dinâmica entre os organismos, o ambiente e processos evolutivos, como a seleção natural (Santilli, 2009; Sanches, 2019).

A conservação *ex situ* é feita fora do habitat natural, em bancos de genes e coleções botânicas, essencial para evitar a erosão genética. A conservação *on-farm* acontece nos agroecossistemas de agricultores, onde comunidades rurais cultivam e selecionam ativamente variedades tradicionais. Essa prática mantém a diversidade viva e adaptável, integrando conhecimento ancestral e necessidades locais (Santilli, 2009; Sanches, 2019).

A diversidade intraespecífica e a diversidade interespecífica são conceitos fundamentais para entender a variabilidade genética e ecológica das plantas. A diversidade intraespecífica refere-se à variação genética dentro de uma mesma espécie vegetal, como diferentes variedades de mandioca, milho ou arroz adaptadas a condições ambientais locais. Essa diversidade contribui para a adaptação das plantas a mudanças climáticas, doenças e para o desenvolvimento de cultivos mais resilientes.

Já a diversidade interespecífica representa a variedade de espécies vegetais diferentes em um ecossistema, como a coexistência de palmeiras, orquídeas e árvores nas matas. Essa diversidade sustenta ecossistemas saudáveis, promove serviços ambientais, como: polinização, fertilidade do solo, e garante recursos para a humanidade. Ambas são ameaçadas por monoculturas, desmatamento e mudanças climáticas, exigindo estratégias de conservação, como bancos de sementes e preservação de habitats, para proteger a variedade e a resiliência da vida vegetal.

A diversidade agrícola abrange todos os elementos da diversidade biológica relacionados à agricultura, essencial para os conhecimentos transmitidos por agricultores familiares e comunidades tradicionais. Apesar de sua importância, esse tema é pouco explorado nas políticas públicas, e requer iniciativas para sua preservação e valorização. No cenário internacional, a agrobiodiversidade ganha espaço nas políticas públicas iniciando-se com debates na ONU, especialmente na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Esses

debates reconhecem a preservação da diversidade biológica como fundamental para o desenvolvimento sustentável, abrindo caminho para discussões mais específicas sobre agrobiodiversidade em outros fóruns (Lima, 2020).

A agrobiodiversidade desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar, assegurando que as populações tenham acesso a uma alimentação variada, de qualidade e em quantidade suficiente (Cunha V., 2018; Fernandes, 2014; Sousa, 2017). De acordo com a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, promulgada em 15 de setembro de 2006 (Lei nº 11.346), o direito humano à alimentação adequada é uma prioridade nacional. A redução da diversidade agrícola pode levar ao empobrecimento das dietas alimentares, o que tem impactos negativos tanto para os produtores quanto para os consumidores locais. Portanto, estratégias eficazes de combate à fome e à miséria devem incluir práticas de conservação da agrobiodiversidade, visando promover um sistema agrícola mais sustentável (Fernandes, 2014; 2019).

A diversidade de plantas cultivadas atende a diversas necessidades locais, que vão além da alimentação, incluindo usos medicinais, tecnológicos e espirituais. Além disso, essa diversidade oferece várias vantagens ecológicas e agronômicas que contribuem para a estabilidade dos sistemas agrícolas locais. Entre esses benefícios, destacam-se: adaptação ecológica, pois as variedades locais estão altamente adaptadas aos ecossistemas regionais, apresentando maior resistência às variações climáticas características da região, como as secas prolongadas seguidas de períodos de chuvas intensas no Cerrado (Machado, 2011).

Possuem também maior eficiência nutricional, visto que as plantas locais utilizam melhor os nutrientes presentes em solos específicos, o que é crucial para a sustentabilidade do sistema agrícola. Além da resiliência a doenças e pragas, devido às variedades locais que frequentemente mostram maior adaptabilidade e resistência às doenças e pragas prevalentes na região, reduzindo a necessidade de agroquímicos e contribuindo para a saúde humana, do solo e dos cultivos (Altieri, 2004; Altieri, 2010; Primavesi, 2016).

A diversidade genética em variedades locais, conhecidas como crioulas, representa um recurso adaptativo essencial para a resiliência dos agricultores tradicionais globalmente. A perda dessa diversidade, impulsionada pelo aumento do uso de sementes selecionadas provenientes de programas governamentais e de assistência técnica, acende um alerta mundial. Especialistas têm enfatizado a urgência dessa questão, evidenciando o risco que a

homogeneização genética representa para a agricultura sustentável (Altieri, 2004; Fernandes, 2014; Machado, 2011; Santilli, 2009).

A manutenção e o fortalecimento da agrobiodiversidade são, portanto, fundamentais para a soberania e segurança alimentar, além de serem estratégias para a resiliência dos sistemas agrícolas frente aos desafios das mudanças climáticas e da variabilidade dos mercados globais. Políticas públicas e práticas de manejo que valorizem a sociobiodiversidade e os agricultores tradicionais são fundamentais para a construção de um futuro alimentar mais seguro e sustentável (Lima, 2020; Sanches, 2019).

Em 2012, o Decreto nº 7.794 instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que incluiu uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, além da valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade como sua quinta diretriz. A mobilização internacional pelo desenvolvimento sustentável, junto com movimentos nacionais em defesa da agroecologia e das sementes crioulas, além de uma mudança política com um novo governo, foram elementos cruciais para colocar a agrobiodiversidade na agenda das políticas públicas no Brasil (Lima, 2020).

Também em 2012 houve uma atualização do Código Floresta Brasileiro pela Lei Nº 12.651/12. Os pontos principais são a proteção de Áreas de Preservação Permanente (APPs), como margens de rios e topos de morros, e Reservas Legais, que exigem que uma porcentagem de uma propriedade permaneça florestada. As porcentagens variam de acordo com o bioma, sendo Amazônia com exigências de 80% em áreas de florestas, 35% nas áreas de cerrado amazônico e 20% em campos gerais da Amazônia legal. Os imóveis rurais dos demais biomas são apenas 20% destinados a reserva legal.

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece explicitamente a relevância da agrobiodiversidade como pilar essencial para a segurança alimentar global, o que está refletido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Especificamente, o segundo ODS, que visa "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável", destaca a importância de conservar a diversidade agrícola, bem como preservar o conhecimento tradicional associado a essas práticas. Isso reflete a compreensão de que a manutenção da variabilidade genética das culturas e a sabedoria das comunidades locais são fundamentais para garantir sistemas alimentares resilientes e nutritivos (ONU, 2015 *apud* Sanches, 2019).

O Marco Legal da Biodiversidade (Lei nº 13.123/15) regula o acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais, visando conciliar inovação, direitos de comunidades e conservação. A lei simplificou regras para pesquisa e uso comercial, criando o SisGen (cadastro obrigatório para atividades com recursos genéticos). Exige repartição de benefícios (financeiros ou não) com comunidades tradicionais e fundos ambientais quando há exploração econômica, além de consentimento prévio. Também integra ao Código Florestal, efetivando as políticas ambientais brasileiras.

A variedade de plantas e animais em um sistema agrícola pode influenciar a diversidade de espécies. Os seres humanos vieram construindo suas preferências alimentares e modificando a existência de outros tipos de cultivos tradicionais. Dessa forma, a agrobiodiversidade hoje representa uma pequena parcela do que já foi conhecido, devido principalmente aos sistemas de produção que inviabilizam a conservação saudável de variados agroecossistemas integrados ao bioma nativo (Almeida, 2010).

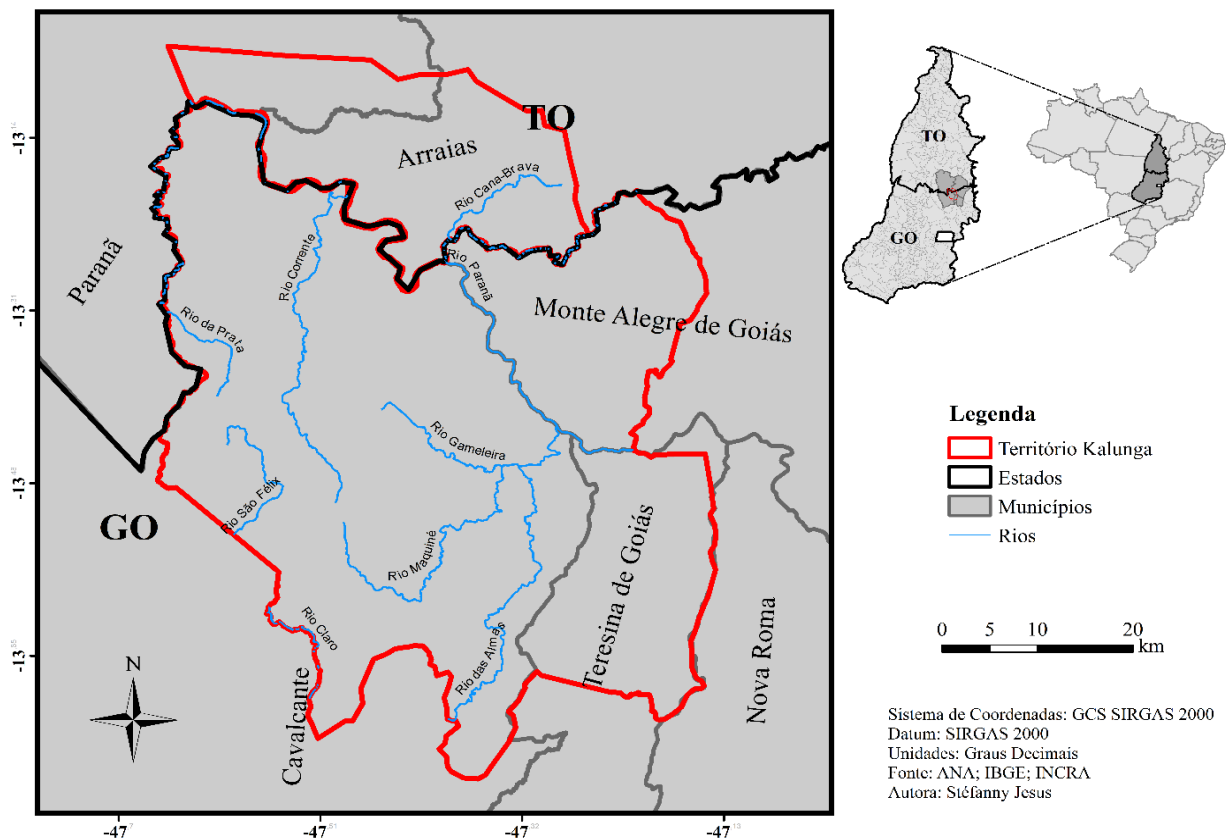
### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. ÁREA DE ESTUDO

Para a realização deste trabalho considerou-se a área total do território quilombola Kalunga de 319.465 hectares, considerando a delimitação da área nos dois estados, sendo 262.000 hectares na parte do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (GO) e 57.465 hectares no quilombo Kalunga do Mimoso (TO), Linha vermelha no mapa da Figura 02. O Sítio Histórico está inserido em três municípios de Goiás, sendo eles Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. A comunidade quilombola Kalunga do Mimoso está no estado do Tocantins, nos municípios de Arraias e Paranã.

A delimitação da área de estudo leva em consideração a territorialidade do povo Kalunga, profundamente marcada por sua cultura, pelas relações que estabelecem com o meio ambiente e por seu modo de vida rural. Esse povo está inserido em um processo socioespacial comum de luta pela terra, reconhecendo-se como uma família nessas regiões (Fernandes, 2019).

**Figura 02: Mapa de localização do Território Quilombola Kalunga – TQK.**



### 3.2. REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

A revisão da literatura foi realizada com base no referencial teórico consultado. Essa revisão integrativa configura-se como uma ferramenta essencial na pesquisa acadêmica, pois permite consolidar e ampliar o conhecimento existente de forma organizada e sistemática. Conforme Morais (2021, p. 17), “o uso das plantas pelos quilombolas está intrinsecamente ligado a aspectos do cotidiano, seja para alimentação, cura de doenças, fins religiosos ou subsistência familiar”. Dessa forma, organizar e documentar o conhecimento tradicional sobre o Cerrado é fundamental para garantir a preservação e a transmissão desses saberes às futuras gerações.

A revisão integrativa tem como objetivo reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um tema específico, de maneira sistemática, ordenada e abrangente, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento na área investigada (Roman e Friedlander, 1998; Ercole, Melo e Alcoforado, 2014 *apud* Ferenhof e Fernandes, 2016, p. 551). Esse método é particularmente relevante para identificar lacunas no conhecimento científico atual, direcionando novas pesquisas para áreas ainda pouco exploradas, como a sociobiodiversidade nativa e introduzida nos territórios quilombolas de Goiás e Tocantins.

A presente pesquisa adota uma abordagem mista, quali-quantitativa, utilizando parâmetros bibliométricos, como datas de publicação, metodologias e palavras-chave, para mapear os estudos existentes. Além disso, foram registradas as comunidades envolvidas nos trabalhos, os aspectos ambientais abordados, os usos e beneficiamentos da biodiversidade, bem como a composição da agrobiodiversidade nas localidades Kalunga. Os resultados obtidos podem contribuir não apenas para o avanço do tema de pesquisa, mas também para uma melhor compreensão dos desafios de gestão ambiental enfrentados pelos quilombolas Kalunga em Goiás e Tocantins, visando à manutenção de seus saberes e práticas sustentáveis.

O método SystematicSearchFlow (SSF) foi empregado como uma estratégia estruturada para conduzir buscas na literatura científica de forma organizada e reproduzível. Esse método auxilia não apenas na identificação de artigos relevantes para o tópico investigado, mas também na organização e revisão sistemática e integrativa do conhecimento científico. Segundo Ferenhof e Fernandes (2016) e Morais (2021), a aplicação do SSF é fundamental para garantir a transparência e a confiabilidade dos resultados, permitindo que outros pesquisadores repliquem e validem as conclusões obtidas.

### **3.2.1. Critérios de inclusão**

Foram selecionados os trabalhos que possuíam semelhanças com a temática da agricultura, agroecologia, práticas agrícolas, produção de alimentos, conservação da biodiversidade no território, comercialização de produtos e levantamento de plantas no território quilombola.

### **3.2.2. Estratégias de busca**

O levantamento bibliográfico foi elaborado a partir das pesquisas com data de 2003 até 2023, e com as palavras Kalunga, quilombo Kalunga e Agrobiodiversidade nas bases de dados do Portal de Periódicos CAPES, Web of Science, Scopus, SciELO e repositórios da Universidade de Brasília, Universidade Federal do Goiás e Universidade Federal do Tocantins. Na busca por assunto no Portal da CAPES, foram encontrados 43 resultados. Na coleção principal da plataforma Web of Science, foram 97 resultados; na Scopus, 51; na SciELO, 18; no Repositório da UnB, 114; na UFG, 42; e na UFT, 92 trabalhos, sendo contado com as repetições.

O corpo do assunto pesquisado foi: Quilombo Kalunga e biodiversidade; Kalunga e agrobiodiversidade; Kalunga e agroecologia; Quilombo Kalunga e agricultura; Kalunga e práticas agrícolas; Quilombo Kalunga e diversidade agrícola; e Kalunga. Essas palavras também foram traduzidas para o inglês na tentativa de acessar pesquisas em outras línguas publicadas em revistas estrangeiras.

Diversas pesquisas das universidades se repetiam nas bases de periódicos. A repetição foi contabilizada nesse total, pois algumas vezes tratava-se de artigos de trabalhos já encontrados nos repositórios das universidades ou das próprias dissertações e teses sobre variados assuntos, principalmente relacionados a educação, saúde, turismo e cultura, como danças e religiosidade.

Foi observado um número menor de retornos de busca quando eram colocadas mais palavras. Dessa forma, também foi importante ler os resumos que deram mais relevância somente com a palavra “Kalunga” nas bases de dados. Além de ser complicado achar os trabalhos com a temática da diversidade agrícola, também foi percebida a falta de visibilidade internacional desse assunto no contexto quilombola Kalunga. Questionamos a influência do

racismo científico nesses processos da busca por pesquisa, devido às dificuldades de buscas, sendo mais presente nas bases das instituições que atuam regionalmente.

### **3.2.3. Processo de leitura**

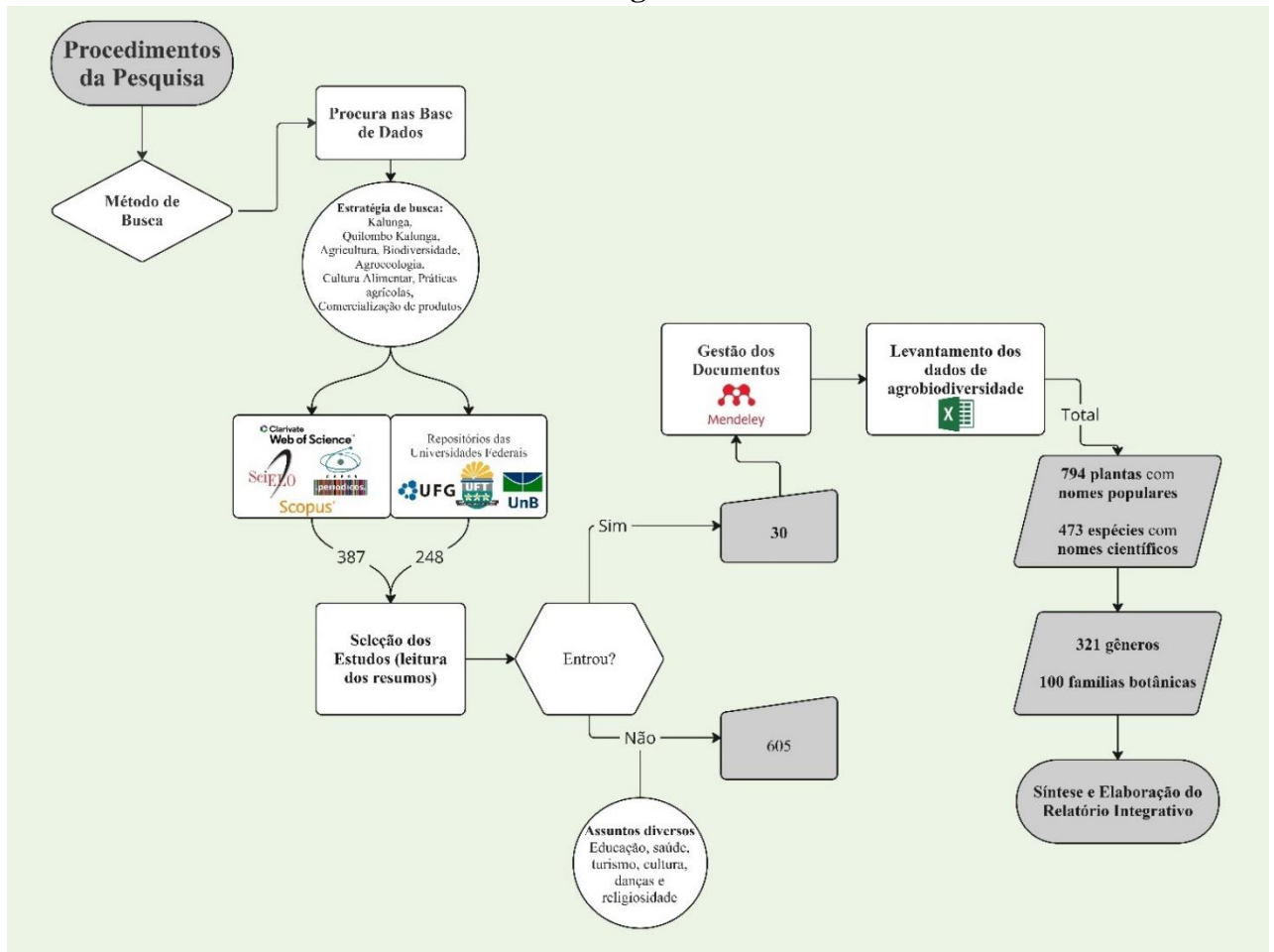
Os trabalhos retornados pelas buscas tiveram os resumos lidos para uma pré-seleção como entendimento do assunto abordado e dos resultados esperados. Depois foi realizada uma leitura completa dos estudos selecionados para levantar as plantas e suas variedades neles citadas, assim como suas práticas, saberes e fazeres. Também foram consideradas, quando presentes nos estudos, o ambiente em que a planta foi citada, como no cerrado, quintais e roças.

### **3.2.4. Número de documentos selecionados em forma de fluxo**

Ao todo foram encontrados 30 trabalhos, com datas entre 2003 e 2023 que seguiam a temática do objeto dessa pesquisa, a diversidade agrícola e extrativista, assim como foi delimitado pelas palavras de buscas. Foram selecionados aqueles trabalhos que possuíam relação com estudos de levantamento e diagnóstico da biodiversidade agrícola, sociobiodiversidade, práticas de manejo, agroextrativismo e beneficiamento da flora do Cerrado. Ao final, trinta estudos foram analisados.

Para o gerenciamento e análise dos dados, foram utilizados dois softwares específicos. A organização e gestão das referências bibliográficas, foi empregado o software Mendeley Desktop (versão 1.118). O Mendeley é uma ferramenta que permite a catalogação e a organização de artigos científicos, livros e outros materiais bibliográficos, além de facilitar a inserção de citações e a criação de bibliografias.

**Figura 03: Fluxograma da metodologia seguida do levantamento da agrobiodiversidade Kalunga.**



**Fonte: Autora.**

Os dados quantitativos coletados foram analisados utilizando o Microsoft Excel. O Excel foi utilizado para a criação de planilhas, organização, filtragem e análise dos dados numéricos, bem como para a construção de gráficos e tabelas que facilitaram a visualização dos resultados. A partir disso, foi elaborada uma revisão integrativa, utilizando a tabulação no Excel e no Mendeley, para compreender as atuações das instituições e os dados levantados sobre a agrobiodiversidade no território quilombola Kalunga

### 3.2.5. Análise dos dados quali-quantitativos coletados

A partir da organização no Excel, o processo de análise foi desenvolvido por critérios específicos, no intuito de se manter a coerência e padronização dos dados levantados. Foram criadas colunas com as seguintes informações: Nome popular, Nome científico, Gênero, Família, Tipos de usos (Alimentação, Medicinal, Construção etc.) Partes da planta (Folha, Casca, Raízes etc.), Beneficiamento e formas de uso (Chá, Garrafada, Suco, Emplasto, Banho etc.), Agroecossistemas (Roça, Quintal, Capoeira e Cerrado), Planta nativa ou exótica, Comunidades e Autores/ N° de citações.

Vale ressaltar nesse estudo que a coletada de dados, a lista de espécies, foi gerada a partir dos nomes populares, citadas ao longo das leituras bibliográficas. Foram priorizados os nomes científicos quando diferentes dos nomes já encontrados para o mesmo nome popular, criando assim uma linha com o novo nome científico como o caso da Acerola: *Malpighia emarginata* e *Malpighia glabra*. Amora: *Rubus brasiliensis* e *Morus nigra*.

Essa foi uma estratégia adotada para relatar as diversidades e variedades de nomes e cultivos do dia a dia dos agricultores, além de manter e preservar suas identidades culturais, ao passo que se buscava as referências corretas com os nomes científicos. Para isso buscou-se informações das plantas no site do Re flora e outros guias de campo, como o do Frutos Atrativos do Cerrado, pela chave de identificação online e pelo livro Frutos do Cerrado (Kuhlmann, 2021), 100 árvores do Cerrado de Manoel Cláudio (Silva Junior, 2012), a Coleção Botânica de Plantas Medicinais da Fiocruz e a Farmacopeia brasileira (Brasil, 2019). As plantas que não foram possíveis encontrar correspondência pelo nome popular foram identificadas por NI (Não Identificada) no nome científico e na família, os gêneros foram levantados a partir do nome científicos das que possuem.

Essa busca foi considerada quando compreendida a falta de informações sobre algumas espécies, podendo indicar variações de nomes pelas comunidades, devido à extensão territorial e diferenças entre os saberes populares. Variações do entendimento dos pesquisadores sobre a linguística local, por ser uma forma única de sotaques, costumes e saberes regionais, muitas vezes transcritas como falado nas entrevistas. Nesse estudo priorizei juntar essas variações de nomes populares. Por exemplo, o caso da Mama-cadela: Puxa-puxa, Chicletinho, Bureré, e Maria-véia foram os nomes populares citados para a espécie *Brosimum gaudichaudii*.

As análises principais foram realizadas com base em informações como nome popular, nome científico, gênero, família botânica e o número de citações dessas categorias. A partir desses dados prioritários, as demais informações foram cruzadas e organizadas. Todos os dados coletados passaram por tratamento, incluindo a padronização dos nomes das plantas, a contagem do número de usos, das partes utilizadas e das indicações de uso, além da identificação das localidades onde as plantas foram encontradas, tanto em comunidades quanto nos agroecossistemas correspondentes.

No entanto, alguns estudos que abrangeram várias comunidades não forneceram detalhes específicos sobre os agroecossistemas ou fitofisionomias. Da mesma forma, pesquisas realizadas em uma única comunidade, mas focadas em apenas um tipo de uso (como plantas medicinais), muitas vezes não especificaram o ambiente ou o agroecossistema onde as plantas foram coletadas. Apesar dessas limitações, foi possível consolidar e integrar as informações de diferentes pesquisas, respeitando como cada autor apresentou seus dados, mas de forma inclusiva da maioria descrita por nome popular.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1. LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

A partir da seleção, leitura dos resumos, palavras-chave, metodologias e resultados, foram encontrados 30 trabalhos para o levantamento dos estudos sobre a agrobiodiversidade e agroecologia do povo Kalunga. Esses foram escolhidos, pois possuíam partes que integram as análises sobre os modos de produção, assim como as questões de práticas agrícolas, levantamento da flora presente nas roças e quintais e capoeiras. Além das formas de utilizar e beneficiar as plantas pelas comunidades quilombolas Kalunga no Goiás e Tocantins.

Os trabalhos que compõem essa revisão são: Almeida, 2003; Avelar; Vicente De Paula, 2003; Tiburcio; Valente 2007; Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Santos V., 2015; Silva *et al.*, 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Ramidoff, 2022; Sousa, 2022; Souza R., 2022; Cardoso *et al.*, 2023; e Paim *et al.*, 2023.

Desses autores 13 foram possíveis identificar como pesquisadores que são Kalungas e pertencem as respectivas comunidades pesquisadas. Sendo eles: Costa, 2013; Silva, 2013; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Soares, 2019; Sousa, 2022; Souza R., 2022; Esses pesquisadores adotaram múltiplas metodologias, na certeza que o contexto tradicional pesquisado é diverso e a sensibilidade do pesquisador se baseia na vivência e nos registros orais intergeracionais. Podendo fazer pesquisa-ação e entrevistas que retornem à realidade da comunidade, através de dados qualitativos. A figura abaixo descreve os títulos e os anos desses estudos.

**Figura 04: Estudos selecionados, autores, títulos e ano da publicação.**

ID	ANO	AUTORA	TÍTULO
1	2003	ALMEIDA, M. G.	Cultura ecológica e biodiversidade
2	2003	AVELAR, G. A.; VICENTE DE PAULA, M.	Comunidade Kalunga: Trabalho e cultura em terra de negro
3	2007	TIBURCIO, B. A.; VALENTE, A. L. E. F.	O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO)
4	2007	VELLOSO, A. D.	Mapeando narrativas : uma análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II - Kalunga
5	2009	MASSAROTO, N. P.	Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades Quilombolas Kalunga e urbanas, no nordeste do Estado de Goiás - GO, Brasil
6	2009	UNGARELLI, D. B.	A comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II: Cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes
7	2010	ALMEIDA, M. G.	Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado
8	2011	PEREIRA, B. M.; ALMEIDA, M. G.	O quintal kalunga como lugar e espaço de saberes
9	2013	COSTA, V. S.	A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga
10	2013	SILVA, A. S.	Uso de plantas medicinais do Cerrado na comunidade Kalunga Ribeirão dos Bois, Teresina - GO
11	2014	ARAÚJO, G. P.	O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente
12	2014	FERNANDES, C. R.	Saberes e Sabores da Cultura Kalunga: Origens e consequências das alterações nos sistemas alimentares
13	2014	ROSA, D. S.	O saber popular da comunidade Kalunga Saco Grande sobre os usos de plantas medicinais
14	2015	SANTOS, M. A. P.	O conhecimento tradicional das plantas medicinais e a escola do campo no Engenho II, Cavalcante - GO
15	2015	SANTOS, V. C.	Extensão rural e valorização dos saberes/fazeres da comunidade quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO)
16	2015	SILVA, R. J. et al.	Transição agroalimentar em comunidades tradicionais rurais: o caso dos remanescentes de quilombo Kalunga – GO
17	2015	SILVESTRE, L. F.	O saber tradicional sobre as plantas na Comunidade Quilombola Kalunga Engenho II, Cavalcante, Goiás, Brasil.
18	2016	ROSA, R. S.	A produção agrícola na comunidade Kalunga Vão de Almas: um estudo de caso
19	2017	SOUSA, M. L. A.	Sementes Crioulas: Segurança e Soberania Alimentar na comunidade Kalunga Prata- Cavalcante - GO
20	2018	COSTA, F. M. X.	Modos tradicionais de produção orgânica na comunidade Kalunga do Prata Vão do Moleque, Cavalcante - Goiás
21	2018	CUNHA, A. F.	O calendário agrícola na comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca
22	2018	CUNHA, V. F.	Soberania e Segurança Alimentar na perspectiva dos jovens Kalunga da Comunidade Vão de Almas
23	2018	SOUZA, L. S.	Transformações do sistema agrícola da Comunidade Quilombola Kalunga do mimoso (Tocantins): a agricultura de corte e queima em questão
24	2019	FERNANDES, C. R.	Sobre Ter e Não Faltar Segurança Alimentar e Territorialidade Kalunga no Cerrado
25	2019	SOARES, V. C. R.	Educação popular: saberes vivenciados no uso de plantas medicinais na comunidade quilombola Kalunga do Mimoso - TO
26	2022	RAMIDOFF, T. A.	Principais produtos florestais não madeireiros coletados e comercializados por famílias do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga
27	2022	SOUSA, M. L. A.	Estratégias do povo Kalunga no uso e conservação da agrobiodiversidade
28	2022	SOUZA, R. J.	Saberes tradicionais presentes no cultivo da mandioca e produção da farinha (Distrito Prata - Monte Alegre - (GO))
29	2023	CARDOSO, K. C. M. et al.	Tecido tradicional e uso medicinal são os principais fatores de Conservação in situ de Gossypium barbadense no Brasil Central
30	2023	PAIM, R. C. S. et al.	Plantas tóxicas na perspectiva de uma comunidade quilombola do Cerrado brasileiro

A partir da leitura desses estudos foi feita uma classificação em seis eixos temáticos, sendo eles:

### **Eixo 1: Cultura, Território, Identidade e resistência Kalunga**

Destacam a luta pelo território, a identidade étnica e a preservação cultural. O território não é apenas um espaço físico, mas patrimônio culturalizado, onde a relação simbólica com o Cerrado sustenta a conservação da biodiversidade, ameaçada pelo turismo predatório e grilagem de terras (Avelar; Vicente De Paula, 2003; Almeida, 2010; Costa, 2013; Cunha A., 2018; Silvestre, 2015; Souza R., 2022; Velloso, 2007).

#### **➤ Eixo 2: Saberes tradicionais e etnobotânica**

Revelam o uso de plantas medicinais, práticas etnobotânicas e a transmissão intergeracional de conhecimentos. Os saberes tradicionais enfrentam uma erosão devido à saída dos jovens, gerando preocupações sobre o futuro (Cardoso *et al.*, 2023; Massaroto, 2009; Paim *et al.*, 2023; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silva, 2013; Silvestre, 2015; Soares, 2019).

#### **➤ Eixo 3: Agrobiodiversidade e segurança alimentar**

Discutem a importância das sementes crioulas, sistemas agrícolas tradicionais e desafios à segurança alimentar. A comunidade Kalunga, guardiã de práticas tradicionais no Cerrado, enfrenta desafios interligados entre cultura, ambiente e políticas públicas. As variedades de mandioca e milho crioulo, são fundamentais para a segurança nutricional (Cunha V., 2018; Fernandes, 2014; 2019; Silva *et al.*, 2015; Sousa, 2017; 2022; Souza L., 2018; Ungarelli, 2009).

#### **➤ Eixo 4: Educação do campo e troca de saberes**

Propõem integração de saberes na educação formal e reformulam o calendário escolar conforme a tradição do tempo Cerrado, das roças e das festividades religiosas. A educação popular pode mediar a perda de saberes com o currículo escolar (Costa, 2018; Cunha A., 2018; Rosa D., 2014; Rosa R., 2016; Santos V., 2015; Souza R., 2022).

#### **➤ Eixo 5: Políticas públicas e desafios externos**

Criticam a desconexão entre políticas públicas e as realidades locais, além do financiamento da manutenção de suas práticas culturais e do Cerrado. A agrobiodiversidade é determinante para uma boa alimentação, entretanto sofre influências de políticas homogêneas, como o Bolsa Família. As políticas de extensão rural são desconectadas da realidade Kalunga e não ofertam assistências técnicas próximas a

realidade quilombola (Fernandes, 2014; 2019; Santos V., 2015; Souza L., 2018; Tiburcio; Ramidoff, 2022; Valente, 2007).

➤ **Eixo 6: Biodiversidade, conservação e sustentabilidade**

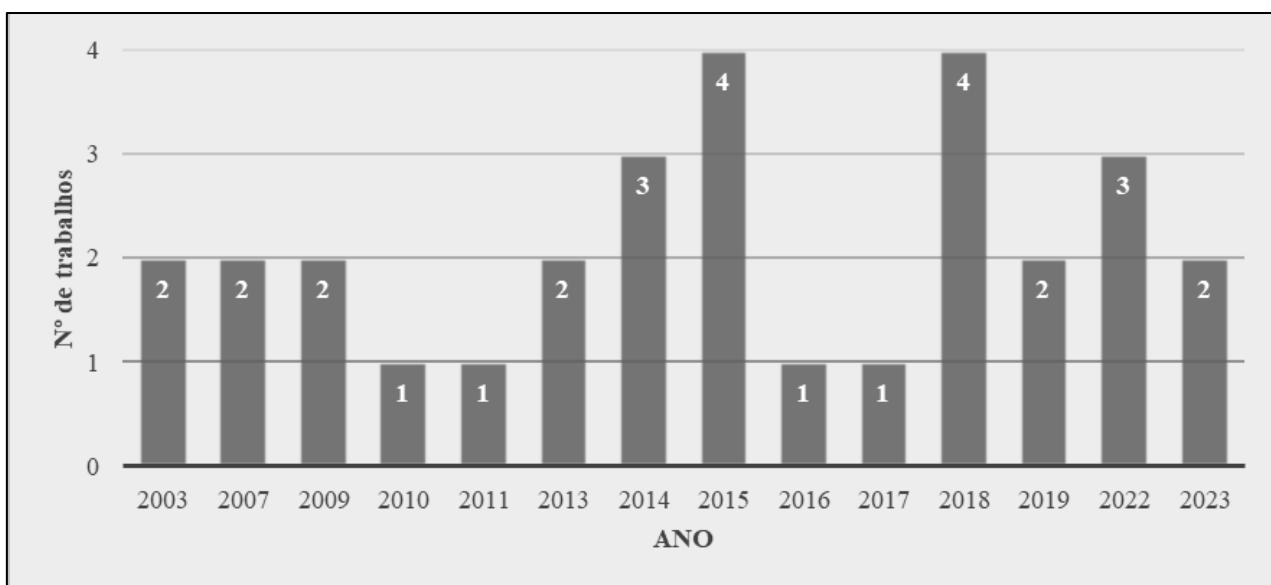
Enfatizam a conservação do Cerrado, o extrativismo sustentável e os conflitos entre tradição e modernidade. A conservação ambiental está intrinsecamente ligada à justiça territorial. As variedades cultivadas pelos Kalunga são resultado de práticas agroecológicas ancestrais, adaptadas ao ecossistema local. São conhecidas plantas tóxicas, responsáveis pelo envenenamento do gado e de usos medicinais, a partir das substâncias que a compõem, interligando os saberes tradicionais com ciência acadêmica (Almeida, 2003; 2010; Cardoso et al., 2023; Massaroto, 2009; Paim et al., 2023; Ramidoff, 2022; Sousa, 2022)

Esses eixos revelam a interdependência entre cultura, ambiente e desenvolvimento, destacando os Kalunga como guardiões de práticas sustentáveis, mas vulneráveis às pressões externas. A maioria dos estudos aponta a necessidade de políticas públicas adaptadas, valorização do conhecimento tradicional e articulação entre conservação e justiça social. A caracterização temática dos trabalhos foi importante para organizar as ideias dessa revisão, visto a extensão das informações investigadas.

Esses autores demonstram que a realidade Kalunga não cabe em caixas temáticas fechadas. Suas pesquisas revelam, por exemplo: A agrobiodiversidade depende da cultura e da educação. A conservação ambiental está ligada a políticas públicas que reconheçam os seus direitos territoriais. O conhecimento tradicional é tanto um patrimônio cultural quanto uma ferramenta para a segurança alimentar. E essa interdisciplinaridade é decisiva para propor soluções integradas aos desafios enfrentados pelos Kalunga, como grilagem, erosão cultural e as mudanças climáticas.

Desses 30 trabalhos, os anos em que eles tiveram mais publicações foram 2015 e 2018 com 4 trabalhos, 2014 e 2022 com 3 trabalhos selecionados. Os anos de 2003, 2007, 2009, 2013, 2019 e 2023 possuem 2 trabalhos, e os de 2010, 2011, 2016 e 2017 com apenas 1 trabalho publicado (conforme a figura 05).

**Figura 05: Número de trabalhos por ano de publicação.**



Fonte: Autora.

As palavras-chave que mais apareceram nos trabalhos foram quilombo, Cerrado, Kalunga, agrobiodiversidade, soberania, segurança alimentar e nutricional, território, biodiversidade, comunidades quilombolas e plantas medicinais (Figura 06).

**Figura 06: Nuvem de palavras obtida a partir das palavras-chave dos estudos.**



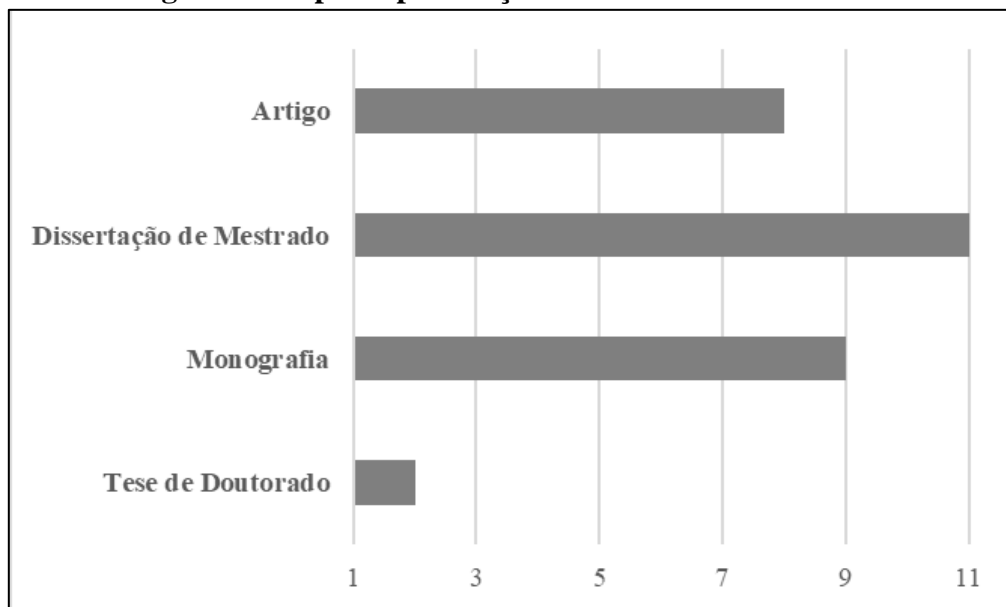
Fonte: Autora.

Em relação aos tipos de publicações que foram analisados, a maioria são dissertações de mestrado, um total de 11. Monografias foram 9, artigos foram 8, e tese de doutorado 2 (Figura 07). Sendo que 10 das dissertações de mestrado são da Universidade de Brasília (UNB) e 1 da Universidade Federal de Goiás (UFG).

As áreas/departamentos de estudo incluem Geografia, Gestão Ambiental e Territorial, Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), Ciências Florestais e Desenvolvimento Sustentável. O MESPT conta com 3 dissertações registradas. As monografias são: 2 da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e 7 da UNB. As monografias da UFT são da Licenciaturas em Educação do Campo com ênfases em Artes Visuais e Música e Pedagogia. Já as da UNB estão associadas a cursos específicos dentro da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), nas áreas de Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens. E as 2 teses, ambas da UNB, sendo uma no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e outra no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Somando todas as produções acadêmicas

contabilizadas, chega-se a um total geral de 22 trabalhos. As revistas em que os 8 artigos foram publicados estão listadas na tabela 02.

**Figura 07: Tipo de publicação dos trabalhos analisados.**



Fonte: Autora.

**Tabela 02: Cursos e instituições das publicações.**

Nível Acadêmico	Instituição	Curso/Programa	Quantidade
Graduação (TCC/Monografia)	UNB	LEdoC - Ciências da Natureza e Matemática	5
	UNB	LEdoC - Linguagens	2
	UFT	Licenciatura em Educação do Campo - Artes Visuais e Música	1
	UFT	Licenciatura em Educação do Campo - Pedagogia	1
	<b>Total</b>		<b>9</b>
Mestrado (Dissertações)	UNB	Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial	1
	UNB	Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT)	3
	UNB	Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	2
	UNB	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável	2
	UNB	Programa de Pós-Graduação Botânica	1

	UNB	Pós-graduação em Ciências Florestais	1
	UFG	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia	1
	Total		11
Doutorado (Teses)	UNB	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável	1
	UNB	Programa de Pós-Graduação em Linguística	1
	Total		2
Total Geral			22

Fonte: Autora.

Observa-se a importância do trabalho desenvolvido pela UnB, especialmente no curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo e nos programas de pós-graduação com grande vinculação à Faculdade UnB Planaltina. Por meio da educação formal o povo Kalunga vem ganhando protagonismo na ciência, a partir das suas tradições e modo de vida. Os pesquisadores Kalungas são guardiões dos saberes ancestrais que são transmitidos oralmente por séculos.

**Tabela 03: Revistas dos artigos selecionados.**

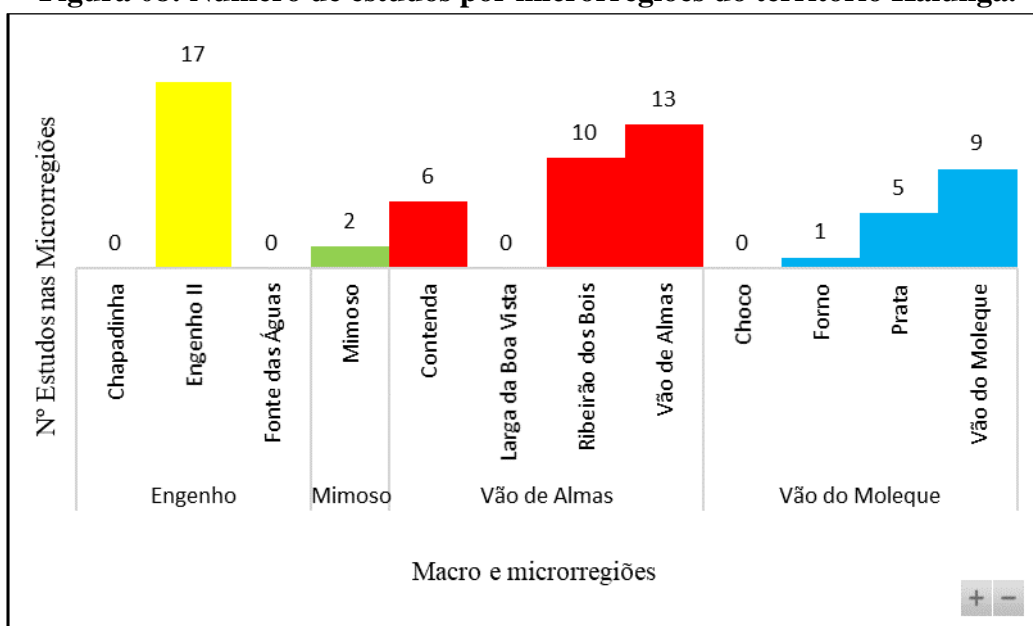
Revistas	Contagem
Artigo	8
Ateliê Geográfico (UFG)	1
GEOgraphia (UFF)	1
GeoNordeste (UFS)	1
Mercator (UFC)	1
Revista de Economia e Sociologia Rural	1
Segurança Alimentar e Nutricional (UNICAMP)	1
Sustainability (MDPI)	1
Toxicon	1
<b>Total Geral</b>	<b>8</b>

Fonte: Autora.

Foram levantadas as localidades que as pesquisas atuaram, sendo possível interpretar o dado em uma escala local das microrregiões e em regiões maiores, conforme Fernandes (2019) delimitou as áreas das macrorregiões, sendo: Engenho, Vão de Almas, Vão do Moleque e Mimoso e suas respectivas microrregiões: Chapadinha, Engenho II e

Fonte das águas (Engenho); Contenda, Larga da Boa Vista, Ribeirão dos Bois e Vão de Almas (Vão de Almas); Choco, Forno, Prata e Vão do Moleque (Macrorregião Vão do Moleque). Conforme descrito no gráfico abaixo (Figura 08), região com mais estudos é a do Engenho II com 17 citações, depois o Vão de Almas com 13, Ribeirão dos Bois com 10, Vão do Moleque com 9, Contenda com 6, Prata com 5 citações, Mimoso 2 e Forno 1. Os demais como: Chapadinha, Fonte das Águas, Larga da Boa Vista e Choco não tiveram estudos nessas micro localidades.

**Figura 08: Número de estudos por microrregiões do território Kalunga.**



Fonte: Autora.

Para realizar este levantamento, foi essencial documentar todas as comunidades mencionadas nas áreas de estudo dos trabalhos examinados. Utilizando mapas geográficos como ferramenta de apoio, foi possível identificar as macrorregiões e, quando as informações permitiram, geolocalizar as microrregiões específicas. No entanto, apenas o nome das comunidades não foi suficiente para uma localização precisa, devido à ocorrência de nomes repetidos em diferentes macrorregiões ou nos municípios.

Observou-se que as regiões não mencionadas nas pesquisas analisadas estão inseridas em um contexto marcado por conflitos socioambientais. Isso indica a presença de influências e dominações exercidas por grileiros e posseiros ilegítimos, o que cria obstáculos para a atuação de pesquisadores nessas áreas. Por outro lado, os pesquisadores

não Kalunga demonstram ter mais interesse por localidades próximas às cidades, como o Engenho II, principalmente devido à comodidade da infraestrutura local, além do tempo das pesquisas e possibilidades de acesso as demais comunidades. No foco deste estudo que é a agrobiodiversidade, o território de Mimoso, no Tocantins, apresentou menos resultados nas buscas realizadas, o que também afetou a profundidade da análise sobre essa região específica. Sendo essas algumas das limitações previamente identificadas nessa revisão. Por outro lado, é possível perceber que o território no estado de Goiás possui maior visibilidade e reconhecimento, gerando mais pesquisadores interessados em na região.

Em relação às comunidades em que os autores pesquisaram, foram identificadas 30 citações que se referiam a localidade, entretanto, SHPCK é a sigla do Sítio Histórico Kalunga no Goiás. Retirando essa ficam 29 comunidades, dessas 28 foram possíveis identificar qual a macrorregião, apenas São José não foi possível. Um grande desafio foi classificar essas comunidades, pois as formas de citá-las foram diferentes e variadas. Alguns pontos para os próximos estudos serem repensados:

- I. As comunidades não são relatadas, mas sim seus municípios;
- II. Pesquisadores estiverem em várias comunidades e as classificam como de fácil e difícil acesso, também as agrupam por município;
- III. Não relatam a comunidade, mas sim as macrorregiões a que ela pertence, conforme o entrevistado comente;
- IV. Quando estudadas várias localidades não são relatadas as espécies encontradas por comunidades;
- V. Estudar as diversas comunidades como se fossem representativas do contexto geral Kalunga, sem contextualizar suas especificidades e integrar as diferenças microrregionais, como a geologia, a pedologia e curso hídrico.

**Tabela 04: N° de estudos nas comunidades mencionadas.**

<i>Macrorregião</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Comunidade</i>	<i>Citações</i>
<i>Engenho</i>	<i>Engenho II</i>	<i>Engenho II</i>	17
<i>Vão de Almas</i>	<i>Vão de Almas</i>	<i>Vão de Almas</i>	12
<i>Vão do Moleque</i>	<i>Vão do Moleque</i>	<i>Vão do Moleque</i>	8
<i>Vão de Almas</i>	<i>Ribeirão dos Bois</i>	<i>Ribeirão dos Bois</i>	7
<i>Vão de Almas</i>	<i>Ribeirão dos Bois</i>	<i>Diadema</i>	6
<i>Vão de Almas</i>	<i>Ribeirão dos Bois</i>	<i>Emá</i>	5
<i>Vão do Moleque</i>	<i>Prata</i>	<i>Prata</i>	5

<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Contenda</i>	4
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Sucuri/Saco Grande</i>	4
<i>Vão de Almas</i>	<i>Ribeirão dos Bois</i>	<i>Limoeiro</i>	4
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Bom Jardim</i>	3
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Curral da Taboca</i>	3
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Riachão</i>	3
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Sereia/Areia</i>	3
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda São Pedro</i>	3
<i>Mimoso</i>	<i>Mimoso</i>	<i>Mimoso</i>	2
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Barra</i>	2
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Boa Sorte</i>	2
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Carolina</i>	2
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda do Meio</i>	2
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Fazenda Tinguizal</i>	2
<i>Vão de Almas</i>	<i>Contenda</i>	<i>Campo Grande Baixo</i>	1
<i>Vão de Almas</i>	<i>Ribeirão dos Bois</i>	<i>Funil</i>	1
<i>Vão de Almas</i>	<i>Vão de Almas</i>	<i>Lagoa</i>	1
<i>Vão de Almas</i>	<i>Ribeirão dos Bois</i>	<i>Solidade</i>	1
<i>Vão do Moleque</i>	<i>Vão do Moleque</i>	<i>Maiadinha</i>	1
<i>Vão do Moleque</i>	<i>Forno</i>	<i>Forno</i>	1
<i>Vão do Moleque</i>	<i>Vão do Moleque</i>	<i>Volta do Canto</i>	1
<i>NI</i>	<i>NI</i>	<i>São José</i>	1

Fonte: Classificações das micro e macro conforme Fernandes (2019).

Dessas 29 comunidades registradas nos 30 trabalhos apenas a comunidade São José não foi possível identificar, pois foi classificada como uma comunidade de Cavalcante, podendo ser da microrregião do Vão de Almas ou do Vão do Moleque. Os mapas consultados dos trabalhos de Cunha, A. (2018) e Silva *et al.*, (2015) ajudaram nessa padronização.

Foi realizada uma estimativa das metodologias mais utilizadas e a porcentagem aproximada de cada uma. Assim foram contadas quantas vezes cada metodologia foi citada entre os 30 trabalhos. No entanto, devemos considerar que esses trabalhos utilizam de múltiplas metodologias, o que pode aumentar o total de citações acima do total de trabalhos, assim como foi observado nas contagens das microrregiões. Sendo assim, essa é uma contagem aproximada baseada nas informações descritas no processo metodológico.

**Tabela 05: Metodologias utilizadas nos trabalhos analisados.**

Metodologia	Citações	Porcentagem
Entrevistas	22	44,9%
Análise Qualitativa / Abordagem Qualitativa	10	20,4%
Questionários	6	12,2%
Observação	5	10,2%
Pesquisa Bibliográfica / Revisão da Literatura	5	10,2%
Etnografia	4	8,2%
Metodologia Mista	4	8,2%
Outros métodos específicos	10	20,4%
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100%</b>

\* Outros métodos específicos: História oral, Escuta Sensível, Pesquisa-ação, Rodas de conversa, caminhadas livres, observação, entre outras.

Fonte: Autora.

É importante notar que estas são estimativas baseadas na contagem de citações e não na frequência real de aplicação de cada metodologia dentro dos trabalhos. Além disso, as porcentagens podem não somar exatamente 100% devido ao arredondamento e à natureza aproximada desta análise. As entrevistas e a análise qualitativa foram as metodologias mais citadas, o que reflete um foco significativo em métodos qualitativos e interativos/participativos de coleta de dados e aplicação de questionários semiestruturados, demonstrado na tabela 05.

Os trabalhos possuem áreas do conhecimento multidisciplinares e temas variados. Foi possível perceber forte envolvimento dos pesquisadores com o território Kalunga, principalmente por serem quilombolas e manterem uma relação com os conhecimentos tradicionais sobre a natureza. Diferente do que foi encontrado nas pesquisas de Morais (2021), com as pesquisas de autores não quilombolas, a formação em educação do campo e a atuação em cursos de pós-graduação, possibilitou novos registros dos conhecimentos e cosmovisões a respeito dos saberes ecológicos e da relação ambiental conservacionista que permanece entre as gerações do povo Kalunga. O curso promove o pertencimento e a necessidade de pesquisar as comunidades em que os estudantes estão inseridos, preservando a linguística e saberes regionais.

Os relatos de experiências cotidianas presentes nos trabalhos de pesquisa proporcionam uma compreensão mais profunda dos reais problemas enfrentados pelas comunidades, bem como uma melhor apreensão dos processos socioambientais históricos que ocorrem no território. A elaboração de modelos sociais a partir de pesquisas

realizadas em laboratórios sociais e universitários permite que a dimensão comunitária não seja apenas representada, mas também capacitada e educada em relação aos seus próprios direitos e ao papel que desempenham em suas lutas.

Dessa forma, as comunidades Kalunga se tornam protagonistas de suas próprias histórias e lutas. Suas expressões emergem como arte e como revolução dentro do processo de desenvolvimento da identidade. A arte é manifestada através de poesias e do conhecimento ancestral que é transmitido entre gerações, através da resiliência demonstrada ao habitar e resistir nos sertões da savana brasileira. Essas manifestações são mais do que simples expressões culturais, elas são testemunhos da competência de adaptação dessas comunidades diante dos desafios socioambientais.

#### **4.2. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A AGROECOLOGIA**

A administração ambiental Kalunga é guiada pelo respeito à natureza e ao saber ancestral passado oralmente. A investigação aponta para a importância de práticas de manejo que visem não só a produção, mas também a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Estas reflexões sublinham a interdependência entre a gestão do ambiente e a diversidade agrícola, enfatizando a relevância de práticas sustentáveis que honrem a cultura local e o meio ambiente.

Foram descritos métodos agrícolas que seguem o ritmo da natureza, contribuindo para a proteção dos recursos naturais. Esse povo pratica uma agricultura manual, sem o uso de pesticidas ou adubos químicos, o que reflete uma simbiose do ser humano com a natureza. Além de usufruir das espécies nativas na complementação alimentar e nutricional, e principalmente com finalidades na medicina popular.

A rotatividade dos cultivos, em menor escala de produção, tempo de pousio, extrativismo da flora do cerrado e a baixa mecanização são também condicionantes para menores impactos ambientais. A relação humano-natureza proporciona cosmovisões ecológicas que influenciam o cuidado com os recursos ambientais e assim garantir a existência e a abundância para outras gerações.

A busca pela história das comunidades do Tocantins, levantou estudos antropológicos importantes sobre a ancestralidade desse povo remanescente de quilombo. Através de metodologias qualitativas a relação familiar direta da região Kalunga do

Mimoso e do Sítio Histórico Kalunga, no estado do Goiás, foi confirmada e assim uma nova perspectiva da dinâmica socioambiental dos quilombolas (Oliveira, 2007). Por outro lado, o debate ainda é bem fragmentado pelo recorte estadual. A demora na titulação no Tocantins e o reconhecimento midiático do Sítio Kalunga, possibilitaram esferas distintas dentro do turismo sustentável e dos processos de luta que aproximam as comunidades tradicionais do poder público.

O quilombo Kalunga possui uma memória ativa a respeito das consequências socioambientais que o mal-uso dos recursos podem gerar. Como identificado por Dona Getúlia, no estudo de Ungarelli (2009) que antes de haver as fazendas no entorno, os plantios das comunidades eram tudo natural, sem veneno. Depois começaram a plantar soja e veio um besouro que atacou o cultivo de feijão deles. Assim prejudicou os agricultores, pois não foi suficiente nem mesmo para obter a semente da próxima safra. Outro ataque também foi mencionado na plantação de arroz, onde corta o cacho do grão.

Pressão pelos agricultores resulta em perda de semente crioulas do saber local (Ungarelli, 2009). O território do Mimoso também vive um cenário de perdas do conhecimento tradicional e de formas mais próximas da “modernização” do campo. Principalmente nos usos de sementes modificadas e maquinários que substituem o trabalho manual (Souza, 2018).

As práticas agrícolas tradicionais vêm sendo substituídas pelos insumos convencionais que as sementes geneticamente modificadas necessitam, como a adubação química, principalmente o NPK, e o uso crescente de biocidas ou agrotóxicos. O modelo econômico industrial do setor primário não respeita a diversidade de organismos, visto que as espécies predominantes nos monocultivos são de origem estrangeira e desequilibram e debilitam seriamente os recursos hídricos, os solos e o clima. Os conflitos socioambientais que são gerados por esse sistema são diversos, visto que concentra a renda aos grandes latifundiários, não gera quantidade de emprego significativo, intensifica o uso de maquinários e esgota todos os nutrientes do solo até torná-lo improdutivo, devido à esterilização (Primavesi, 2016).

Esse processo de degradação pode ter diversas origens e que se somam, como a compactação do solo, exposição aos raios ultravioletas do sol, devido à ausência de cobertura, como a serapilheira, a ausência de matéria orgânica e organismos que

sintetizam os minerais, e também a perda de umidade do solo. Esse é o solo morto biologicamente que os ruralistas tanto almejam produtividade, mas é a uma maquiagem da gestão ambiental, pois só funciona com dosagem de químicos, e assim disfarçam os danos ambientais vendendo uma imagem de desenvolvimento rural. Essas ações são uma das mais nocivas que a agricultura e o futuro da humanidade podem ter, pois tem como resultado alimentos com um valor biológico muito baixo, e não mantém a saúde vegetal e nem mesmo a humana. A agricultura natural, ecológica, pode superar o tamanho, sabor, odor e cor dos produtos convencionais (Primavesi, 2016).

Os povos tradicionais do Brasil cultivam e preservam variados tipos de espécies agrícolas, valorizam as que são nativas e locais, além de participar integralmente dos processos de gestão da agrobiodiversidade. Existem condições ideais para conservar os biomas e os ciclos biogeoquímicos, exercendo uma economia circular que seja ambientalmente responsável, e de respeito aos limites dos compartimentos ambientais e à diversidade de vida.

O país deve caminhar para uma transição que beneficie a natureza e a sociedade, pois os acordos, tratados e objetivos estabelecidos para promover o desenvolvimento sustentável global, necessitam de ações, principalmente aquelas que envolvem as bases da sociobiodiversidade. Aceitar que o modelo industrial não contribui para a resolução dos problemas ambientais e que os prejuízos são gerados ao longo de toda a cadeia produtiva, não freia a pobreza e a fome, pressiona os sistemas ecológicos, e contribui para o aumento da desigualdade e da insegurança alimentar.

Os três regimes para produção da natureza que foram descritos por Escobar (1999 *apud* Almeida, 2003) são: orgânica, capitalizada e tecnonatureza, e elas “coexistem e se superpõem no espaço e no tempo. A maioria das aplicações atuais resultantes da prospecção da biodiversidade poderia ser considerada como tecnonatureza capitalista”. Assim, as práticas orgânicas desenvolvidas pelo povo Kalunga, cultuadas no processo intergeracional através da oralidade e utilizadas pelas famílias nos dias atuais é um resgate de uma conexão entre o ser humano e a natureza. Além de um movimento político que contrapõe o sistema econômico do capital e coloca em prática uma autonomia e soberania, confrontando também a globalização.

A soberania alimentar na comunidade Kalunga é uma resistência do povo negro rural que luta para manter a cultura e a relação harmoniosa com o bioma local. As práticas de germinação, colheita e armazenamento de grãos e sementes, assim como os conhecimentos das plantas que curam, são partes do ensino oral que os quilombolas cultuam entre as gerações. Portanto, esse sistema preserva as sementes crioulas e o manejo das interfaces terrestres. A produção com qualidade em pequenos espaços são inovações que o futuro demanda, tanto para a agricultura familiar e rural, quanto a urbana.

Os povos quilombolas adaptaram suas memórias ancestrais para o contexto do Cerrado, e aprenderam muito com os povos originários, nas trocas multiétnicas que o país teve, principalmente no que diz respeito às plantas nativas para o consumo humano e no uso medicinal (Silva, 2013; Soares, 2019; Ungarelli, 2009). Os saberes das plantas de usos medicinais e das partes das plantas utilizarem também são partes da cultura que vem de África, assim como algumas plantas alimentícias, como o arroz, o quiabo, o jiló, a abóbora, entre outras.

O relato de uma entrevista mencionado por Fernandes (2014, p. 85) ilustra a percepção precisa dos Kalungas sobre a diferença no sabor entre os grãos tradicionais, como o feijão, e os alimentos de fora (convencionais) inseridos à dieta quilombola, nos períodos de escassez. Essa percepção também está associada às mudanças no regime hídrico local, o que sugere uma sensibilidade e um conhecimento detalhado dos Kalunga em relação ao impacto das variações ambientais na produção dos alimentos cultivados em suas terras.

[...] se faz um ano que num chove quase nada e dá muito sol, ai nois tem que ir na cidade e comprar arroz e feijão, por que ai não dá pro ano todo. Mas é caro e ruim, num tem o mesmo gosto do daqui. É melhor usar o nosso mesmo  
(Moradora do Engenho II).  
(Fernandes, 2014, p. 85).

A revolução verde e o modelo da indústria agropecuária proporcionaram uma nova rota de degradação do meio ambiente, que retira a vegetação nativa, transporta sedimento para os rios, deixando-os mais rasos, além de lixiviar resíduos de agrotóxicos e de fertilizantes químicos. Uma maior disponibilidade de nitrogênio e fósforo na água pode proporcionar um aumento das algas e das macrófitas, o que dificulta a passagem de luz e causa eutrofização do corpo hídrico, gerando o consumo excessivo de oxigênio (Altieri, 2004).

Ao contrário da agricultura moderna, os princípios agroecológicos visam impactar minimamente os serviços ecossistêmicos e manter o máximo da diversidade de vida, contribuindo para a saúde do solo. Segundo Primavesi (2016), os principais pontos da agroecologia tropical são:

- ☼ Agregar o solo com matéria orgânica para beneficiar a atividade bacteriana;
- ☼ Proteger o solo do aquecimento e do impacto da chuva;
- ☼ Aumentar a biodiversidade em especial a rotação de culturas e diversificação da adubação verde;
- ☼ Aumentar o sistema radicular; e
- ☼ Proteger os cultivos e pastos do vento constante.

Essa diversidade também retorna aos solos como adubo e fertilizante orgânico, dessa forma, os povos tradicionais do Cerrado compreendem a demanda de nutrientes dos bens naturais, além da prática de pousio para regeneração natural das áreas temporariamente ocupadas. As nascentes e os recursos hídricos nas terras quilombolas são preservados, pois a lógica de permanência nesses locais é mantida como sagrada e envolve todas as famílias.

Os padrões de sustentabilidade seguem as ideias tradicionais de respeito à natureza e de equilíbrio ambiental, entretanto, a saída dos jovens do campo, a forte pressão do modelo agroindustrial, as mudanças climáticas e a perda de saberes veem transformando e criando sérios riscos e desafios ao território tradicional (Costa, 2018; Rosa, 2016; Sousa, 2017).

O quilombo Kalunga presta um serviço ambiental essencial para a preservação da vida selvagem na região da Chapada dos Veadeiros. Existe uma cobrança por ajuda técnica e de recursos do Estado para efetuar com eficácia algumas das atividades do dia a dia das famílias do campo. Como, por exemplo, produzir com as sementes crioulas, tradicionalmente adaptadas as comunidades e seus tipos de solos.

Silva (2013) relata a preocupação da continuidade sobre o uso de plantas para a finalidade medicinal na comunidade Ribeirão dos Bois, pois a juventude não aparenta interesse nessa sabedoria popular. Muitas pessoas perderam a crença ou fé nas plantas medicinais do Cerrado e passaram a preferir os remédios da farmácia. Existe um risco desse conhecimento ser esquecido e os saberes e fazeres das ervas medicinais se perderem

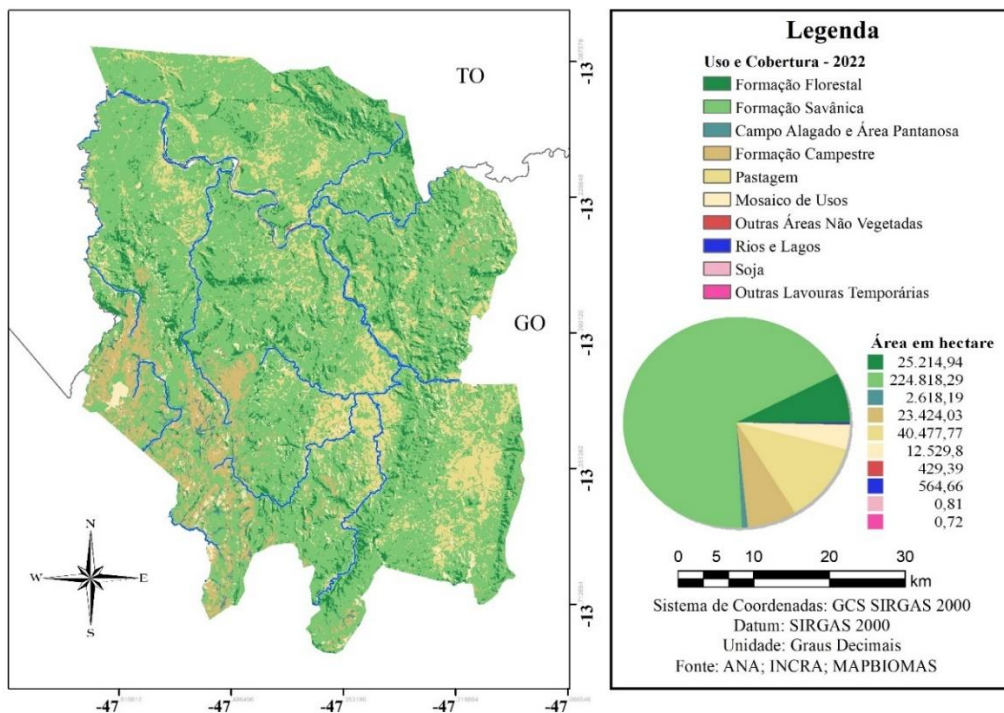
entre os jovens Kalunga, sendo o fator mais ressaltado: o grande fluxo de saída dos jovens da comunidade.

Desvalorização das práticas tradicionais, perda de tradições e do saber tradicional. Viver em condições à margem da sociedade. Ausência de direitos. Garantir direitos e valorização social. Permitir as atuais e futuras gerações de conhecer e utilizar os bens de sua identidade (Silva, 2013).

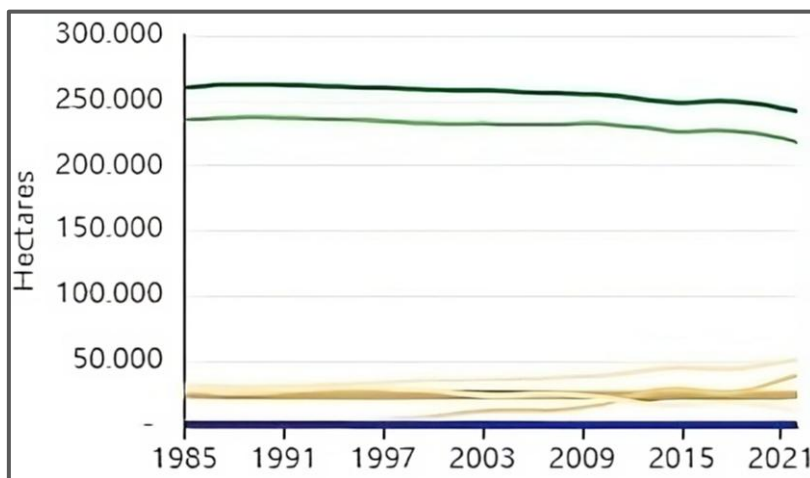
Na busca por compreender a situação atual do uso e cobertura do solo no Território Kalunga, foi elaborado mapa de uso da terra do ano de 2022. Para a realização foram utilizados os dados do MapBiomias, coleção 8.0. Esse entendimento da situação atual da paisagem pode revelar as influências culturais da região sobre a área estudada e sobre a relação das comunidades com o manejo ambiental do território.

Os dados de uso da terra referente ao ano de 2022 no território Kalunga indicam a predominância de formação savânica (224.818 ha) e florestal (25.214 ha) na área, sendo considerado ao todo cerca de 241.798 hectares de floresta, equivalente a 75,75% do quilombo (GO e TO). Em relação à formação campestre são 23.424 ha e campo alagado 2.618 ha. A agropecuária ocupa cerca de 51.260 hectares, ocupando 16,06% da área, sendo a pastagem responsável por 40.477 ha, ou seja, 13%. O mosaico de usos, que são aquelas áreas que não foram possíveis de diferenciar entre pastagem e agricultura, representa 12.529 ha. As outras áreas não vegetadas 429 ha, soja 0,81 ha e outras lavouras temporárias 0,72 hectare. A área ocupada pelos rios e lagos é de 564 ha.

**Figura 09: Mapa de uso e cobertura do solo do ano de 2022 no Território Quilombola Kalunga (GO e TO).**



**Figura 10: Série Temporal do Uso e Cobertura TQK**



Fonte: MapBiomias.org

A região tem observado um crescimento no uso da terra para atividades agropecuárias, com destaque para o aumento dos mosaicos de usos e das pastagens, que se expandiram significativamente a partir de 1995 e 1998, respectivamente. Paralelamente, as áreas de formações florestais e savânicas têm se mantido relativamente estáveis, mas apresentam uma redução lenta ao longo do tempo, com momentos de declínio mais acentuado em 2011 e 2015 (figura 10). Nos anos de 2021 e 2022, houve um

aumento nas formações florestais, enquanto as savânicas e campestres diminuíram, resultando em um incremento das áreas dedicadas à agropecuária.

Essas mudanças no uso da cobertura pode ser um reflexo do incentivo aos financiamentos no município de Monte Alegre, como pesquisados e descritos por Santos (2015, p.161), a política rural investiu mais em agricultores não Kalunga. “Em função do pouco acesso ao crédito, a execução de outras políticas públicas de geração de renda acaba comprometidas”.

Em 2004, foram elaborados e aprovados dois projetos de financiamento na linha PRONAF aos camponeses locais. Esses projetos, destinados em sua totalidade à aquisição de gado bovino foram seguidos por valores significativos no ano seguinte, demonstrando a importância do crédito rural aos camponeses da Comunidade. Na sua totalidade os recursos contratados eram destinados à compra de animais bovinos, formando em pouco tempo um rebanho considerável de animais destinados a produção de carne.

(Santos, 2015, p.161).

Esse nível de preservação das áreas de floresta e savana é resultado de uma simbiose entre humanos e natureza, onde os povos do campo conseguiram adaptar suas práticas ancestrais para conviver de forma sustentável com o meio ambiente. É esse resgate de respeito aos sistemas vivos em que habitamos que o presente trabalho vai abranger. Um compilado de espécies e variedades que por séculos foram domesticadas, selecionadas, preservadas e beneficiadas conforme a necessidade de um povo resistente.

Os principais ecossistemas cultivados observados dentro do território: roças de terra seca, roças de vazante, as capoeiras, pastagens nativas, roça de pasto, cerrado ou sertão, os quintais e os rios (Fernandes, 2019). As comunidades possuem diferentes situações de desenvolvimento de suas infraestruturas e assim também possuem padrões diferenciados de consumo e hábitos produtivos (Fernandes, 2014).

Esse é um dos sistemas mais antigos, e ao mesmo tempo, o mais moderno de gestão ambiental, visto que proporciona uma economia circular dos processos produtivos de imitar a natureza, suas funções ecológicas e sua biodiversidade, além de proporcionar o bem-viver que o ser humano necessita. Essas relações da dinâmica sociopolítica ambiental são impostas à sociedade como formas da equidade, entretanto, as populações

mais vulnerabilizadas não acessam essas metas, por exemplo os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que é integrante do direito difuso.

Enquanto populações com formas alternativas de vivências, modos de agricultura, língua, raça e de soberania alimentar não forem reconhecidas como parte da solução do problema socioambiental e econômico, e também integrados ao corpo gestor como forma democrática, a transição ecológica necessária não ocorrerá. Dessa forma, há um prejuízo imensurável quando esses povos, com metodologias testadas e colocadas em prática por séculos, não estão nesses espaços de tomadas de decisões.

E enquanto resistência, essas comunidades ainda serem submetidas, através do Estado, a diversas formas de violências e negligências, e ter que pelo bem comum da coletividade ainda provar ser merecedor dos direitos difusos, como o meio ambiente, o capital será mais forte que a mudança. Percebe-se então uma ineficácia do funcionamento humano e que de invisível a mão do Estado não herdou nada, mas foi importado pelo desenvolver eurocêntrico e fragmentado pelo extermínio das diversidades.

O momento de emergência ambiental e climática nos leva a ressignificar as regiões tropicais como uma importante reserva genética, e as populações tradicionais como detentoras dos conhecimentos sobre a preservação da natureza. A biodiversidade do Cerrado é constituída por um espaço social de cosmovisões sobre a natureza, que caminha para construir alternativas de sistemas econômicos e a conservar modos de vida tradicionais (Almeida, 2003).

Os conhecimentos tradicionais das populações Kalunga constituem um patrimônio cultural significativo. Estes saberes abrangem o uso sustentável do Cerrado e incluem o emprego de plantas nativas para fins alimentícios, na construção de moradias, na medicina tradicional e na produção artesanal de carvão. Além disso, as práticas religiosas e espirituais da comunidade Kalunga também são aspectos centrais de seu legado cultural. A transmissão oral destes conhecimentos e práticas é essencial para a preservação e continuidade da cultura Kalunga.

### 4.3. AGRICULTURA TRADICIONAL KALUNGA

As práticas das comunidades quilombolas possuem bases sustentáveis, pois essa ocupação humana de subsistência, durante quase três séculos, soube gerir os limites dos sistemas ecológicos. As fortes noções de pertencimento e do conhecimento passado de geração em geração, nutrem as futuras relações com a terra, assim como o desenvolvimento de tecnologias para a manutenção da agrobiodiversidade local (Velloso, 2007; Baiocchi, 1999).

As ferramentas utilizadas no manejo das roças e quintais são predominantes enxada, foice, facão, e o manejo do fogo (Tiburcio; Valente, 2007). A lua também tem forte influência no manejo tradicional da cultura Kalunga. A lua nova não é boa para plantar, colher, tirar palha, tirar madeira, tirar taboca (bambu).

A preservação da identidade Kalunga é fortemente associada ao trabalho no campo e à diversidade agrícola. O saber transmitido de geração em geração sobre plantio e cuidados com as plantas é vital para manter a variedade genética dos cultivos e a riqueza genética local. Foram citados diversos nomes de variedades das espécies-chave das Américas, como a mandioca, o milho, o arroz, feijão, cana, banana, batata, abóbora, entre outras.

O sistema de plantio é baseado na agricultura itinerante de corte e queima, popularmente conhecido como roça de toco. É uma forma manual de fazer roças consorciadas com várias culturas alimentícias e de baixo impacto, mas com muitos processos. Além das roças, também são cultivadas plantas nos quintais, pomares e no cerrado. A prática agrícola quando diversificada é eficaz para manter a segurança alimentar e a sustentabilidade da comunidade (Fernandes, 2014).

O plantio em roça de toco é feito com o manejo de aceiros, seguido do auxílio do fogo que ajuda a suprimir a vegetação (Sousa, 2022). O uso do solo depois que abre a roça é de 6 a 8 anos. Depois desse tempo um período de pousio, para a terra descansar e rebrotar até tornar-se capoeirão, é adotado para recuperar a vegetação nativa e os nutrientes dos solos. Quanto mais tempo ficar produzindo na mesma roça sem o pousio, mais tempo leva para retornar a área (Fernandes, 2014, 2019; Ungarelli, 2009).

Após queimadas, o solo é preparado com enxadas para misturar cinzas e matéria orgânica, melhorando assim a qualidade para plantio. O cultivo começa com a espécie principal e depois adiciona-se culturas secundárias. Espécies de crescimento mais lento são plantadas junto ou ao redor, garantindo diversidade alimentar aos produtores (Fernandes, 2019).

As roças de terra seca, geralmente localizadas em áreas com fitofisionomia como cerrado típico, cerrado denso, cerradão, mata de galeria ou mata ciliar. são praticados em meios arbóreos desmatados de forma que se mantenham as raízes (tocos) das árvores cortadas. Outra parcela arbórea deve ser aberta para que sempre haja terrenos cultivados em diferentes estágios, permitindo o tempo de descanso correto de cada parcela. Também tem as roças de vazantes, que são áreas fertilizadas naturalmente pelo curso d'água (Fernandes, 2019).

Esse é um modelo de produção predominantemente de subsistência, caracterizado por uma agricultura em pequenas áreas, sem o uso de maquinários ou insumos externos. É importante destacar mudanças dessa prática na região do Mimoso, pois são realizadas a retirada dos tocos com tratores. As áreas com terras mais férteis, muitas vezes são aquelas próximas do curso d'água, ou seja, adubadas naturalmente em áreas de várzea. Esse solo é conhecido por “terra de cultura” (Fernandes, 2014). É uma forma manual de fazer roças consorciadas com várias culturas alimentícias, é de baixo impacto, mas com muitos processos. “Há envolvimento da mulher e das crianças no plantio e na colheita” (Avelar; Vicente De Paula, 2003 p. 119).

A principal atividade econômica do povo Kalunga é a agricultura familiar, com destaque para o plantio de mandioca para a produção de farinha, que é comercializada nas cidades vizinhas (Avelar; Vicente De Paula, 2003; Fernandes, 2014). Além disso, foi mencionado que os Kalunga plantam arroz, milho e realizam o desmatamento, em áreas de 2.000 a 4.000 m<sup>2</sup>, a depender do quantitativo familiar, para plantações em roças de toco, em solos naturalmente férteis. Na região do Engenho II, a agricultura é realizada em áreas cedidas para plantio dentro das fazendas, em troca de parte da produção Kalunga, foi mencionado negociações no passado de até 30% (Almeida, 2010; Avelar; Vicente De Paula, 2003; Fernandes, 2014; 2019; Pereira; Almeida, 2011; Ungarelli, 2007)

As práticas da agricultura tradicional produzem um sistema biodiverso e muito rico em variedades que são manejadas entre as plantas nativas do bioma Cerrado, e conservados por diferentes usos, para o consumo familiar, uso medicinal, para lenha, alimentação animal, entre outros. O período de repouso para a terra regenerar, fornece uma rebrota que restaura e fortalece a resistência e a resiliência do meio, principalmente se for oferecida uma ajuda ao sistema, como não tirar os tocos, plantar leguminosas que fixam nitrogênio nos solos ou uma dispersão de sementes.

As ferramentas de campo mais citadas foram a enxada, foice, enxadão, facão, plantadeira (inovação na agricultura Kalunga). Nas microrregiões do Prata, do Mimoso e da Contenda, foram descritos que a utilização dos tratores tem ganhado protagonismo para abertura das roças. As culturas são fortemente modificadas pela pressão do se fazer rápido e fácil do plantio a colheita. O calendário agrícola é uma manifestação do calendário de festas, entre maio e setembro (Ungarelli, 2009).

Há relatos de que o cultivo da terra é “arcaico” por ser manual, utilizando a tração animal e por ser estritamente familiar, ou seja, sem uso de maquinário, sistema de irrigação e fertilizante químico. A pressão pela “modernização na agricultura” é baseada em baixa produtividade natural da terra, por ter composição arenosa e um relevo mais movimentado, ondulado e forte ondulado. Mantendo a mesma concepção equivocada de terra seca e infértil do bioma Cerrado. O que, segundo os autores, “mal garante a sobrevivência das famílias, exigindo complementação através da compra de produtos na cidade e da criação de gado para obtenção de carne e leite” (Avelar; Vicente De Paula, 2003, p. 119).

A demora dos processos de legalização e titulação das terras quilombolas Kalunga, acontece de forma burocrática e mantém o povo sem título em áreas de conflitos socioambientais (Avelar; Vicente De Paula, 2003; Velloso, 2007).

“...mantendo o Kalunga (...) em áreas pouco produtivas, sem investimentos governamentais na agricultura, ainda hoje plantando “à meia” nas roças de toco cultivadas em terras alheias, ou prestando serviço, temporariamente, em terras dos fazendeiros locais” (Avelar; Vicente De Paula, 2003, p. 120).

A cultura Kalunga possui forte interesse por técnicas agroecológicas e utiliza delas na prática, com respeito a natureza, ao tempo dos plantios e dos solos. Existem demandas para aprofundar seus conhecimentos nessa área da agricultura natural, visto a crescente

pressão da soja no território, como relatado nas pesquisas do Engenho II (Ungarelli, 2009, p. 52).

A valorização da produção de baixo impacto ambiental acontece por ser defendido uma percepção de sabor e valor nutricional desses alimentos, além da harmonia com o meio ambiente e suas tradições regionais intergeracional. A diferença de sabor e a escolha de não utilizar insumos externos, segundo o seu Sirilo, é uma consequência do respeito mútuo aos outros seres vivos.

“Ah! O plantado aqui tem outro sabor, prefiro come o plantado aqui que a gente não uso o adubo químico, né? Tudo natural, sem veneno nenhum, nem pra madurece ligeiro, nem secá ligeiro, não. A planta chega no tempo certo dela, num precisa obriga ela não”.

- Seu Sirilo.  
(Ungarelli, 2009, p. 65).

O conhecimento da agricultura convencional também é vivenciado pelo povo Kalunga quando trabalham nas fazendas do entorno. Há alguns relatos da aplicação de veneno para matar as pragas, as ervas daninhas ou o mato, e até para acelerar o crescimento da planta. Também trazem as monoculturas e assim as consequências ambientais que essa homogeneização da paisagem gera nos sistemas agrícolas tradicionais e orgânicos (Almeida, 2003; Avelar; Vicente De Paula, 2003; Tiburcio; Valente, 2007).

O relato em questão aponta para a dinâmica de vida e trabalho das comunidades Kalunga, enfatizando a relevância da agricultura tradicional como elemento cultural e econômico. Os moradores percorrem distâncias consideráveis até suas roças, localizadas fora dos centros de habitação, como muito mencionado na região do Engenho. Já na macrorregião do Vão de Almas, as roças são localizadas mais próximas das casas, demonstrando a prática enraizada da agricultura como parte da identidade cultural das comunidades (Almeida, 2010).

As raízes das plantas do Cerrado são mantidas, mantendo o ciclo sustentável de rebrota e regeneração das roças. No território do Mimoso já se transforma essa ciência tradicional retirando tudo com trator e criando pastos permanentes, a partir do plantio de gramíneas exóticas (Souza L., 2018; Souza R., 2022)

A diminuição da fartura de alimentos das comunidades é fortemente denunciada nos últimos anos, e algumas dessas causas são a escassez hídrica mais rigorosa e as mudanças de meses dos ciclos de chuva. O plantio inicia somente quando as chuvas firmam, principalmente as de arroz. Cultivados nas áreas baixas e alagadas, próximas aos rios e veredas (Fernandes, 2019).

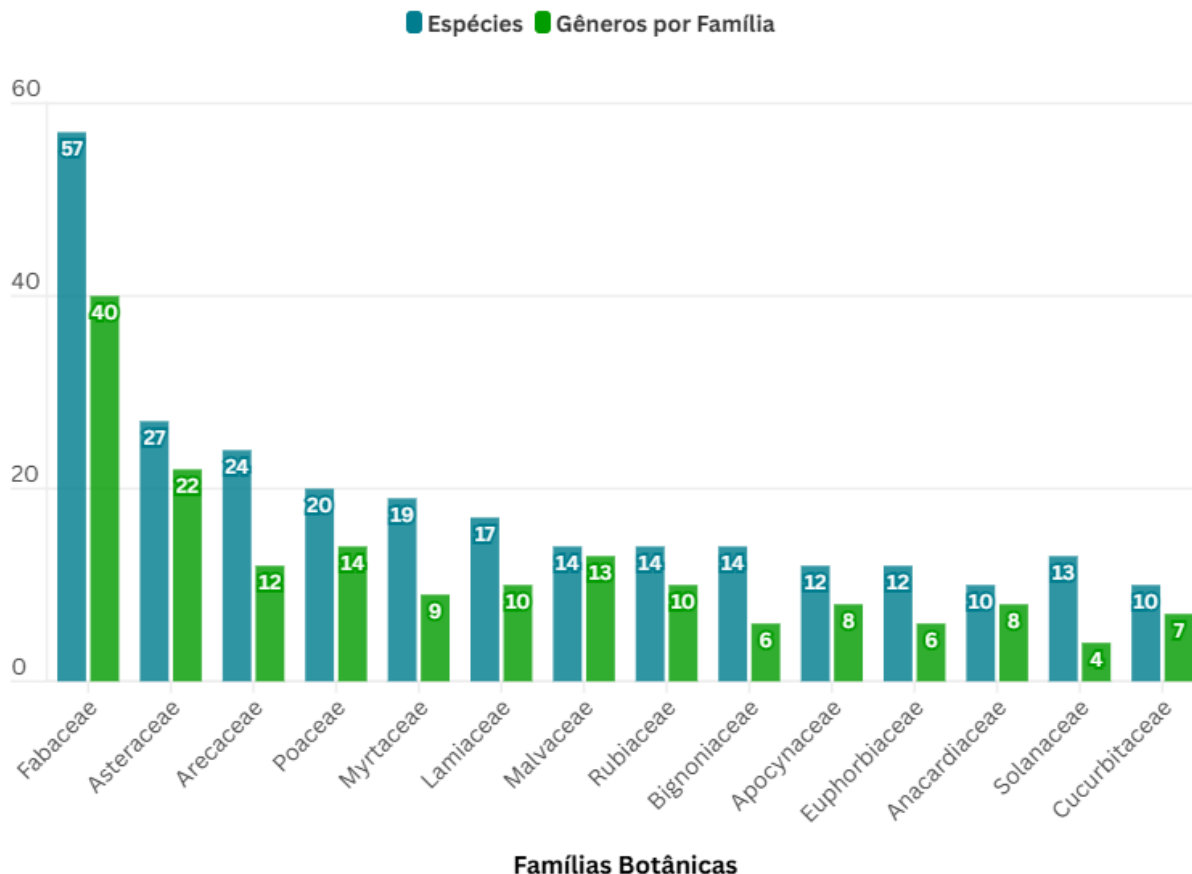
Vários desafios permanecem nos sistemas culturais de produção alimentar Kalunga. O impacto do gado em áreas agricultáveis e a falta de abastecimento hídrico nas comunidades são alguns dos desafios para uma melhor gestão territorial (Pereira; Almeida, 2011). O ensino da agroecologia e de processos como adubação verde e compostagem proporcionam ao coletivo uma relação menos degradante com o local em que vivem, principalmente no uso do fogo, ofertando assim um retorno para a ciclagem de nutrientes nos solos (Ungarelli, 2009).

#### **4.4. DIVERSIDADE AGRÍCOLA**

Foram registrados 794 nomes populares para as plantas, como demonstrado no apêndice 1. Dentre essas, 473 nomes científicos foram identificados. Além disso, foram encontrados 321 gêneros entre as espécies e 100 famílias botânicas. O gênero que mais teve relevância foi o da mandioca (*Manihot*), seguido do arroz (*Oryza*) e do milho (*Zea*).

Abaixo são apresentadas as 15 principais famílias presentes na revisão. Importante destacar a quantidade de gêneros em cada, representando uma melhor adaptação e seleção dos agricultores para preservar suas genéticas tradicionais.

**Figura 11: N° de espécies e gêneros por famílias botânicas.**



O gráfico acima apresenta a distribuição de espécies e gêneros entre as 100 famílias botânicas identificadas a partir das 473 espécies de plantas citadas. A análise revela que a família Fabaceae se destaca como a mais diversa, tanto em número de espécies (57) quanto em número de gêneros (40). Essa predominância pode estar relacionada à ampla distribuição e adaptabilidade das espécies dessa família em diferentes ecossistemas. Esse padrão na família Fabaceae já foi descrito em regiões de Cerrado no estado de Mato Grosso por Mamede (2019).

Em seguida, as famílias Asteraceae (27 espécies e 22 gêneros) e Arecaceae (24 espécies e 12 gêneros) também apresentam uma representatividade significativa, o que reforça sua importância ecológica e cultural. As famílias Poaceae (20 espécies e 14 gêneros), Myrtaceae (19 espécies e 9 gêneros) e Lamiaceae (17 espécies e 10 gêneros) completam o grupo das famílias mais diversas, indicando sua relevância nos estudos botânicos e etnobotânicos.

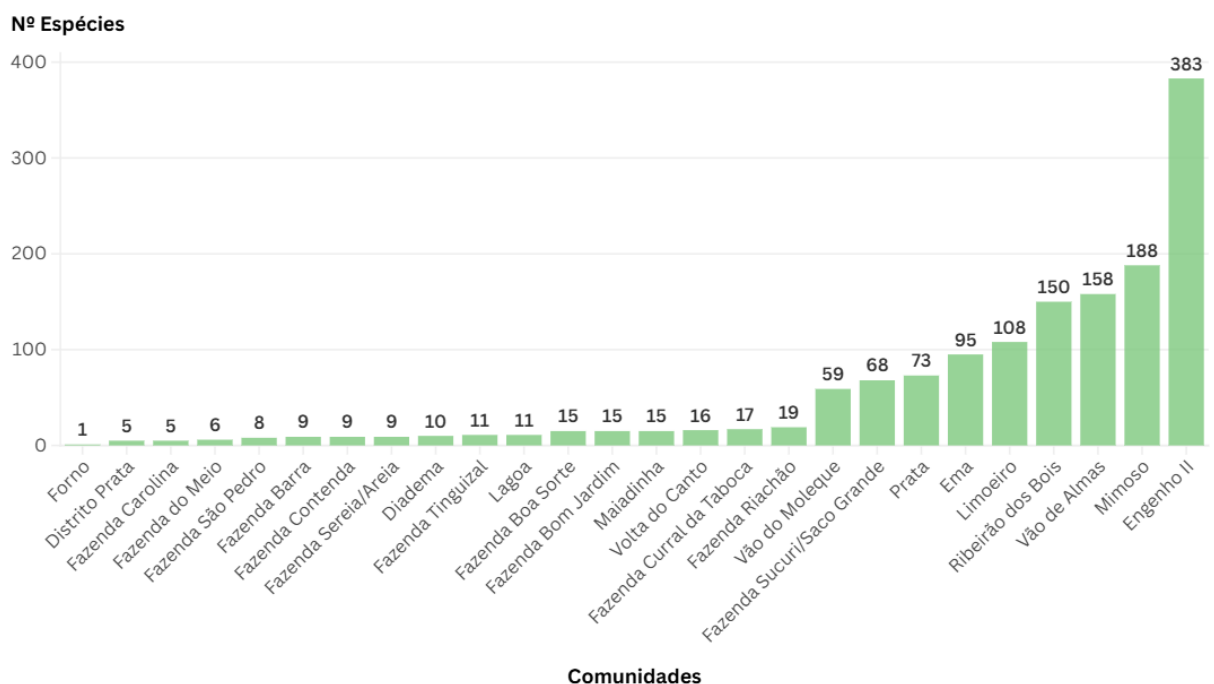
As famílias Malvaceae e Rubiaceae, embora com menor número de espécies, também se destacam pelo número de gêneros (13 e 10), sugerindo uma diversidade

genética considerável. Essa distribuição desigual de espécies e gêneros entre as famílias reflete a complexidade e a riqueza da flora estudada nos contextos ecológicos e culturais quilombolas.

Acredito que essas são as famílias mais significativas para o contexto territorial quilombola, visto que os múltiplos tipos de usos estão diretamente ligados ao contexto da ocorrência das plantas pertencentes a essas famílias nos povoados. Por exemplo, a extração de óleos e usos do coco e palmito na alimentação Kalunga da família *Arecaceae*, produção de sucos e consumo in natura da *Myrtaceae*. Uso medicinal e alimentação da *Fabaceae*. Conhecimentos medicinais das famílias *Asteraceae*, *Poaceae* e *Lamiaceae*, entre outros padrões.

Daquelas 29 comunidades previamente identificadas como área de atuação dos trabalhos, foram atribuídas espécies apenas para 26. Sendo a região do Engenho II a que mais representou espécies, já esperado conforme exposto na figura 08. As comunidades onde não foram relatadas espécies se deve a estudos que abordaram múltiplas localidades e não especificaram quais espécies foram de cada ou realmente não apresentaram informação sobre.

**Figura 12: N° de espécies identificadas nas Comunidades**

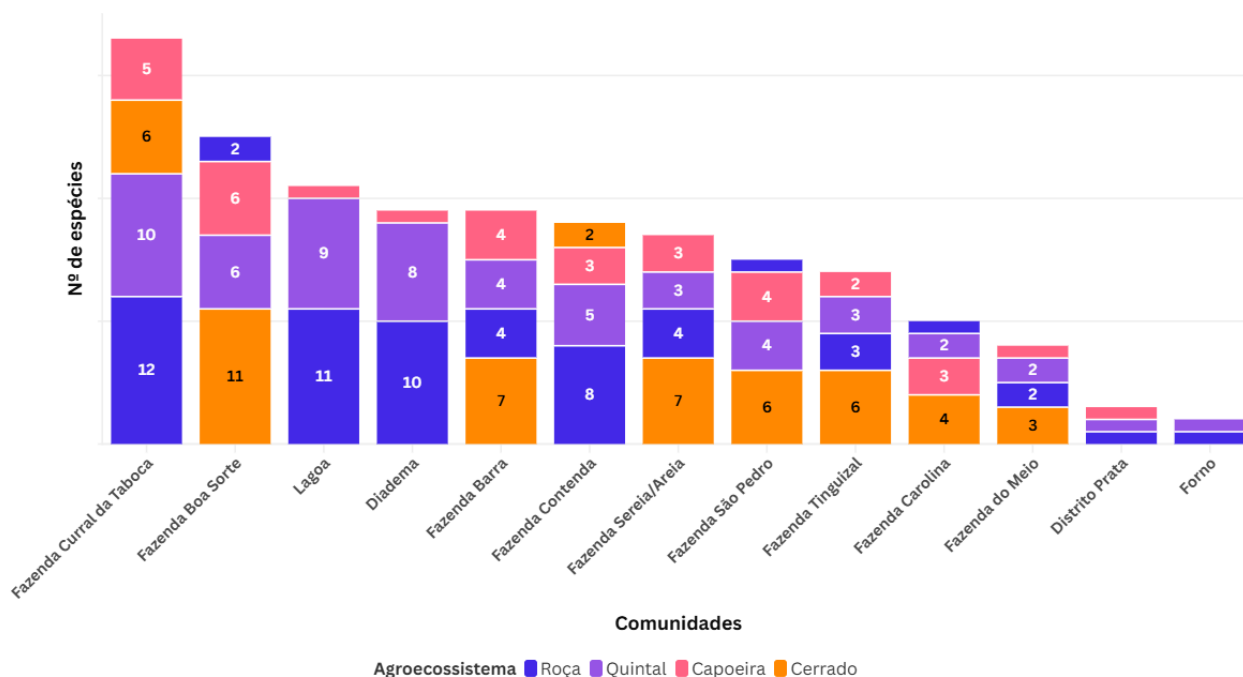


As comunidades que menos tiveram estudos e conseqüentemente menos dados de diversidade foram: Forno, Distrito Prata, Fazenda Carolina, Fazenda do Meio, Fazenda São Pedro, Fazenda Barra, Fazenda Contenda, Fazenda Sereia/Areia, Fazenda Tinguizal, Lagoa, Boa Sorte, Fazenda Bom Jardim, Maiadinha, Volta do Canto, Fazenda Curral da Taboca e Fazenda Riachão (conforme a figura 12). Os próximos estudos devem ser pensados para compreender as demandas dessas comunidades. Os pesquisadores e as instituições devem repensar suas abordagens no contexto quilombola para as localidades que necessitam de estudos e não para a localidade que melhor conforta seus interesses, seja ele de tempo ou custo.

A figura 11 demonstra quais comunidades que mais apresentaram espécies: Engenho II (383), Mimoso (188), Vão de Almas (158), Ribeirão dos Bois (150); Limoeiro (108), Ema (95), Prata (73), Fazenda Sucuri/Saco Grande (68), e Vão do Moleque (59). Entretanto, esse já era um resultado esperado devido a tendências das pesquisas de ocorrerem nessas comunidades mais próximas aos centros urbanos, como o caso do Engenho II, pois só nessa comunidade, cerca de 17 dos trabalhos selecionados estiveram pesquisando o contexto das plantas, como informado na tabela 04.

Os estudos que mais contribuíram para esse nível de conhecimento das espécies no Engenho II foram: Araújo (2014), Fernandes, 2014; 2019, Massarotto (2009), Silvestre (2015) e Ungarelli (2009). Esses foram os trabalhos que mais teve espécies relatadas e conseqüentemente de onde caracterizam esse padrão pelas comunidades. Os dados do Mimoso foram obtidos apenas por 2 estudos, Soares (2019) e Souza L. (2018), e mesmo assim apresentou um número importante de espécies. Outro estudo importante do território que não foi encontrado no processo seleção, é de Rocha-Coelho (2009), que fez um levantamento bem detalhado das plantas no quilombo do Tocantins.

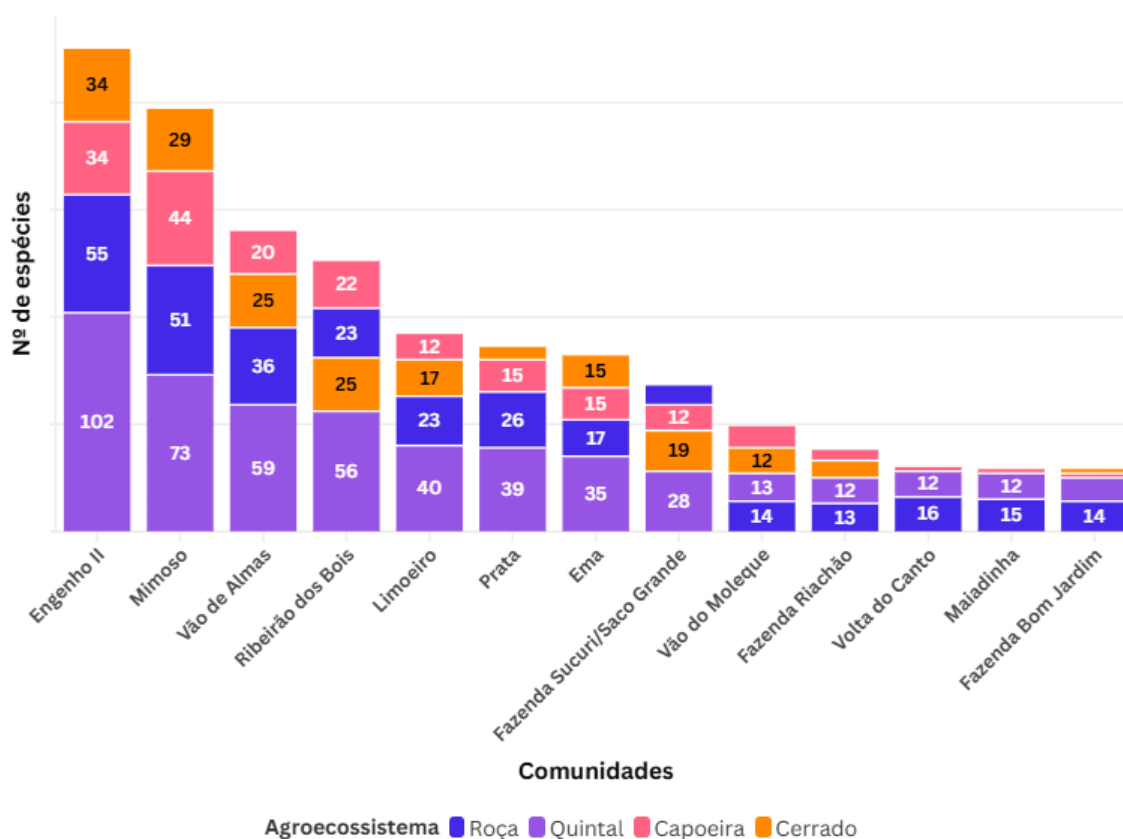
**Figura 13: Nº de espécies nos sistemas agrícolas das Comunidades menos estudadas**



As comunidades que menos foram amostradas por espécies representam mais agroecossistemas como Cerrado e Roça. Sendo Curral da Taboca, Lagoa, Diadema, Contendo, Distrito Prata (Monte Alegre) e Forno as comunidades que mais levantou espécies nas roças. Enquanto que Fazenda Boa Sorte, Barra, Sereia/Areia, São Pedro, Tinguizal e Fazenda do Meio foram as do Cerrado, devido ao estudo de Ramidoff (2022) ter abordado produtos florestais não madeireiros em diversas regiões do Sítio Histórico. As comunidades que menos se sabe sobre os cultivos nas roças são: Fazenda Boa Sorte e Fazenda São Pedro, conforme demonstrado na figura 13. Os próximos estudos podem abordar esses sistemas agrícolas, ajudando a levantar as espécies que são manejadas pelos agricultores locais.

É muito importante compreender os bancos de variedades que são “guardadas” nas capoeiras, pois as espécies que já foram cultivadas nas antigas roças, crescem e permanecem nesse sistema no tempo do pousio, junto com as plantas nativas e aquelas que crescem espontaneamente transportadas por pássaros e mamíferos. Entre os estudos que mais aprofundaram nesse sistema, Fernandes (2019) compreendeu que quando uma variedade fica mais fraca ou se perde ao longo dos anos, as capoeiras são revisitadas para obter essas genéticas.

**Figura 14: N° de espécies nos sistemas agrícolas das Comunidades mais estudadas**

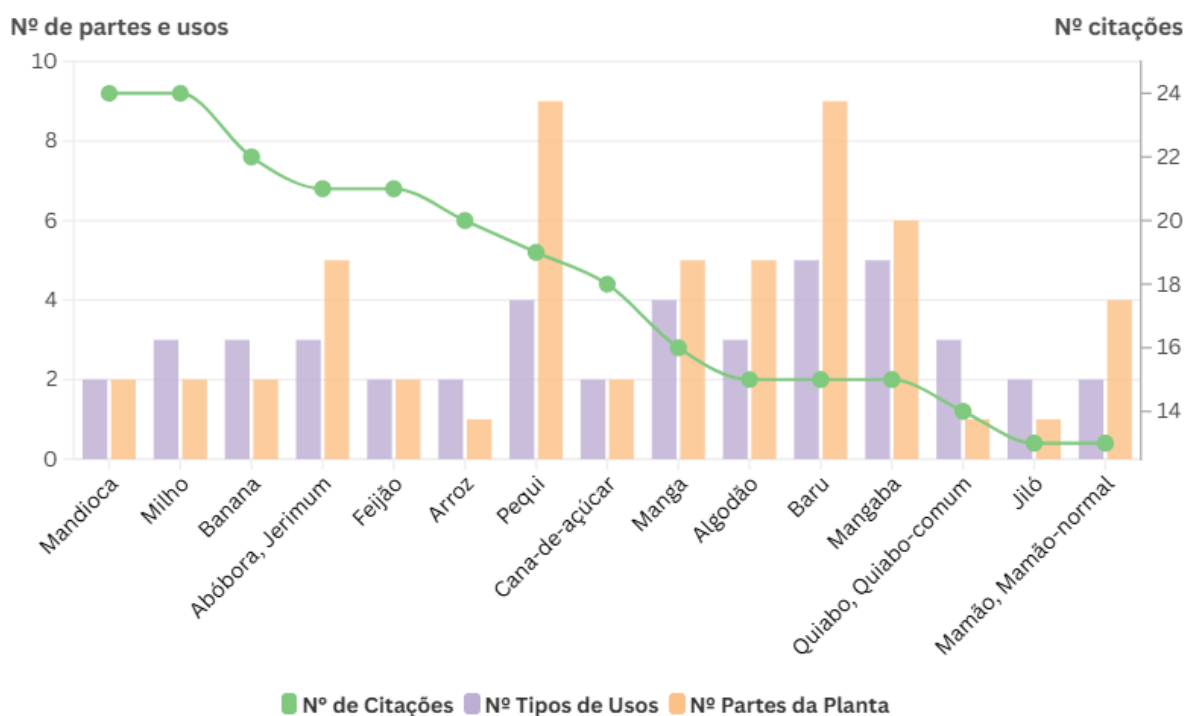


Na maior parte dessas comunidades foram estudadas as espécies nos quintais, diferente daquelas localidades menos estudadas (figura 13). As comunidades Vão do Moleque, Fazenda Riachão, Volta do Canto, Maiadinha e Bom Jardim foram as que predominaram espécies nas roças (figura 14). Os quintais do Engenho II, Mimoso, Vão de Almas, Ribeirão dos Bois, Limoeiro, Prata, Ema e Fazenda Sucuri são grande foram os agroecossistemas que mais relataram espécies (figura 14) e isso acontece pelos estudos que detalharam a botânica e etnobotânica ligada aos usos medicinais como: Massaroto (2009), Rosa D. (2014), Santos M. (2015), Silva (2013) e Soares (2019). Movido pelas preocupações da perda de saberes devido à proximidade e facilidade de obter os fármacos. Vários métodos foram desenvolvidos para se fazer o resgate dessa cultura, incluindo a integração do ensino formal com jovens e crianças sobre plantas usadas para fins medicinais.

Os quintais são de fato representativos da diversidade de demandas para a utilização de plantas que o povo Kalunga possui, sendo possível relatar que 102 espécies foram registradas no Engenho II, 73 no Mimoso e 59 no Vão de Almas, 56 em Ribeirão dos Bois e 40 na comunidade Limoeiro. Como pesquisado por Silva *et al.* (2015), o

quintal é um lugar e espaço de saberes, onde se articulam memórias, saberes femininos e práticas cotidianas. A manutenção dos quintais é uma forma de resistência à homogeneização cultural, evidenciando a profunda interação entre cultura e natureza. Mesmo a comunidade Engenho II sendo descrita como a região que possui roças mais distantes dos núcleos familiares, foi a que teve mais espécies (55 sp.), seguida do Mimoso (51 sp.) e Vão de Almas (36 sp.)

**Figura 15: As 15 plantas mais citadas e seus n° de partes e usos**



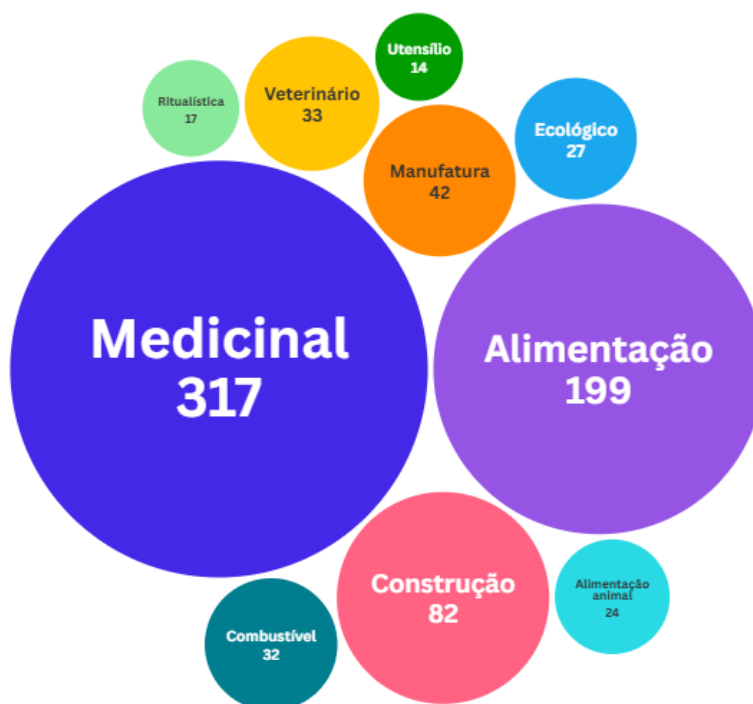
A mandioca (*Manihot esculenta*) e o milho (*Zea mays*) foram as espécies mais citadas nesse estudo, tendo sido relatadas por um total de 24 autores, seguido da banana (*Musa x paradisiaca*) com 22 citações. Abóbora (*Cucurbita moschata*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*) com 21, arroz (*Oryza sativa*) com 20, pequi (*Caryocar brasiliense*) com 19, sendo essa a que mais teve partes da planta relatada entre os 4 tipos de usos, um total de 9 partes, assim como o baru (*Dipteryx alata*), sendo relatados 5 tipos de usos. Seguida da mangaba com 6 partes e 5 tipos de usos, e algodão (*Gossypium barbadense*), manga (*Mangifera indica*) e abóbora com 5 partes (figura 15).

São muito significativos os valores do pequi, baru e mangaba, principalmente por populações que dependiam diretamente do bioma local para complementar a alimentação

nas estações mais difíceis de colheita nas roças. Também é perceptível como o paladar identitário desse povo quilombola se beneficia das plantas nativas a partir dos saberes dos usos da planta como um todo, não somente para a polpa ou semente/castanha, para obter suas formas de nutrição. No caso do pequi foram citadas 9 partes, sendo elas: Casca; Castanha; Caule; Entrecasca; Flor; Folha; Fruto; Látex; Polpa; A folha foi citada no estudo sobre plantas tóxicas para alimentação do gado.

Esse estudo levantou os tipos de usos das plantas, sendo relatados 11 diferentes, sendo elas: Medicinal; Alimentação; Construção; Manufatura; Veterinário; Combustível; Ecológico; Alimentação animal; Ritualística; e Utensílio. As classes que mais foram relatadas espécies foi medicinal, com 317. Seguida de Alimentação, 199 espécies, construção 82, manufatura, 42 e uso veterinário um total de 33 espécies mencionadas (figura 16).

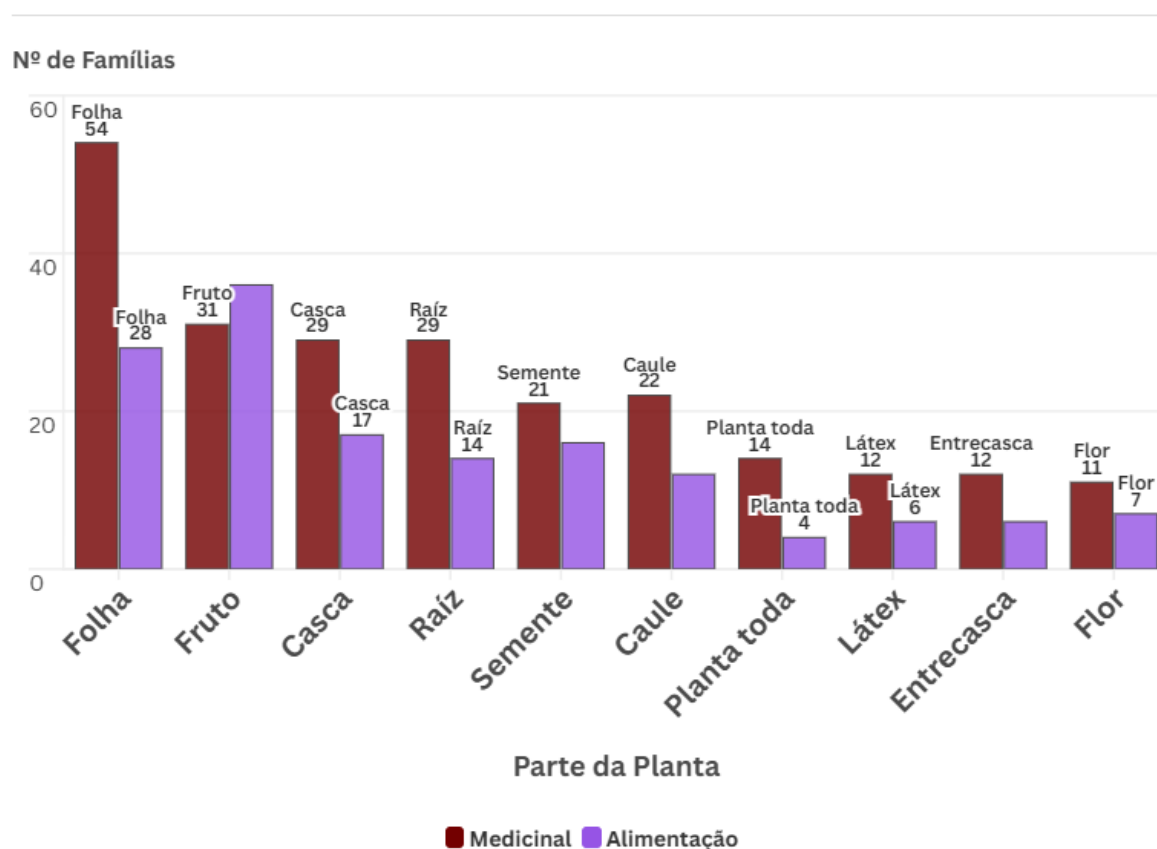
**Figura 16: Gráfico de bolha dos números de espécies relatadas por tipos de usos**



As partes das plantas foram relacionadas com os usos medicinais e alimentícios, pois foram as mais abrangentes em número de espécies. A relação com o número de famílias mostrou que as folhas das plantas são mais utilizadas para fins medicinais, diferente do fruto, que mais apareceu na alimentação. Para o uso medicinal, 54 famílias botânicas têm a folha citada, em 31 famílias o fruto e 29 a casca. Enquanto na alimentação

36 famílias para o fruto, 28 a folha e 17 a casca (figura 17). As plantas possuem múltiplas parte que são conhecidas e utilizadas na cultura Kalunga. Como os dados foram agrupados, não necessariamente se come casca, látex ou flor, mesmo sendo relatadas partes como o palmito e farinha da parte macia dos coqueiros. O que esse dado representa são as partes dos usos complementares, ou seja, pode ser utilizada o caule da planta na construção e as folhas para uso medicinal. Assim a espécie vai ser considerada para ambos os usos, sendo medicinal (folha e caule) ou construção (folha e caule). É o caso das flores, pois foram citadas quando investigadas plantas tóxicas na alimentação animal, frutos (erva-café) e flores (pequi), entre outras que foram relatadas como prejudicial ao gado, segundo Paim, *et al.* (2023). Dessa forma, a espécie da planta é contada também nos diversos usos possíveis.

**Figura 17: Distribuição do nº de famílias por parte da planta para fins Medicinais e Alimentares**

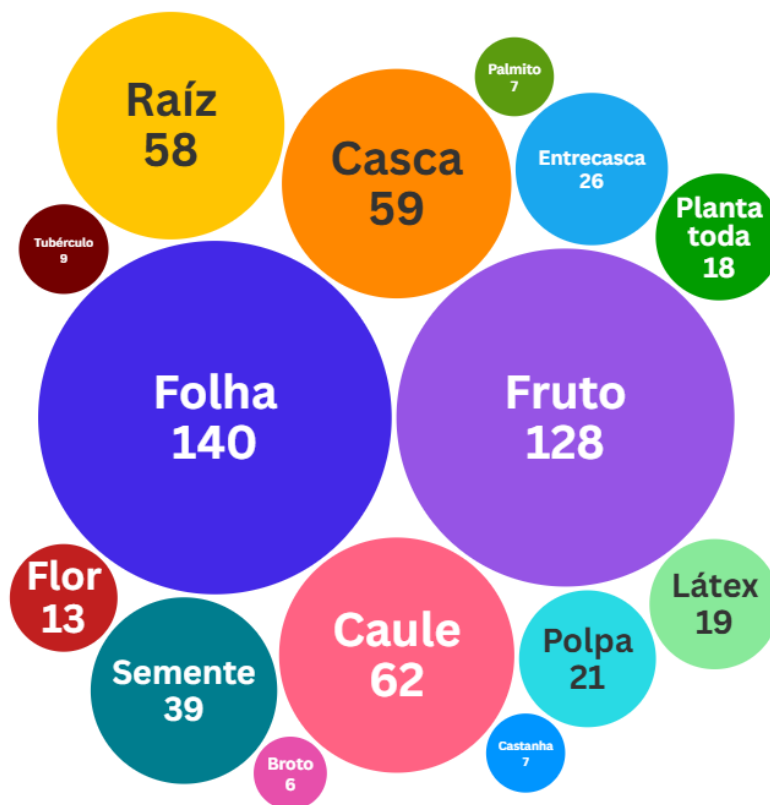


A alimentação familiar das comunidades na agricultura tradicional possui espécies-chave nas roças, como: o arroz, o feijão, a mandioca, a abóbora, o milho, a

banana, gergelim, maxixe, quiabo, jiló e suas variedades. Assim como o uso de plantas nativas do bioma Cerrado com múltiplas finalidades, sendo mantidas em quintais principalmente as que dão frutos. Sendo também uma forma de movimentar a bioeconomia local.

O estudo de Ungarelli (2009) identificou conhecimentos das variadas substituições para o café: como o feijão-fedegoso, a marmelada, o feijão-andu, canjica de milho, arroz limpo e caroço de buriti torrado. O mesmo acontece para variedades de feijões, algumas nativas, da família Fabaceae, são utilizadas na alimentação.

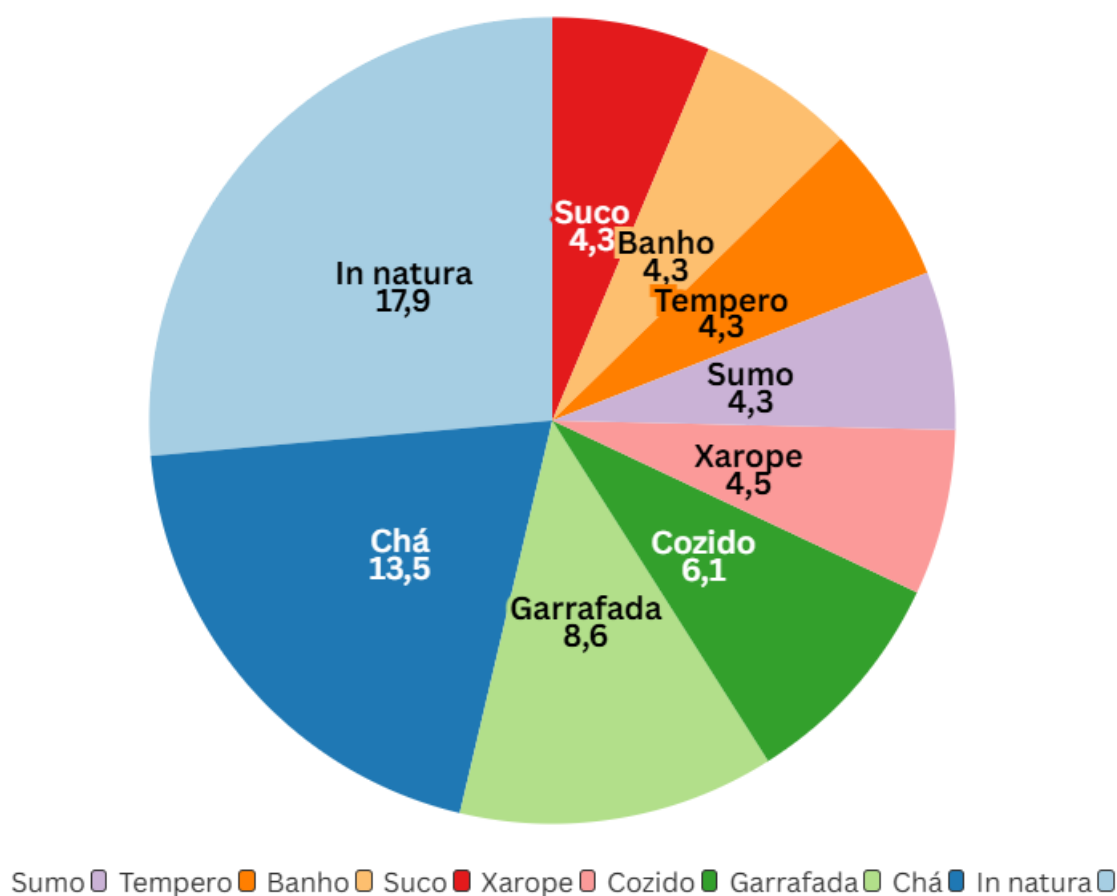
**Figura 18: Gráfico de bolha dos números de espécies relatadas por parte da planta**



A folha foi a parte da planta que mais citaram espécies, cerca de 140. Isso se dá principalmente pela facilidade de coleta e usos dessa parte, e pelas indicações de planta medicinal, seguido do fruto, 128. E isso também representa o vasto conhecimento da biodiversidade local e manejo de plantas que são exóticas e que se adaptaram bem ao país, sendo o caso da manga, limão e jaca. Espécies que compõem os pomares dos quintais. O caule com 62, citadas principalmente para usos na construção e também para fazer lenha (combustível). Exemplo: Sucupira, Angico e Jatobá. A casca 59 espécies,

também relacionada com o uso medicinal e Raiz com 58 (medicinal e alimentação). Existe uma preocupação em relação aos saberes medicinais dos que utilizam as raízes, pois os mais velhos já não praticam tanto, devido ao esforço de se coletar. Conforme demonstrado no gráfico de bolhas acima (figura 18).

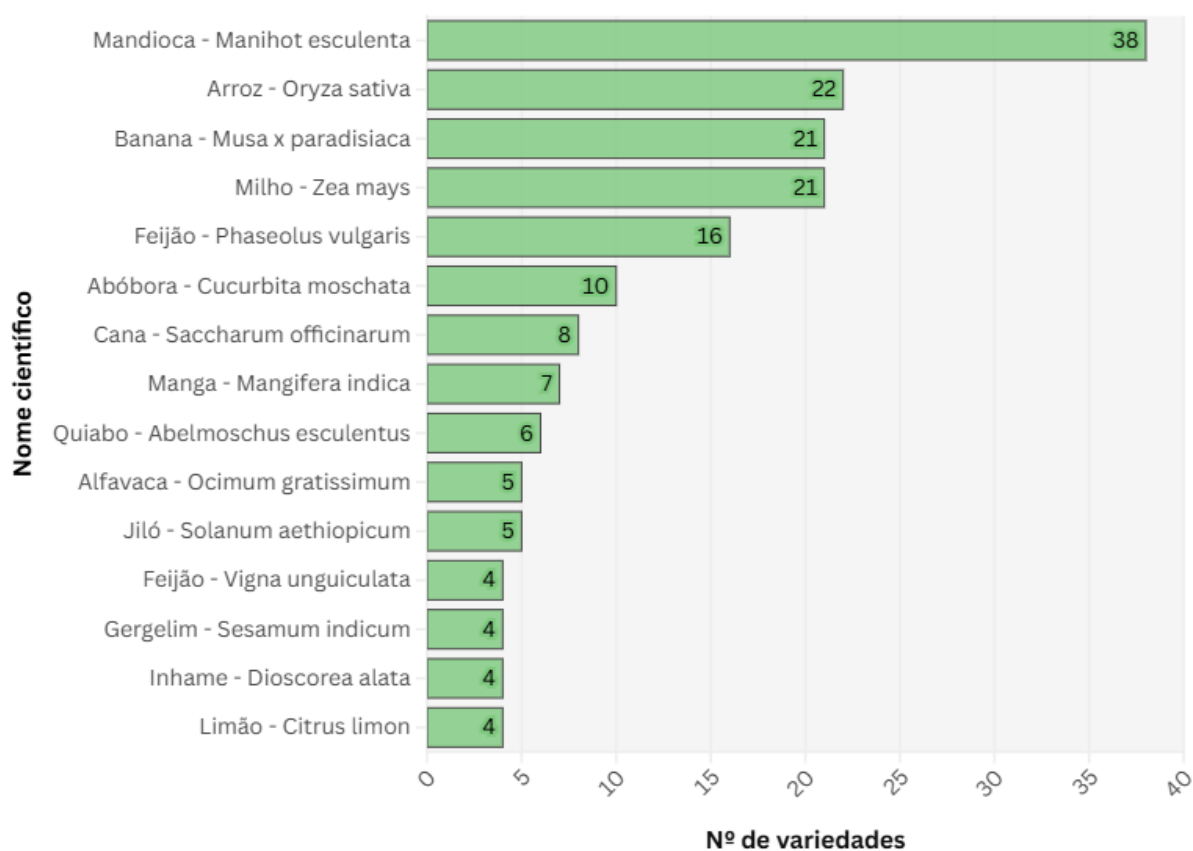
**Figura 19: Distribuição percentual dos métodos de beneficiamento de produtos naturais**



Para algumas plantas foram especificados os beneficiamentos ou qual a forma que a utilizam. A partir da contagem das espécies foi calculada a porcentagem das que mais tinham informações. A forma *in natura* ou natural do fruto foi a mais representativa das plantas, cerca de 17,9% das 443 espécies são consumidos dessa forma. Seguido de chá com 13,5%, muito citada em usos medicinais da planta, assim como garrafada 8,6%. Cozido com 6,1% e Xarope 4,5%. Essas foram as formas de beneficiamento mais relevantes para o conjunto de plantas relatadas, conforme a figura 19.

A diversidade intraespecífica das plantas é bastante simbólica entre os espaços produtivos, indicando que existem aquelas caloricamente essenciais para a alimentação da comunidade. Portanto, são mantidas com uma rica diversidade de variedades. Das 794 variedades de plantas identificadas nos trabalhos, 38 eram de mandioca, 22 de arroz, 21 de milho, 20 de banana e 20 de feijão, também possuem 10 de abóboras e 8 de cana-de-açúcar (figura 20).

**Figura 20: N° de variedades por espécies de plantas**



**Mandioca (*Manihot esculenta*):** Essa foi a planta que mais apareceu variedades, um total de 38 e também a que teve mais citações dos estudos. Assim o gênero *Manihot* é o que mais possui espécies. É um cultivo muito importante para a alimentação dos povos tradicionais. Sendo uma planta domesticada pelos indígenas no Brasil, aproxima a cultura Kalunga desses saberes ancestrais. A produção da farinha de mandioca é uma das práticas culturais Kalunga que gera renda para as famílias, sendo comercializado somente o excedente. Uma prática que equilibra subsistência e economia local. O número de

variedades seria também as variedades de nomes que foram relatadas ao longo da revisão. Não necessariamente o povo Kalunga possui essa expressiva quantidade de variedades, pois a região quilombola é muito extensa e possui diversidade linguística e de conhecimento popular entre comunidades. Entretanto, pode também indicar uma maior proximidade da relação humano-natureza com essa espécie e da resistência ao aumento das temperaturas. Possibilitando a seleção de variedades e cruzamentos, devido ao seu valor na alimentação e por ser rico em carboidratos. Existem duas principais distinções da mandioca boa para cozinhar, sendo a mansa ou doce e, para fazer farinha, a brava. Também são diferenciadas pelas suas cores do caule, pecíolo e nervuras da folha. Os principais usos são para alimentação e medicinal. As partes da planta utilizada são raiz e folha. São plantadas nas roças com policultivos, nos quintais e capoeiras. Sendo o quintal e a capoeira os agroecossistemas mais importantes para preservar a diversidade genética. Com essa planta é feito farinha ou puba, polvilho, bolo, massa, crueira, biju ou tapioca e também consumida cozida. Toda a planta é aproveitada, sendo casca da raiz ofertada na alimentação animal destinada às aves.

**Variedades:** Mandioca; Mandioca-aipim; Mandioca-aipim-branco; Mandioca-azulona; Mandioca-brava; Mandioca-brava-babu; Mandioca-brava-casco-de-burro; Mandioca-brava-doidona; Mandioca-brava-mata-fome; Mandioca-brava-pipiri; Mandioca-brava-preta; Mandioca-castelo-de-cipó; Mandioca-cerrana; Mandioca-de-cumpade; Mandioca-de-fritar, Mandioca-amarela; Mandioca-doce-castelo; Mandioca-doce-castelo-branco; Mandioca-doce-castelo-preto; Mandioca-doce-manteiga; Mandioca-doce-pão-da-china; Mandioca-doce-roxinha; Mandioca-gaierinha ou Mandioca-mansa-gaierinha; Mandioca-mansa; Mandioca-mansa-aparecida; Mandioca-mansa-cacau; Mandioca-mansa-de-todos-os-tempos; Mandioca-mansa-ipimané; Mandioca-marelinha ou Mandioca-mansa-amarelinha; Mandioca-mata-rato; Mandioca-minguana; Mandioca-molezinha; Mandioca-olho-roxo; Mandioca-paranista; Mandioca-paranista-olho-branco; Mandioca-precoce; Mandioca-quatro-meses; e Mandioca-rio-verdão; Mandioca-vindoura.

**Arroz (*Oryza sativa*):** É uma planta cultivada nas roças e possui importância na alimentação Kalunga tanto quanto a mandioca. Foram relatadas 22 variedades utilizadas na alimentação e para fins medicinais. Com essa espécie se faz bolo, cuscuz, arroz doce, e se consome cozido. Vários estudos indicaram variedades que estão sendo menos cultivadas, caindo em desuso principalmente pelas dificuldades climáticas de chuva,

como: Arroz-vermelho, Arroz-xandú, Arroz-novato, Arroz-maranhão, Arroz-capivara ou Arroz-avermelhado, Arroz-gaipa e o Arroz-bico-roxo.

**Variedades:** Arroz; Arroz-agulhinha; Arroz-beira-campo; Arroz-bico-roxo; Arroz-branco; Arroz-cacho-preto; Arroz-cana-roxa; Arroz-capivara ou Arroz-avermelhado; Arroz-gaipa; Arroz-marabá; Arroz-maranhão; Arroz-milharim; Arroz-novato; Arroz-preto; Arroz-quatro-meses; Arroz-rabo-de-poldrinho; Arroz-saia-velha; Arroz-taquari; Arroz-três-meses; Arroz-trigo; Arroz-vermelho; e Arroz-xandú.

**Banana (*Musa x paradisiaca*):** Essa planta é chave nos agroecossistemas de manejo: roça, quintal e capoeiras. Sendo cultivada junto com plantas de ciclos mais curtos. É preferencialmente consumida ao natural e além da alimentação, também é utilizada a folha na construção.

**Variedades:** Banana; Banana-angola; Banana-farta-família; Banana-maçã; Banana-marainha; Banana-maranhão ou Quatro-penca; Banana-moça; Banana-nanica; Banana-nanicona; Banana-naniquinha; Banana-prata; Banana-pratanã; Banana-roxa; Banana-roxa-branca; Banana-roxa-virada; Banana-roxona; Banana-são-tomé; Bananaterra; Banana-três-quinas; Banana-vermelha; e Bananeira-branca.

**Milho (*Zea mays*):** É uma planta da família Poaceae, importante para a cultura local e cultivada nas roças e quintais. Possui 21 variedades encontradas nos estudos, mas foi alvo de muitas preocupações a respeito da perda dessas variedades crioulas. As sementes de milho transgênico, com melhoramento genético, estão ganhando espaço no território quilombola do Mimoso (Souza, 2018). As mudanças no sistema hidrológico local são alvo da percepção ambiental e assim como o arroz, o cultivo do milho é influenciado pelo aumento da estação de seca e das temperaturas. O cabelo do milho é utilizado para fins medicinais, além do foco no grão destinado à alimentação animal. Na alimentação humana é feito fubá, biju, angu de milho, bolo, cuscuz, pamonha, curau além de consumido cozido e assado.

**Variedades:** Milho; Milho-agossel; Milho-bandeirante; Milho-brancão; Milho-branco; Milho-cunha-criolo; Milho-de-pipoca; Milho-grossélio; Milho-hibrão; Milho-híbrido; Milho-híbrido-vermelho; Milho-hibrinha ou Milho-hibrina; Milho-ibra; Milho-mangai; Milho-parazeiro; Milho-quatro-meses; Milho-sabugo-fino; Milho-sabugo-grosso; Milho-transgênico; Milho-três-meses; e Milho-vermelho.

**Feijão (*Phaseolus vulgaris*):** Essas plantas da família Fabaceae conhecidas popularmente como Feijão foram citadas para diferentes espécies, sendo elas: *Cajanus cajan*, *Phaseolus lunatus*; *Phaseolus vulgaris*; *Senna occidentalis*; e *Vigna unguiculata*. Outras plantas conhecidas como Fedegoso foram descritas como uso na alimentação, uma opção de substituir o feijão. São espécies que se relacionam intimamente com o dia a dia da cultura alimentar Kalunga tonando-se rica em variedades. Os usos foram citados para alimentação e medicinal. Sendo a parte mais importante o grão/semente, entretanto no caso do fedegoso, a planta toda pode ser utilizada: flor, folha, raiz e semente. Outras variedades de *Senna sp.* foram incluídas como substituto do feijão cozido e também para fazer café. Na parte medicinal é utilizada para garrafada, chá e xarope. As espécies fedegoso-branco-da-flor-amarela e fedegoso-da-flor-roxa também são utilizadas como feijão.

**Variedades:** Feijão; Feijão-andu ou Andu; Feijão-fava ou Fava; Feijão-60-dias; Feijão-arroz; Feijão-carioca; Feijão-costela-de-vaca; Feijão-de-arrancar; Feijão-leite; Feijão-manteiga; Feijão-marelão, Feijão-amarelão; Feijão-marelim, Feijão-amarelinho; Feijão-momoninho; Feijão-mucunjá; Feijão-preto; Feijão-rodia, Feijão-rudia; Feijão-roxinho, Feijão-roxim; Vagem; Feijão-fedegoso; Feijão-catador; Feijão-de-corda ou Feijão-verde; Feijão-fradinho; e Feijão-pequeno.

**Abóbora (*Cucurbita moschata*):** É uma espécie cultivada em diferentes agroecossistemas, como nas roças, quintais e capoeiras. É utilizada para a alimentação e de forma medicinal. Foram relatadas 10 variedades que são utilizadas o fruto tanto cozido ou refogado e também para doce. As partes das plantas citadas foram: flor, folha, fruto, raiz e semente.

**Variedades:** Abóbora ou Jerimum; Abóbora-cabutiá; Abóbora-coração-de-boi; Abóbora-de-horta; Abóbora-jacaré; Abóbora-jacarezinho; Abóbora-moranga; Abóbora-muringa; Abóbora-pescoço; e Abóbora-redonda.

**Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*):** É uma planta que está presente nos quintais, roças e capoeiras. O caule é utilizado na alimentação e as folhas para uso medicinal. Os principais tipos de usos são para fazer rapadura, açúcar, ao natural, caldo ou suco e para fazer tijolo, um doce da região que leva mamão. Foram 8 variedades relatadas para essa espécie.

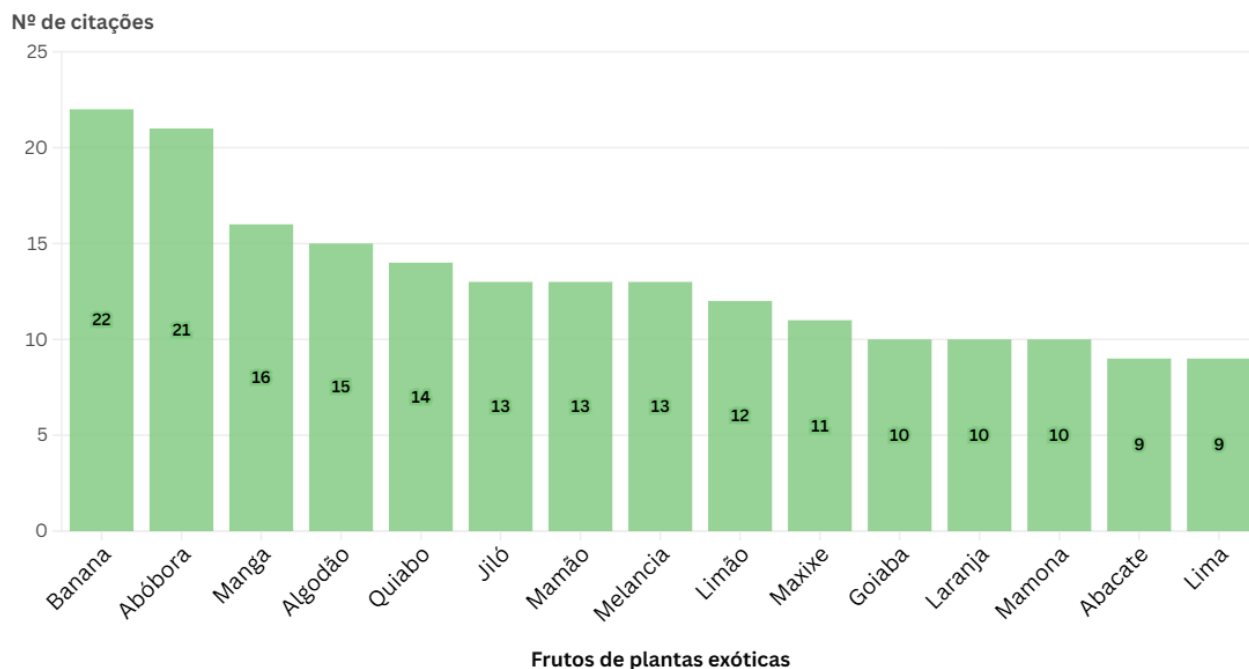
**Variedades:** Cana-caiana; Cana-caiana-roxa; Cana-cento-e-vinte; Cana-cuba; Cana-de-açúcar; Cana-rajada; Cana-roxa; e Cana-roxona.

Outras plantas cultivadas nas roças e quintais que possuem um quantitativo significativo de variedades: Manga, Quiabo, Alfavaca, Jiló, Gergelim, Inhame, Limão, Batata, Manjerição, Maxixe, Pimenta, Amendoim, Coco, Capim, entre outros.

Essas são as espécies que mais necessitam de proteção, pois suas variedades podem ser perdidas pelas comunidades. Um sistema diverso, com mais de uma variedade cultivada, diferente do sistema tradicional do agronegócio pode assegurar a produção dos eventos climáticos severos e ataque de pragas. O risco de perder toda a produção diminui quando possui diversidade de genes dentro da espécie. Cenário que infelizmente é assegurado apenas aos pequenos produtores e povos tradicionais. A industrialização da comida gerou uma uniformização das variedades, devido a grande escala da produção e subsídio com os biocidas e engenharia genética.

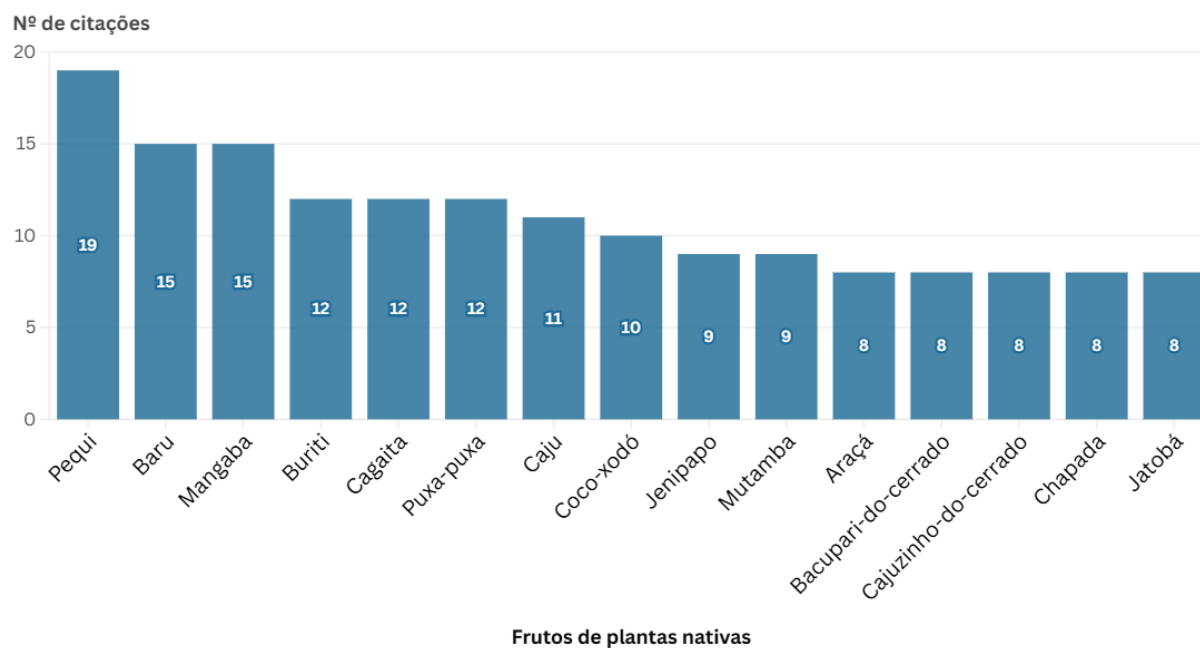
As plantas com relatos de uso do fruto foram organizadas por número de citações, sendo encontradas plantas nativas e exóticas. A figura 21 demonstra as 15 plantas exóticas mais citadas. Sendo elas: banana, abóbora, manga, algodão, quiabo, jiló, mamão, melancia, limão, maxixe, goiaba, laranja, mamona, abacate, lima e abacaxi. Esses cultivos são encontrados nas roças e quintais produtivos.

**Figura 21: Frutos exóticos das 15 plantas mais citadas**



As plantas nativas do Cerrado que dão frutos e são atrativas pelas suas características marcantes como sabor, textura, acidez e doçura são amplamente conhecidas e utilizadas na culinária quilombola Kalunga. Os 15 frutos nativos mais citados foram (figura 22): pequi, baru, mangaba, buriti, cagaita, mama-cadela, caju, cocoxodó, coco-macaúba, jenipapo, araçá, bacupari, cajuzinho-do-cerrado, chapada e jatobá. Assim como as plantas exóticas, as nativas também possuem múltiplos usos, como o burerê ou mama-cadela que é consumido o fruto, mas também possui o látex com finalidade medicinal. O jatobá, baru e os cocos que se transformam em farinhas, deixando bolos e vitaminas mais nutritivos, saborosos e cremosos. E aquelas que são muito indicadas para fazer polpa de sucos para ter o ano inteiro como mangaba e cajuzinho-do-cerrado. O pequi é um grande fenômeno da culinária sertaneja, consumido cozido e em conservas, mas o povo Kalunga também o utiliza na fabricação de sabão de coalhada, além do de tingui e de mutamba.

Segundo Fernandes (2014, p.95), nos pomares que ficam próximos às casas há tanto espécies exóticas quanto nativas: limoeiros, mangueiras, amoreiras, laranjeiras e jaqueiras dividem espaço com as plantas nativas “mais apreciadas, como o pequi, a mangaba, o cajuí, a cagaita e bacupari”.

**Figura 22: Frutos nativos das 15 plantas mais citadas**

O extrativismo de produtos florestais do Cerrado, como os frutos e polpas, sementes e castanhas, raízes, cascas, entrecascas, seivas, entre outros, foi amplamente citado nessa revisão. Devemos considerar ampliar os espaços de comercialização das plantas que são nativas e produzidas localmente. Gerenciar os sistemas ambientais em prol da conservação pode criar novos mercados voltados à bioeconomia e a geração de renda para as pequenas organizações familiares e comunitárias.

Os frutos do Cerrado possuem potencialidades para serem comercializados e as produções que mais marcam as vendas de produtos tradicionais Kalunga são os óleos: pequi, tingui, indaiá, babaçu, buriti, sucupira, copaíba e vários outros. A Baunilha é um grande produto que possui valor agregado, entretanto, existe um histórico de pesquisas danosas ao território, como a do Chefe Alex Atala, que se revelou predatória e redutora da sociobiodiversidade, como relatado por Ferreira (2022). O projeto visava gerar renda na produção da Baunilha, onde na comunidade Vão de Almas ocorre naturalmente nas áreas florestais. E acabou mesmo deixando muitos prejuízos socioambientais, como perdas de mudas selecionadas pelos agricultores.

Políticas públicas como o PAA e o PNAE são essenciais para manter essas culturas na sociedade, além de fortalecer as identidades, conhecimentos e sabores nos espaços de ensino e aprendizagem das próprias comunidades. Além disso, o reconhecimento dos serviços ambientais prestados por esses povos, como a conservação do Cerrado, deve ser priorizado em iniciativas de pagamento por serviços ambientais. Possibilitar alternativas de geração de renda, consorciada com a preservação ambiental e dos saberes tradicionais são caminhos chaves para alcançarmos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS 2: fome zero e agricultura sustentável e ODS 15: proteção da vida terrestre, como a biodiversidade de plantas do bioma Cerrado, um dos maiores hotspots do mundo.

Essa ciência ancestral é preservada de forma oral pelas comunidades Kalunga, portanto, as práticas de manejo dos bens naturais, as crenças e o pertencimento são consequências dessa tradição (Thompson,1992). A cultura quilombola Kalunga presta serviços ecossistêmicos que regulam e preservam a biosfera, as águas e a diversidade biológica do Cerrado (Almeida, 2003). A sobrevivência do Cerrado e da cultura Kalunga depende não apenas da conservação da biodiversidade, mas do reconhecimento de que ambas são faces de uma mesma moeda: a resistência de um povo que transforma o território em vida, e a vida em território.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo realizou, conforme proposto no objetivo geral, uma revisão integrativa da literatura sobre a agrobiodiversidade e as práticas agrícolas no território Kalunga, com enfoque nos aspectos socioambientais. A análise permitiu não apenas mapear a produção acadêmica existente, mas também destacar as interações entre os sistemas agrícolas tradicionais e a conservação da biodiversidade no bioma Cerrado.

Em relação aos objetivos específicos, foi possível levantar as instituições responsáveis pelos trabalhos acadêmicos e os anos de publicação. A revisão identificou que as pesquisas sobre o território Kalunga estão concentradas em instituições como as Universidades Federais, UnB e UFG, com produções entre os anos de 2003 a 2023, destacando 2015 e 2018. Principalmente dissertações e monografias. Esse levantamento evidenciou um aumento das produções na região do quilombo em Goiás, com áreas temáticas diversas e abordagens metodológicas distintas. Múltiplas metodologias foram adotadas e as análises qualitativas foram mais frequentes.

Além de identificar o contexto das pesquisas sobre a agrobiodiversidade e práticas agrícolas. Os estudos analisados revelaram que as investigações priorizam temas como manejo tradicional, conflitos territoriais e políticas públicas. A maior parte das pesquisas enfatiza a relação intrínseca entre as práticas agrícolas Kalunga e a sustentabilidade socioambiental, embora alguns trabalhos apresentem limitações entre dados empíricos e análises críticas sobre os desafios enfrentados pelas comunidades. A esfera cultural e econômica, marcada pelo ecoturismo e comercialização de produtos, e outras formas tradicionais da vivência Kalunga, como a luta por segurança jurídica da terra, são frequentemente enfatizados nos estudos.

Também foi possível analisar a diversidade de espécies alimentícias e medicinais, seus usos e agroecossistemas, embora poucos estudos abordassem essas especificidades. A síntese dos dados demonstrou uma riqueza de espécies manejadas no território, incluindo as variedades crioulas de mandioca, milho, arroz, abóbora, e as plantas medicinais como a mangaba, sucupira e algodão, cultivadas em sistemas como roçados, quintais produtivos, áreas de capoeira e encontradas no Cerrado. A análise destacou que a agrobiodiversidade Kalunga é sustentada por saberes tradicionais transmitidos entre

gerações, embora pressões externas, como avanço do agronegócio, êxodo rural e mudanças climáticas, coloquem em risco à sua continuidade.

Embora os objetivos tenham sido alcançados, algumas limitações foram identificadas, reconhece-se que a escassez de estudos quantitativos ou de longo prazo sobre a dinâmica agroecológica Kalunga limita a compreensão de tendências temporais, como redução do conhecimento tradicional ou perda de variedades de plantas crioulas. As principais recomendações para as futuras pesquisas é que integrem metodologias participativas e levantamentos etnobotânicos detalhando o ambiente que a planta foi encontrada, entretanto, com uma linguagem mais popular e acessível. Além de maior diálogo com as comunidades, sobretudo aquelas distantes dos centros.

A perda de agrobiodiversidade no território nacional, acelerada pelos altos incentivos das produções industriais, é uma área que necessita de novos debates que envolvem os povos tradicionais e suas especificidades agroclimáticas. As percepções sobre os conflitos ambientais geram novos desafios da sustentabilidade, em terras coletivamente ocupadas, como as transformações das vivências tradicionais, segmentadas pelo desequilíbrio climático global.

A cultura alimentar, a manutenção e preservação da sociobiodiversidade do Cerrado, assim como a conservação dos recursos hídricos são as maiores riquezas que o povo Kalunga mantém para as futuras gerações. O profundo conhecimento botânico, integrado com os variados usos das partes das plantas, como raízes, folhas, cascas, frutos e sementes, possibilita o aproveitamento sustentável da biodiversidade em estações diferentes.

As macrorregiões possuem diferentes amostragens dos pesquisadores, sendo a parte do Mimoso, no Tocantins a menos estudada dentro desse contexto de biodiversidade. Entretanto, não foi a localidade que menos teve espécies mencionadas. O território do estado de Goiás é mais engajado e assim pesquisado, entretanto, são mal distribuídas. As demandas das comunidades a serem pesquisadas não aparentam ser um critério motivador da localidade a ser estudada, por pesquisadores não Kalungas.

A organização coletiva das comunidades quilombolas, junto com a força política das indicações para as lideranças locais, mantém as demandas sociais e suas pautas prioritárias, como o acesso à água potável para o consumo humano, a permanência dos

jovens em seus territórios, com o direito a escola e trabalho, e a uma alimentação soberana e saudável. Dessa forma, é essencial que mantenham suas lutas para defender o quilombo Kalunga de invasores, principalmente daquele que surgem como “salvadores”, vinculados às igrejas e em forma de Organizações Não Governamentais (ONGs), principalmente da área da saúde. O povo Kalunga tem autonomia para aceitar e recusar qualquer influência externa, seja ela positiva ou negativa, visando sempre a melhor gestão coletiva e participativa.

É complexo analisar o contexto negro rural e todo esse dinamismo culturalmente ecológico quando se está inserido em um sistema capitalista, sendo no meu ver, um dos maiores vieses que essa pesquisa pode ter. Por outro lado, a importância do bem viver para os seres humanos, assim como o senso de coletividade, é como se desse razão funcional à resistência por uma melhor versão nossa como mentes pensantes.

A análise integrativa dessa cultura de comer, fazer e viver com a natureza mostra que para isso existir há um custo muito alto, quando comparado com os direitos humanos. Às vezes custa vidas, custa muito esforço e exaustão do trabalho, custa dores crônicas por movimento repetitivo, custa viver em situações de extrema vulnerabilidade e com condições de saúde que historicamente já poderiam ter sido solucionadas.

A retomada de suas terras e dos direitos chegam a partir da organização coletiva que já existe há mais de 300 anos, os próprios quilombolas. Sendo assim, esse movimento deve estar presente, de forma física e juridicamente em todos os espaços que se seguem em transformação, como já acontece com o turismo e com a educação popular do campo. Para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade não deveria ser diferente, portanto, as propostas que se seguem sobre a criação do mercado Kalunga (armazém com produtos quilombolas), devem partilhar, ou seja, fazerem juntos, para ter autonomia como comunidades tradicionais e maiores investimentos para a região.

A venda dos produtos deve manter a biodiversidade do Cerrado e respeitar seus períodos e estações de frutificação, assim como é essencial que se mantenham seus bancos de sementes e as trocas entre as comunidades Kalunga, para que não se percam as variedades importantes culturalmente, como as de milho, mandioca, arroz e banana, muito mencionadas. Pensar também nas estratégias de cultura em terras degradadas e em

como trabalhar a capacidade de regeneração das áreas mais sensíveis às atividades antrópicas.

Além do turismo, a agricultura natural também pode ser uma alternativa de renda e permanência dos jovens no campo, mas devem ser apresentadas alternativas que possam contribuir no processo produtivo. Formas inovadoras e atrativas devem reduzir a tecnificação do campo. A transmissão popular de tecnologias agroecológicas pode otimizar o manejo ambiental e revelar opções de permanência da juventude.

Pensar em soluções que não alterem os sistemas socioculturais e que vão de encontro com as demandas emergenciais climáticas, como produções orgânicas e redução dos insumos de fora, fertilizantes químicos e sementes geneticamente modificadas, podem levar avanços na preservação do bioma Cerrado. Escobar a produção agrícola de maneira ágil e investir em meios de transportes que demandam menos tempo e recursos, é uma forma sustentável de se fazer a logística da cadeia produtiva, além de reduzir os impactos ambientais negativos nas estradas.

A sustentabilidade ambiental nas terras quilombolas depende diretamente do apoio das esferas públicas, que reconheçam e garantam a influência direta dos povos e comunidades tradicionais na preservação da savana mais biodiversa do mundo. A territorialidade é parte dessa relação simbiótica enraizada em suas práticas sociais e econômicas, que envolve a terra e a cultura, fundamental para a preservação tanto da identidade quilombola, quanto dos ecossistemas.

A síntese também revelou uma interconexão entre a gestão ambiental e a agrobiodiversidade, evidenciando a importância de práticas sustentáveis que respeitem tanto a cultura local quanto o meio ambiente. Como, por exemplo, a preferência do sabor das comidas sem agrotóxicos, e suas relações coletivas de trocas, seja de semente, alimento, farinha, mão de obra, entre outras contribuições comunitárias de cuidado e pertencimento.

As tecnologias sociais na produção tradicional envolvem os conhecimentos sobre a lua para plantio e colheita, as estações e o volume de chuva ideal para começar um sistema produtivo, o destocar da roça, e os mecanismos de seleção das sementes e armazenamento para a garantia das próximas produções agrícolas. Todos esses fatores

auxiliam na sustentação de suas diversidades locais, assim como a manutenção das sementes crioulas.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. D. OS QUILOMBOS E AS NOVAS ETNIAS. REVISTA PALMARES: QUILOMBOS NO BRASIL, BRASÍLIA: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2000.

ALMEIDA, J. G. D. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO KALUNGA: A MORADIA COMO EFETIVADORA. PARANOÁ - PERIÓDICO ELETRÔNICO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNB, BRASÍLIA, 2005.

ALMEIDA, MARIA GERALDA DE. O TERRITÓRIO E A COMUNIDADE KALUNGA: QUILOMBOLAS EM DIVERSOS OLHARES / MARIA GERALDA DE ALMEIDA – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2015.

ALMEIDA, MARIA GERALDA. CULTURA ECOLÓGICA E BIODIVERSIDADE. MERCATOR, v. 2, n. 3, 2003.

ALMEIDA, MARIA GERALDA. TERRITÓRIOS DE QUILOMBOLAS: PELOS VÃOS E SERRAS DOS KALUNGA DE GOIÁS-PATRIMÔNIO E BIODIVERSIDADE DE SUJEITOS DO CERRADO. ATELIÊ GEOGRÁFICO, v. 4, n. 1, p. 36-63, 2010.

ALTIERI, MIGUEL. AGROECOLOGIA: A DINÂMICA PRODUTIVA DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL – 4.ED. – PORTO ALEGRE: EDITORA DA UFRGS, 2004.

ALTIERI, MIGUEL A. AGROECOLOGIA, AGRICULTURA CAMPONESA E SOBERANIA ALIMENTAR. P. 11, 2010.

ALTIERI, MIGUEL A. AGROECOLOGIA: BASES CIENTÍFICAS PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. 3ª EDIÇÃO. EDITORA EXPRESSÃO POPULAR, AS-PTA, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO. 2012.

ARANTES, M. M.; ALMEIDA, M. G. O SABER FAZER DO POVO KALUNGA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO CERRADO EM GOIÁS (BRASIL). REV. GEO. UEG - GOIÂNIA, v.1, n.2, p. 51-70, JUL./DEZ. 2012.

ARAÚJO, GILBERTO PAULINO DE. O CONHECIMENTO ETNOBOTÂNICO DOS KALUNGA: UMA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E MEIO AMBIENTE. 2014.

AVELAR, G. A. DE; VICENTE DE PAULA, M. COMUNIDADE KALUNGA: TRABALHO E CULTURA EM TERRA DE NEGRO. GEOGRAPHIA, v. 5, n. 9, 30 NOV. 2003.

BAIOCCHI, M. N. 1996. KALUNGA-A SAGRADA DA TERRA. REVISTA FACULDADE DE DIREITO UFG, v.19/20, n. 1, p. 107-120.

BAIOCCHI, MARI DE NAZARÉ. KALUNGA: POVO DA TERRA. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1999.

BEGOSSI, A. HANAZAKI, N. & SILVANO, R. A. M. ECOLOGIA HUMANA, ETNOECOLOGIA E CONSERVAÇÃO. IN: AMOROZO, M. C. M.; MINGG, L. C. & SILVA, S. M. P. (EDS.). MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS EM ETNOBIOLOGIA, ETNOECOLOGIA E DISCIPLINAS CORRELATAS. UNESP/CNPQ, RIO CLARO, SP, 2002. p. 93 – 128

BERTRAN, PAULO. HISTÓRIA DA TERRA E DO HOMEM NO PLANALTO CENTRAL: ECO-HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL: DO INDÍGENA AO COLONIZADOR. 1995.

BOLOGNESI, L. AS GUERRAS DA CONQUISTA IN. GUERRAS DO BRASIL.DOC. NETFLIX, 26 MIN. SP, 2018A. DISPONÍVEL EM:<< [HTTPS://YOUTU.BE/Y1RX3\\_PEDQU?si=2iU4D7FzGT8BLGJK](https://youtu.be/Y1RX3_PEDQU?si=2iU4D7FzGT8BLGJK) >> ACESSADO EM: 13 MAIO. 2023.

BOLOGNESI, L. AS GUERRAS DE PALMARES IN. GUERRAS DO BRASIL.DOC. NETFLIX, 26 MIN. SP, 2018B. DISPONÍVEL EM:<< [HTTPS://YOUTU.BE/Y1RX3\\_PEDQU?si=2iU4D7FzGT8BLGJK](https://youtu.be/Y1RX3_PEDQU?si=2iU4D7FzGT8BLGJK) >> ACESSADO EM: 13 MAIO. 2023.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). FARMACOPEIA BRASILEIRA. 6ª EDIÇÃO. VOLUME II: MONOGRAFIAS DE PLANTAS MEDICINAIS. BRASÍLIA: ANVISA, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/ANVISA/PT-BR/ASSUNTOS/FARMACOPEIA/FARMACOPEIA-BRASILEIRA/6A-EDICAO-VOLUME-2](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/farmacopeia-brasileira/6a-edicao-volume-2) ACESSO EM: 07 ABRIL 2024.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. BRASÍLIA, DF: CENTRO GRÁFICO, 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DAS TERRAS OCUPADAS POR REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS DE QUE TRATA O ART. 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. LEX: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, BRASÍLIA, 2003. DISPONÍVEL EM: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). ACESSO EM 12 DE MAIO DE 2023.

BRASIL. DECRETO NO 6040 DE 7 DE FEVEREIRO. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. 2007. DISPONÍVEL EM [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). ACESSO EM 12 DE MAIO DE 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. UMA HISTÓRIA DO POVO KALUNGA. BRASÍLIA: SEF/MEC, 2001.

CARDOSO, KÁLITA CRISTINA MOREIRA ET AL. TRADITIONAL FABRIC AND MEDICINAL USE ARE THE LEADING FACTORS OF IN SITU CONSERVATION OF GOSSYPIMUM BARBADENSE IN CENTRAL BRAZIL. SUSTAINABILITY, v. 15, n. 5, p. 4552, 2023. DOI: 10.3390/su15054552.

CASTRO, J. A.. PALESTRA: AGROBIODIVERSIDADE: IMPORTÂNCIA, AMEAÇAS E ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO. PALESTRANTE V SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA - IF BAIANO - CAMPUS GUANAMBI, 2020. DISPONÍVEL EM: <<HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=XWPPrJEF1Ck>> ACESSADO EM: 08 JAN. 2023.

CASTRO, J. S. CULTURA E TRADIÇÕES NA COMUNIDADE KALUNGA VÃO DO MOLEQUE, CAVALCANTE/GO. MONOGRAFIA (GRADUAÇÃO) - CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, ARRAIAS, 2019.

CHIANCA, PRISCILA PESSOA. NAS VIAS DO RECONHECIMENTO: EMERGÊNCIA ÉTNICA E TERRITORIALIZAÇÃO KALUNGA. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. BRASÍLIA, 2010.

COSTA, FERNANDO MARQUES XAVIER DA. MODOS TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NA COMUNIDADE KALUNGA DO PRATA VÃO DO MOLEQUE, CAVALCANTE - GOIÁS. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO)—UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, PLANALTINA-DF, 2018.

COSTA, KELERSON SEMERENE. HISTÓRIA DA TERRA E DO HOMEM NO PLANALTO CENTRAL, DE PAULO BERTRAN. SUSTAINABILITY IN DEBATE, v. 3, n. 1, p. 165-173, 2012.

COSTA, VILMAR SOUZA. A LUTA PELO TERRITÓRIO: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO POVO KALUNGA. MONOGRAFIA (LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, PLANALTINA-DF, 2013.

CUNHA, ADÃO FERNANDES DA. O CALENDÁRIO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE KALUNGA VÃO DE ALMAS: UMA PROPOSIÇÃO A PARTIR DAS PRÁTICAS DE MANEJO DA

MANDIOCA. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018.

CUNHA, VALDIR FERNANDES DA. SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DOS JOVENS KALUNGA DA COMUNIDADE VÃO DE ALMAS. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) —UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018.

DIEGUES, A. C. ET AL. OS SABERES TRADICIONAIS E A BIODIVERSIDADE NO BRASIL. SÃO PAULO: NUPAUB - USP, PROBIO - MMA, CNPQ, 1999.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. DESMISTIFICANDO A REVISÃO DE LITERATURA COMO BASE PARA REDAÇÃO CIENTÍFICA: MÉTODO SSF. REVISTA ACB: BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS, SC, v. 21, n. 3, p. 550-563, AGO./NOV., 2016.

FERNANDES, CECILIA RICARDO. O QUE QUERIAM OS KALUNGAS? A TRANSFORMAÇÃO DO OLHAR ACADÊMICO SOBRE AS DEMANDAS QUILOMBOLAS DO NORDESTE DE GOIÁS. INTERAÇÕES (CAMPO GRANDE), v. 16, p. 421-431, 2015. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.1590/1518-70122015216](https://doi.org/10.1590/1518-70122015216).

FERNANDES, CECILIA RICARDO. SABERES E SABORES DA CULTURA KALUNGA: ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS DAS ALTERAÇÕES NOS SISTEMAS ALIMENTARES. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) —UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2014.

FERNANDES, CECILIA RICARDO. SOBRE TER E NÃO FALTAR: SEGURANÇA ALIMENTAR E TERRITORIALIDADE KALUNGA NO CERRADO. TESE (DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) —UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2019.

FERREIRA, TALITHA ALESSANDRA. O POTENCIAL GASTRONÔMICO E A REDUÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE: NOTAS SOBRE O PROJETO BAUNILHA DO CERRADO E SEU FRACASSO. REVISTA ARQUEOLOGIA PÚBLICA, CAMPINAS, SP, v. 17, n. 00, p. e022011, 2022. DOI: 10.20396/RAP.V17I00.8668267. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.SBU.UNICAMP.BR/OJS/INDEX.PHP/RAP/ARTICLE/VIEW/8668267](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8668267). ACESSO EM: 11 DEZ. 2023.

FIOCRUZ. COLEÇÃO BOTÂNICA DE PLANTAS MEDICINAIS – CBPM. INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. DISPONÍVEL EM: <https://portal.fiocruz.br/colecao-botanica>. ACESSO EM: 15 ABRIL. 2024.

FRUTOS ATRATIVOS DO CERRADO. CHAVE INTERATIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://FRUTOSATRATIVOSDOCERRADO.BIO.BR/CHAVE-INTERATIVA](https://frutosatrativosdocerrado.bio.br/chave-interativa). ACESSO EM: 10 MARÇO. 2024.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. LOGEION: FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO, RIO DE JANEIRO, RJ, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. DOI: 10.21728/LOGEION.2019V6N1.P57-73. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REVISTA.IBICT.BR/FIINF/ARTICLE/VIEW/4835](https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835). ACESSO EM: 28 MAR. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DEMOGRÁFICO 2022: QUILOMBOLAS: PRIMEIROS RESULTADOS DO UNIVERSO / IBGE. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2023.

JATOBÁ, DANIELLI. COMUNIDADE KALUNGA E A INTERPRETAÇÃO DO ESTADO: DA INVISIBILIDADE À IDENTIDADE POLÍTICA. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL) - DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. BRASÍLIA, 2002.

KRENAK, AILTON. IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2017.

KUHLMANN, MARCELO. FRUTOS DO CERRADO: 100 ESPÉCIES ATRATIVAS PARA HOMO SAPIENS: GUIA PARA COLETA E USOS. 2. ED. BRASÍLIA: BIOM, 2021.

LAYRARGUES, PHILIPPE POMIER. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E FORMAÇÃO ECOPOLÍTICA, BUENOS AIRES, 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.RESEARCHGATE.NET/PUBLICATION/362848056\\_EDUCACAO\\_AMBIENTAL\\_CRITICA\\_E\\_FORMACAO\\_ECOPOLITICA](https://www.researchgate.net/publication/362848056_EDUCACAO_AMBIENTAL_CRITICA_E_FORMACAO_ECOPOLITICA). ACESSO EM: 25 JULHO 2024.

LIMA, INGRID BORGES. AGROBIODIVERSIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE COMO A AGROBIODIVERSIDADE ENTRA PARA A AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. 2020.

MACHADO, ALTAIR TOLEDO. MANEJO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE NOS BIOMAS CERRADO E CAATINGA COM ÊNFASE EM COMUNIDADES RURAIS. 2011.

MAMEDE, JENEFER SOARES DOS SANTOS; PASA, MARIA CORETTE. DIVERSIDADE E USO DE PLANTAS DO CERRADO NA COMUNIDADE SÃO MIGUEL, VÁRZEA GRANDE, MT, BRASIL. INTERAÇÕES (CAMPO GRANDE), v. 20, p. 1087-1098, 2019.

MAPBIOMAS- DISPONÍVEL EM:<<[HTTPS://MAPBIOMAS.ORG/](https://mapbiomas.org/)>> ACESSADO EM: 17 JUN. 2023.

MARINHO, THAIS ALVES. TERRITORIALIDADE E CULTURA ENTRE OS KALUNGA: PARA ALÉM DO CULTURALISMO. CADERNO CRH, v. 30, p. 353-370, 2017.

MASSAROTTO, NATÁLIA PRADO. DIVERSIDADE E USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR COMUNIDADES QUILOMBOLAS KALUNGA E URBANAS, NO NORDESTE DO ESTADO DE GOIÁS-GO, BRASIL. 2009.

MONTERO, CARLA GUERRÓN. "WOMEN SUSTAINING COMMUNITY: THE POLITICS OF AGRO- ECOLOGY IN QUILOMBO TOURISM IN SOUTHERN BRAZIL." BULLETIN OF LATIN AMERICAN RESEARCH 39.2 (2020): 191-207. WEB.

MORAIS, BIANCA PINTO DE ET AL. CONHECIMENTOS ETNOBOTÂNICOS QUILOMBOLAS A PARTIR DA LITERATURA: APORTES PARA O BANCO DE DADOS DO LABORATÓRIO DE ECOLOGIA HUMANA E ETNOBOTÂNICA. 2021.

NEIVA, A. C. G. R. ET AL. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE CAVALCANTE, GOIÁS, BRASIL: DADOS PRELIMINARES. SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, v. 9, p. 12-17, 2008.

ODUM, E.P. FUNDAMENTOS DE ECOLOGIA. FUNDAÇÃO CALOUSTRE GULBENKIAN. LISBOA, 2001.

OLIVEIRA, ROSY. O BARULHO DA TERRA. NEM KALUNGA NEM CAMPONESES. RIO DE JANEIRO, 2007.

PAIM, RICARDO DE CASTRO SANTOS ET AL. TOXIC PLANTS FROM THE PERSPECTIVE OF A "QUILOMBOLA" COMMUNITY IN THE CERRADO REGION OF BRAZIL. TOXICON, v. 224, p. 107028, 2023. DOI:10.1016/J.TOXICON.2023.107028.

PAULA, M. V.; AVELAR, G. A. COMUNIDADE KALUNGA: TRABALHO E CULTURA EM TERRA DE NEGRO. ESPAÇO EM REVISTA, v. 45, p. 77-87, 2001.

PEREIRA, BRUNO MAGNUM; ALMEIDA, MARIA GERALDA DE. O QUINTAL KALUNGA COMO LUGAR E ESPAÇO DE SABERES. 2011.

PRIMAVESI, ANA. MANUAL DO SOLO VIVO: SOLO SADIO, PLANTA SADIA, SER HUMANO SADIO. / ANA PRIMAVESI.--2. ED. REV – SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2016.

RAMIDOFF, TAIANA ANDRADE. PRINCIPAIS PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS COLETADOS E COMERCIALIZADOS NO SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL KALUNGA. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL) — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2022.

ROCHA-COELHO, F. O USO DAS PLANTAS NO COTIDIANO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DO MIMOSO - TOCANTINS: UM ESTUDO ETNOBOTÂNICO. [S.L.] UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2009.

ROSA, ROMES DOS SANTOS. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE KALUNGA VÃO DE ALMAS: UM ESTUDO DE CASO. MONOGRAFIA (LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, PLANALTINA-DF, 2016.

SANCHES, VITOR HIRATA. MODELAGEM BASEADA EM AGENTES PARA O ESTUDO DA AGROBIODIVERSIDADE EM SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS. TESE DE DOUTORADO. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2019.

SANTILLI, JULIANA. AGROBIODIVERSIDADE E DIREITOS DOS AGRICULTORES. EDITORA PEIRÓPOLIS LTDA, 2009.

SANTOS, VALMIR CRISPIM DOS ET AL. EXTENSÃO RURAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES/FAZERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS (GO), 2015.

SILVA, ANELI SOARES DA. USO DAS PLANTAS MEDICINAIS DO CERRADO NA COMUNIDADE KALUNGA, RIBEIRÃO DOS BOIS, TERESINA – GO. MONOGRAFIA (LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, PLANALTINA-DF, 2013.

SILVA JÚNIOR, MANOEL CLÁUDIO DA. 100 ÁRVORES DO CERRADO: SENTIDO RESTRITO: GUIA DE CAMPO. BRASÍLIA: EDITORA REDE DE SEMENTES DO CERRADO, 2012.

SILVA, R. DE J.; GARAVELLO, M. E. DE P. E.; NAVAS, R.; NARDOTO, G. B.; MAZZI, E. A.; MARTINELLI, L. A. TRANSIÇÃO AGROALIMENTAR EM COMUNIDADES TRADICIONAIS RURAIS: O CASO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO KALUNGA – GO. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, CAMPINAS, SP, v. 22, n. 1, p. 591–607, 2015. DOI: 10.20396/SAN. v22i1.8641592.

SILVESTRE, LUIZ FELIPE DO VALLE. O SABER TRADICIONAL SOBRE AS PLANTAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA ENGENHO II, CAVALCANTE, GOIÁS, BRASIL. 2015.

SOARES, VALDIRENE CURCINO RODRIGUES. EDUCAÇÃO POPULAR: SABERES VIVENCIADOS NO USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DO MIMOSO – TO. MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO - CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, ARRAIAS, 2019.

SOUSA, MARIA LÍDIA DOS ANJOS. ESTRATÉGIAS DO POVO KALUNGA NO USO E CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL) — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, PLANALTINA, 2022.

SOUSA, MARIA LÍDIA DOS ANJOS. SEMENTES CRIOLAS: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR NA COMUNIDADE KALUNGA PRATA-CAVALCANTE - GO. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, PLANALTINA-DF, 2017.

SOUZA, LOURIVALDO DOS SANTOS. TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA AGRÍCOLA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DO MIMOSO (TOCANTINS): A AGRICULTURA DE CORTE E QUEIMA EM QUESTÃO. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) — UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2018.

SOUZA, RONES JOSÉ DE. SABERES TRADICIONAIS PRESENTES NO CULTIVO DA MANDIOCA E PRODUÇÃO DA FARINHA (DISTRITO PRATA-MONTE ALEGRE-GO). 2022.

THOMPSON, PAUL. A VOZ DO PASSADO: HISTÓRIA ORAL. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1992.

TIBURCIO, BRENO ARAGÃO; VALENTE, ANA LUCIA EF. O COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO É ALTERNATIVO PARA SEGMENTOS POPULACIONAIS EMPOBRECIDOS? ESTUDO DE CASO EM TERRITÓRIO KALUNGA (GO). REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, v. 45, p. 497-519, 2007.

TOLEDO, V. M. 2000. INDIGENOUS KNOWLEDGE ON SOILS: NA ETHNOECOLOGICAL CONCEPTUALIZATION. IN: BARRERA-BASSOS, N. & ZINCK, J.A. ETHNOECOLOGY IN A WORLDWIDE PERSPECTIVE: AN ANNOTATED BIBLIOGRAPHY. ENSCHEDE: INTERNATIONAL INSTITUTE FOR AEROSCAPE. SURVEY AND EARTH SCIENCES. P.1-9.

UNGARELLI, DANIELLA BUCHMANN. A COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DO ENGENHO II: CULTURA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ECOLOGIA DE SABERES. 2009.

VELLOSO, ALESSANDRA DAQUI. MAPEANDO NARRATIVAS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO ESPACIAL DA COMUNIDADE DO ENGENHO II – KALUNGA. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM GEOGRAFIA) - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. BRASÍLIA, 2007.

## 7. APÊNDICES

## Apêndice 1: Lista de plantas levantadas pelo nome popular

Nome popular	Nome científico	Família	Estudos
Abacate, Abacate-comum	<i>Persea americana</i>	Lauraceae	Avelar; Vicente De Paula, 2003; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Abacate-pescoço	<i>Persea americana</i>	Lauraceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Abacaxi, Abacaxi-comum	<i>Ananas comosus</i>	Bromeliaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Fernandes, 2019;
Abacaxi-do-mato, Ananás, Nanas, Ananais, Ananaes, Abacaxi-do-cerrado	<i>Ananas ananassoides</i>	Bromeliaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Abóbora, Jerimum, Giricum	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Silva, 2013; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Santos V., 2015; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022;
Abóbora-cabutiá	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018;
Abóbora-coração-de-boi	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Abóbora-de-horta	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018;
Abóbora-jacaré	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Fernandes, 2019;
Abóbora-jacarezinho	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Abóbora-moranga	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Abóbora-muringa	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018;
Abóbora-pescoço	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Fernandes, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Abóbora-redonda	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018;
Abobrinha, Abobrinha-comum	<i>Cucurbita pepo</i>	Cucurbitaceae	Ungarelli, 2009; Costa, 2018; Fernandes, 2019;
Abobrinha-amarela	<i>Cucurbita pepo</i>	Cucurbitaceae	Fernandes, 2019;
Açafrão, Açafrão-amarelo, Cúrcuma	<i>Curcuma longa</i>	Zingiberaceae	Massaroto, 2009; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>	Malpighiaceae	Silvestre, 2015; Fernandes, 2019;
Acerola, Acerola-vermelha	<i>Malpighia glabra</i>	Malpighiaceae	Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva et al., 2015; Souza L., 2018; Sousa, 2022;
Açoitacaval, Açoita-caval	<i>Luehea divaricata</i>	Malvaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;

Adestragem	NI 1	NI 1	Pereira; Almeida, 2011;
Agoniada	<i>Chamaecrista sp.</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Agrião	<i>Nasturtium officinale</i>	Brassicaceae	Santos M., 2015;
Água-de-ubauba	NI 2	NI 2	Silva, 2013;
Alcachofra	<i>Cynara scolymus</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009;
Alcançu, Alcançú	<i>Periandra mediterranea</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Alcânfora, Alcanfor	<i>Laurus camphora</i>	Lauraceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014;
Alcool-branco	NI 3	NI 3	Pereira; Almeida, 2011;
Alecrim, Alecrim-da-horta	<i>Rosmarinus officinalis</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Alecrim-de-menino, Alfazema	<i>Lavandula angustifolia</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;
Alecrim-do-brejo	<i>Lippia rotundifolia</i>	Verbenaceae	Silvestre, 2015;
Alecrim-do-campo	<i>Eriope crassipes</i>	Lamiaceae	Silvestre, 2015;
Alecrim-do-campo, Vassourinha	<i>Baccharis dracunculifolia</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Rosa D., 2014; Silvestre, 2015;
Alevante	NI 4	NI 4	Silvestre, 2015;
Alface, Alface-comum	<i>Lactuca sativa</i>	Asteraceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Costa, 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Alface-crespa	<i>Lactuca sativa</i>	Asteraceae	Fernandes, 2019;
Alface-roxa	<i>Lactuca sativa</i>	Asteraceae	Fernandes, 2019;
Alfavaca	<i>Ocimum gratissimum</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Alfavaca-de-gado	<i>Ocimum gratissimum</i>	Lamiaceae	Pereira; Almeida, 2011;
Alfavaca-de-horta	<i>Ocimum gratissimum</i>	Lamiaceae	Pereira; Almeida, 2011;
Alfazema-do-cerrado, Alfazema	<i>Anemopaegma arvense</i>	Bignoniaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Algodão	<i>Gossypium barbadense</i>	Malvaceae	Tiburcio; Valente 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Silva et al., 2015; Rosa R., 2016; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022; Cardoso, et al., 2023;
Algodão-branco	<i>Gossypium barbadense</i>	Malvaceae	Souza L., 2018;
Algodão-do-Cerrado (bravo), Algodão	<i>Gossypium hirsutum</i>	Malvaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015;
Algodãozinho-do-mato, Algodãozinho	<i>Cochlospermum regium</i>	Bixaceae	Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Silvestre, 2015;
Alho	<i>Allium sativum</i>	Liliaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Silva, 2013; Fernandes, 2014; Costa, 2018;
Alho-sempre-verde	<i>Tulbaghia violacea</i>	Amaryllidaceae	Silvestre, 2015;
Almecega	<i>Protium spruceanum</i>	Burseraceae	Silvestre, 2015;
Almeirão	<i>Cichorium intybus</i>	Asteraceae	Silvestre, 2015;
Almofada	NI 5	NI 5	Araújo, 2014;
Alvenca, Avenca	NI 6	NI 6	Araújo, 2014;
Amarelinha	<i>Senna rugosa</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Amburana-brava-de-espino	<i>Commiphora leptophloeos</i>	Burseraceae	Massaroto, 2009;

Amburana-mansa-de-cheiro, Emburana, Imburana	<i>Amburana cearensis</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016;
Ameixa	<i>Prunus sp.</i>	Rosaceae	Araújo, 2014;
Amendoim, Amendoim-comum	<i>Arachis hypogaea</i>	Fabaceae	Ungarelli, 2009; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Amendoim-carço-pequeno	<i>Arachis hypogaea</i>	Fabaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Amendoim-de-arranca-criolo	<i>Arachis hypogaea</i>	Fabaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Amescla, Amescla-de-cheiro, Mesca, Mirra, Incenso	<i>Protium heptaphyllum</i>	Burseraceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Rosa D., 2014;
Amora	<i>Rubus brasiliensis</i>	Rosaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Amora, Amora-comum	<i>Morus nigra</i>	Moraceae	Silvestre, 2015; Fernandes, 2019;
Anador	<i>Justicia pectoralis</i>	Acanthaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016;
Ananaz-tiririca	<i>Ananas ananassoides</i>	Bromeliaceae	Silvestre, 2015;
Anduzinho, Anduzinho-do-campo, Anduzinho-do-cerrado	<i>Clitoria guianensis</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Angélica	<i>Guettarda viburnoides</i>	Rubiaceae	Silvestre, 2015;
Angélica	<i>Himatanthus obovatus</i>	Apocynaceae	Araújo, 2014;
Angelim	<i>Andira paniculata</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Ramidoff, 2022;
Angelim-bravo	<i>Andira vermifuga</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Angico	<i>Anadenanthera peregrina</i>	Fabaceae	Tiburcio; Valente 2007; Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Costa, 2018;
Angico-minjolo	<i>Acacia sp.</i>	Fabaceae	Silvestre, 2015;
Angiquim-cabeludo	NI 7	Fabaceae	Araújo, 2014;
Angiquim-gordo	NI 8	Fabaceae	Araújo, 2014;
Angiquinho	<i>Mimosa sp.</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Araçá, Araçá-do-cerrado	<i>Psidium laruotteanum</i>	Myrtaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Araçá-da-mata	<i>Psidium guineense</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014;
Araçá-do-campo, Araçá	<i>Psidium myrsinite</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Araçá-do-morro	<i>Psidium sp.</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014;
Araçá-goiaba	<i>Psidium sp.</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014;
Araça-rasteiro	<i>Psidium firmum</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014;
Araruta	<i>Maranta arundinacea</i>	Marantaceae	Massaroto, 2009; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Araticum, Pinha-do-cerrado	<i>Annona crassiflora</i>	Annonaceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Arco-roxo	NI 9	NI 7	Araújo, 2014;
Arnica	<i>Lychnophora ericoides</i>	Asteraceae	Silvestre, 2015;
Arnica-da-horta, Arnica	<i>Solidago chilensis</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Arnica-de-casa, Quitoco, Quitoque	<i>Pluchea sagittalis</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;

Arnica-do-mato	<i>Eupatorium odoratum</i>	Asteraceae	Rosa D.,2014;
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Anacardiaceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Aroeirinha, Arroerinha	<i>Lithraea molleoides</i>	Anacardiaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Aroeirinha-do-campo	<i>Schinus terebinthifolia</i>	Anacardiaceae	Araújo, 2014;
Arrebenta-boi	<i>Hippobroma longiflora</i>	Campanulaceae	Rosa D.,2014;
Arroz	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Avelar; Vicente De Paula, 2003; Tiburcio; Valente 2007; Velloso, 2007; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Santos V., 2015; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022;
Arroz-agulhinha	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Arroz-beira-campo	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Arroz-bico-roxo	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Cunha V., 2018; Fernandes, 2019;
Arroz-branco	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Souza L., 2018;
Arroz-cacho-preto	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Sousa, 2022;
Arroz-cana-roxa	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Sousa, 2017; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Arroz-capivara, Arroz-avermelhado	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019;
Arroz-gaipa	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Cunha V., 2018; Sousa, 2022;
Arroz-marabá	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Arroz-maranhão	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019;
Arroz-milharim	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019;
Arroz-novato	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019;
Arroz-preto	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Sousa, 2017;
Arroz-quatro-meses	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Arroz-rabo-de-poldrinho	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Cunha V., 2018;
Arroz-saia-velha	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2019;
Arroz-taquari	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Fernandes, 2019;
Arroz-três-meses	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Arroz-trigo	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Arroz-vermelho	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Arroz-xandú	<i>Oryza sativa</i>	Poaceae	Cunha V., 2018; Fernandes, 2019;
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Rutaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Costa, 2018;
Arrudinha-do-campo	<i>Porophyllum angustissimum</i>	Asteraceae	Silvestre, 2015;
Assa-peixe, Assafete	<i>Vernonia polyanthes</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Paim, et al., 2023
Assa-peixe-preto	<i>Vernonia sp.</i>	Asteraceae	Araújo, 2014;
Astimejo, Astimije, Artimijo	<i>Artemisia vulgaris</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silvestre, 2015;
Azedinha, Azedinha-do-campo, Vinagreira, Vinagrera	<i>Hibiscus sabdariffa</i>	Malvaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;

Babosa	<i>Aloe vera</i>	Xanthorrhoeaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Souza L., 2018;
Bacuari, Bacupari-do-cerrado, Baquari	<i>Salacia crassifolia</i>	Celastraceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Bacupari-da-mata	<i>Cheiloclinium cognatum</i>	Celastraceae	Araújo, 2014;
Bacuri	<i>Garcinia gardneriana</i>	Clusiaceae	Ramidoff, 2022;
Bálsamo	NI 10	NI 8	Silvestre, 2015;
Bambu	<i>Bambusa sp.</i>	Poaceae	Tiburcio; Valente 2007;
Banana	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Avelar; Vicente De Paula, 2003; Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Santos V., 2015; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022;
Banana-angola	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Banana-farta-família	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-maçã	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Banana-marainha	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-maranhão, Quatro-penca	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-moça	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-nanica	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Sousa, 2017; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Banana-nanicona	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-naniquinha	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-prata	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Banana-pratanã	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-roxa	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-roxa-branca	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Sousa, 2022;
Banana-roxa-virada	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Fernandes, 2019;
Banana-roxona	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-são-tomé	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-terra	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Banana-três-quinas	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Banana-vermelha	<i>Musa x paradisiaca</i>	Musaceae	Sousa, 2022;
Bananeira-branca	<i>Musa spp.</i>	Musaceae	Araújo, 2014;
Baquari-de-guariba	NI 11	Celastraceae	Cunha V., 2018;
Baquari-do-campo	<i>Peritassa campestris</i>	Celastraceae	Cunha V., 2018;
Barba-de-bode	<i>Bulbostylis sp.</i>	Asteraceae	Silvestre, 2015;
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Fernandes, 2019; Paim, et al., 2023
Baru	<i>Dipteryx alata</i>	Fabaceae	Almeida, 2003; Tiburcio; Valente 2007; Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023

Batata	<i>Solanum tuberosum</i>	Solanaceae	Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Silva et al., 2015; Rosa R., 2016; Cunha A., 2018;
Batata-branca	<i>Solanum tuberosum</i>	Solanaceae	Souza L., 2018;
Batata-de-pulga	<i>Operculina macrocarpa</i>	Convolvulaceae	Massaroto, 2009; Rosa D., 2014;
Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i>	Convolvulaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Batata-doce-branca	<i>Ipomoea batatas</i>	Convolvulaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Batata-doce-roxa	<i>Ipomoea batatas</i>	Convolvulaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Batatão	<i>Operculina hamiltonii</i>	Convolvulaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Paim, et al., 2023
Batatinha, Batata, Batata-gengibre	<i>Solanum tuberosum</i>	Solanaceae	Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Bate-caixa, Douradinha	<i>Waltheria communis</i>	Malvaceae	Silva, 2013; Silvestre, 2015;
Baunilha-do-cerrado	<i>Vanilla pompona</i>	Orchidaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Berdoégua, Verduégua	<i>Portulaca oleracea</i>	Portulacaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;
Berinjela, Berinjela-comum-roxa	<i>Solanum melongena</i>	Solanaceae	Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Fernandes, 2019;
Berinjela-verde	<i>Solanum melongena</i>	Solanaceae	Fernandes, 2019;
Beterraba	<i>Beta vulgaris</i>	Amaranthaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Sousa, 2017;
Bico-de-papagaio	<i>Rourea induta</i>	Connaraceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Bico-de-tucano	NI 12	NI 9	Cunha V., 2018;
Bodim, Bodinho(a), Capim-bodinho	<i>Scleria sp.</i>	Cyperaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Boldinho	<i>Plectranthus ornatus</i>	Lamiaceae	Pereira; Almeida, 2011;
Boldo	<i>Gymnanthemum amygdalinum</i>	Asteraceae	Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Costa, 2018;
Boneca, Cabelo-de-boneca	NI 13	NI 10	Araújo, 2014;
Brejaú	<i>Coccoloba mollis</i>	Polygonaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Brinquim	<i>Trischidium molle</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Bruto, Pinha, Pinha-brutão	<i>Annona dioica</i>	Annonaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018;
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Arecaceae	Almeida, 2003; Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Buritirana	<i>Mauritia armata</i>	Arecaceae	Araújo, 2014; Ramidoff, 2022;
Burizinho-do-campo	NI 14	NI 11	Araújo, 2014;
Cabaça	<i>Lagenaria vulgaris</i>	Cucurbitaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Cabeça-de-frade	<i>Melocactus zehntneri</i>	Cactaceae	Silva, 2013;
Cabelo-de-nego	<i>Ouratea hexasperma</i>	Ochnaceae	Silvestre, 2015;
Cabelo-de-nego	<i>Erythroxylum suberosum</i>	Erythroxylaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;
Cabeludinho	NI 15	NI 12	Massaroto, 2009;
Cabo-de-machado, Cabo-machado	<i>Pouteria torta ssp. glabra</i>	Sapotaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;

Cachimbada	NI 16	NI 13	Massaroto, 2009;
Café	<i>Coffea arabica</i>	Rubiaceae	Avelar; Vicente De Paula, 2003; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Sousa, 2022;
Cafezinho, Erva-café	<i>Palicourea marcgravii</i>	Rubiaceae	Paim, et al., 2023
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i>	Myrtaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Caiba, Carafba, Caibra	<i>Tabebuia aurea</i>	Bignoniaceae	Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Souza L., 2018;
Cainana	<i>Chiococa alba</i>	Rubiaceae	Silvestre, 2015;
Cajá	<i>Spondias sp.</i>	Anacardiaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Cunha V., 2018; Souza L., 2018;
Caju, Caju-vermelho	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Ramidoff, 2022; Sousa, 2022; Paim, et al., 2023
Caju-amarelo	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae	Fernandes, 2019;
Cajuzinho-do-cerrado, Cajuí, Caju, Caju-do-cerrado	<i>Anacardium humile</i>	Anacardiaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Calunga, Kalunga	<i>Simarouba versicolor</i>	Simaroubaceae	Silva, 2013; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019;
Cambaúba, Bambú, Taboca	<i>Polygonum hydropiperoides</i>	Poaceae	Paim, et al., 2023
Cana	<i>Arundo donax</i>	Poaceae	Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Cana-caiana	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Cana-caiana-roxa	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	Fernandes, 2019;
Cana-cento-e-vinte	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	Sousa, 2017; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Cana-cuba	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	Avelar; Vicente De Paula, 2003; Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Santos V., 2015; Silva et al., 2015; Rosa R., 2016; Costa, 2018; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022;
Cana-rajada	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Cana-roxa	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	Souza L., 2018;
Cana-roxona	<i>Saccharum officinarum</i>	Poaceae	Sousa, 2017; Sousa, 2022;
Canela	<i>Cinnamomum verum</i>	Lauraceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Canela-de-ema	<i>Vellozia squamata</i>	Velloziaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Canela-de-véi, Canela-de-velho	<i>Aspidosperma discolor</i>	Apocynaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Canelão	<i>Ocimum sp.</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Caninha-de-macaco, Canafiche, Cana-de-macaco	<i>Costus spicatus</i>	Zingiberaceae	Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Silvestre, 2015;

Cansação, Cassação, Cansação	<i>Cnidocolus sp.</i>	Euphorbiaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Silvestre, 2015;
Capa-rosa, Paca-rosa	<i>Neea theifera</i>	Nyctaginaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Capim-agropolo	<i>Andropogon gayanus</i>	Poaceae	Santos V., 2015; Souza L., 2018;
Capim-braquiarião	<i>Brachiaria brizantha</i>	Poaceae	Santos V., 2015;
Capim-braquiária	<i>Brachiaria decumbens</i>	Poaceae	Souza L., 2018;
Capim-de-cacho, Capim-nagô	<i>Sorghum halepense</i>	Poaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Capim-de-cheiro, Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i>	Poaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Costa, 2018; Souza L., 2018;
Capim-eucalipto	<i>Cymbopogon winterianus</i>	Poaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Capim-jaraguá	<i>Hyparrhenia rufa</i>	Poaceae	Araújo, 2014;
Capim-junça, Junça	<i>Cyperus odoratus</i>	Cyperaceae	Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Capim-pé-de-galinha	<i>Eleusine indica</i>	Poaceae	Rosa D.,2014;
Capim-rê, Capim-rei, Capim-reis	<i>Sisyrinchium vaginatum</i>	Iridaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014;
Capim-são-josé	<i>Cymbopogon sp.</i>	Poaceae	Massaroto, 2009;
Cará	<i>Dioscorea alata</i>	Dioscoreaceae	Sousa, 2022;
Cara-do-ar	<i>Dioscorea bulbifera</i>	Dioscoreaceae	Silvestre, 2015;
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>	Oxalidaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Carduzinha, Cardozinha	<i>Jacaranda rufa</i>	Bignoniaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Cargo-santo, Carro-santo	<i>Argemone mexicana</i>	Papaveraceae	Silva, 2013; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Carne-de-vaca, Casco d'anta, Cascudo	<i>Emmotum nitens</i>	Icacinaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Paim, et al., 2023
Caroba	<i>Jacaranda puberula</i>	Bignoniaceae	Araújo, 2014; Paim, et al., 2023
Carobinha	<i>Palicourea officinalis</i>	Rubiaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Carobinha-do-campo, Carobinha	<i>Jacaranda decurrens</i>	Bignoniaceae	Almeida, 2003; Paim, et al., 2023
Carqueja, Carquejo	<i>Baccharis trimera</i>	Asteraceae	Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Carrapicho	<i>Acanthospermum australe</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Carrapicho-barra-de-saia	<i>Desmodium incanum</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Carrapicho-carneiro	<i>Acanthospermum hispidum</i>	Asteraceae	Rosa D.,2014;
Caruaru, Caruru	<i>Amaranthus viridis</i>	Amaranthaceae	Araújo, 2014;
Carvoeiro	<i>Tachigali vulgaris</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Carvoeiro-branco, Carvoeiro-da-mata	<i>Tachigali rubiginosa</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Carvoeiro-preto, Carvoeiro-do-cerrado, Carvoeiro-da-serra	<i>Tachigali sp.</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Cascavel	<i>Hyptis sp.</i>	Lamiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Cascavelinho	NI 17	NI 14	Massaroto, 2009;

Cascudinho	<i>Maprounea guianensis</i>	Euphorbiaceae	Araújo, 2014; Souza L., 2018;
Catinga-de-porco	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Souza L., 2018;
Catuaba	<i>Erythroxylum vacciniifolium</i>	Erythroxylaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015;
Catuzinha	NI 18	NI 15	Santos M., 2015;
Cebola, Cebola-branca	<i>Allium cepa</i>	Amaryllidaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Costa, 2018; Fernandes, 2019;
Cebola-do-campo	NI 19	Amaryllidaceae	Araújo, 2014;
Cebola-roxa	<i>Allium cepa</i>	Amaryllidaceae	Fernandes, 2019;
Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i>	Amaryllidaceae	Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Costa, 2018;
Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	Meliaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Souza L., 2018;
Cedro-da-beira-d'água	<i>Vochysia pyramidalis</i>	Vochysiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Cenoura, Cenoura-de-horta	<i>Daucus carota</i>	Apiaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Sousa, 2017; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Cerejeira	<i>Eugenia involucrata</i>	Myrtaceae	Massaroto, 2009;
Chá-da-índia	NI 20	NI 16	Santos M., 2015;
Chapada, Sete-copa, Pratudado	<i>Leptolobium dasycarpum</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Paim, et al., 2023
Chapadinha, Cinco-Folhas	<i>Acosmium subelegans</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Soares, 2019; Paim, et al., 2023
Chapéu-de-cobra	NI 21	NI 17	Araújo, 2014;
Chapéu-de-couro	<i>Palicourea rigida</i>	Rubiaceae	Silvestre, 2015;
Chapéu-de-couro, Bananeira-do-cerrado	<i>Salvertia convallariodora</i>	Vochysiaceae	Silva, 2013; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Soares, 2019;
Chichá, Xixá	<i>Sterculia striata</i>	Malvaceae	Silvestre, 2015; Cunha V., 2018;
Chuchu	<i>Sechium edule</i>	Cucurbitaceae	Massaroto, 2009; Silva et al., 2015; Sousa, 2022;
Chumbrado	NI 22	NI 18	Araújo, 2014;
Chuverinho, chuverim	<i>Actinocephalus polyanthus</i>	Eriocaulaceae	Araújo, 2014;
Ciganinha	<i>Adenocalymma sp.</i>	Bignoniaceae	Araújo, 2014;
Cinzeiro	NI 23	Vochysiaceae	Araújo, 2014;
Cinzeiro-do-brejo	NI 24	NI 19	Araújo, 2014;
Cipó-de-leite	<i>Allamanda cathartica</i>	Apocynaceae	Massaroto, 2009;
Cipó-de-palmatória, Cipó-tripa-de-galinha	<i>Dioclea glabra</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Cipó-mole	NI 25	NI 20	Souza L., 2018;
Cipó-pode, Cipó-podre	NI 26	NI 21	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;
Cipó-timbó	<i>Serjania lethalis</i>	Sapindaceae	Paim, et al., 2023
Ciriguela	<i>Spondias purpurea</i>	Anacardiaceae	Souza L., 2018; Sousa, 2022;
Côco, Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i>	Arecaceae	Costa, 2013; Araújo, 2014; Sousa, 2017; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Côco-babaçu, Côco-palmeira	<i>Attalea speciosa</i>	Arecaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ramidoff, 2022;
Côco-bahia, Coco	<i>Cocos nucifera</i>	Arecaceae	Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Côco-cabeçudo	<i>Butia purpurascens</i>	Arecaceae	Araújo, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;
Côco-catolézinho, Catulé, Catolé	<i>Syagrus rupicola</i>	Arecaceae	Ungarelli, 2009; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;

Côco-de-painha, Cocos-painha, Côco-pindoba, Pindoba	<i>Attalea eichleri</i>	Arecaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Costa, 2013; Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;
Côco-de-palha	NI 27	Arecaceae	Araújo, 2014; Souza L., 2018;
Côco-indaiá, Babaçu	<i>Attalea compta</i>	Arecaceae	Tiburcio; Valente 2007; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Côco-jarobá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Arecaceae	Ramidoff, 2022;
Coco-licuri, Licuri, Bicuri	<i>Syagrus coronata</i>	Arecaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Côco-licuri-da-mata	<i>Allagoptera leucocalyx</i>	Arecaceae	Ungarelli, 2009; Rosa D., 2014; Ramidoff, 2022;
Côco-licuri-da-serra	<i>Syagrus deflexa</i>	Arecaceae	Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;
Côco-licuri-rasteiro-da-mata, Licuri-rasteiro	<i>Allagoptera leucocalyx</i>	Arecaceae	Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;
Côco-licurizinho, Licurizinho-do-cerrado	<i>Allagoptera campestris</i>	Arecaceae	Ramidoff, 2022;
Coco-pindoba, Pindoba, Macaúba	<i>Attalea oleifera</i>	Arecaceae	Fernandes, 2019; Paim, et al., 2023
Côco-tucum, Birro	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Arecaceae	Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Ramidoff, 2022;
Côco-xodó, Cocos-espino, Cocos-macaúba	<i>Acrocomia aculeata</i>	Arecaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Costa, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Coentro, Cuentro, Quento, Cheiro-verde	<i>Coriandrum sativum</i>	Apiaceae	Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Costa, 2018; Souza L., 2018;
Coitada	NI 28	NI 22	Ramidoff, 2022;
Comigo-ninguém-pode	<i>Dieffenbachia seguine</i>	Araceae	Araújo, 2014;
Cominho, Cumim	<i>Cuminum cyminum</i>	Apiaceae	Ungarelli, 2009; Silvestre, 2015;
Confrei	<i>Symphytum officinale</i>	Boraginaceae	Ungarelli, 2009; Silvestre, 2015;
Congonha, Bugre	<i>Ilex paraguariensis</i>	Aquifoliaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Santos M., 2015;
Copaíba, Pau-d'óleo, Óleo-de-pau	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Coquinho-da-serra	<i>Syagrus rupicola</i>	Arecaceae	Araújo, 2014;
Coração-de-negro	<i>Piptocarpha rotundifolia</i>	Asteraceae	Araújo, 2014;
Cordão-de-são-francisco	<i>Leonotis nepetaefolia</i>	Lamiaceae	Silvestre, 2015;
Couve, Couve-comum	<i>Brassica oleracea</i>	Brassicaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Costa, 2018; Fernandes, 2019;
Couve-flor	<i>Brassica oleracea</i>	Brassicaceae	Fernandes, 2019;
Craíba, Caiba	<i>Tabebuia aurea</i>	Bignoniaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Cravo	<i>Dianthus caryophyllus</i>	Caryophyllaceae	Silvestre, 2015;
Crista-de-galo, Mato	<i>Heliotropium indicum</i>	Boraginaceae	Rosa D., 2014;
Croá	NI 29	NI 23	Massaroto, 2009;
Curriola, Grão-de-galo	<i>Pouteria torta</i>	Sapotaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;
Curriola-da-serra	<i>Pouteria ramiflora</i>	Sapotaceae	Araújo, 2014;

Danadinha	NI 30	NI 24	Araújo, 2014;
Dendê, Dendezeiro	<i>Elaeis guineensis</i>	Arecaceae	Costa, 2013; Fernandes, 2019;
Dezoito-pancadas	NI 31	NI 25	Massaroto, 2009;
Dipirona	<i>Alternanthera brasiliana</i>	Amaranthaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Rosa R., 2016;
Dor-de-dente	NI 32	NI 26	Massaroto, 2009;
Embaúba	<i>Cecropia pachystachya</i>	Urticaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Paim, et al., 2023
Endió, Endro	<i>Anethum graveolens</i>	Lamiaceae	Ungarelli, 2009; Silvestre, 2015;
Enxerto-de-passarinho, Ensejo-de-passarinho	<i>Struthanthus flexicaulis</i>	Loranthaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;
Erva-cidreira	<i>Lippia sidoides</i>	Verbenaceae	Silvestre, 2015;
Erva-cidreira	<i>Lippia alba</i>	Verbenaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Rosa R., 2016; Costa, 2018; Souza L., 2018;
Erva-de-bicho	<i>Persicaria maculosa</i>	Polygonaceae	Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Erva-doce	<i>Pimpinella anisum</i>	Apiaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016;
Ervão, Gervão, Gervão-do-cerrado, Geivão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i>	Verbenaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016;
Erva-roxa	NI 33	NI 27	Araújo, 2014;
Erva-Santa-Maria	<i>Tanacetum vulgare</i>	Asteraceae	Silvestre, 2015;
Espinheira-santa	<i>Maytenus ilicifolia</i>	Celastraceae	Massaroto, 2009;
Esponja	NI 34	NI 28	Araújo, 2014;
Eucalipto	<i>Eucaliptus globulus</i>	Myrtaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Farinha-seca	<i>Mouriri elliptica</i>	Melastomataceae	Silvestre, 2015;
Faveira, Faveira-favela, Fava-d'anta	<i>Dimorphandra mollis</i>	Fabaceae	Almeida, 2003; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Favela	<i>Cnidoscolus quercifolius</i>	Euphorbiaceae	Paim, et al., 2023
Fedegoso-branco-da-flor-amarela	<i>Senna sp.</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Fedegoso-da-flor-roxa	<i>Senna sp.</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Santos V., 2015; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022;
Feijão-60-dias	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Feijão-andu, Andu	<i>Cajanus cajan</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Feijão-arroz	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Ungarelli, 2009; Souza L., 2018;
Feijão-carioca	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Feijão-catador	<i>Vigna unguiculata</i>	Fabaceae	Fernandes, 2014; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Feijão-costela-de-vaca	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Cunha V., 2018;
Feijão-de-arrancar	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Rosa R., 2016; Cunha V., 2018; Souza L., 2018;

Feijão-de-corda, Feijão-verde	<i>Vigna unguiculata</i>	Fabaceae	Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Feijão-fava, Fava	<i>Phaseolus lunatus</i>	Fabaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Feijão-fedegoso	<i>Senna occidentalis</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Fernandes, 2019;
Feijão-fradinho	<i>Vigna unguiculata</i>	Fabaceae	Fernandes, 2019;
Feijão-leite	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Feijão-manteiga	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Feijão-marelão, Feijão-amarelão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Feijão-marelim, Feijão-amarelinho	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Fernandes, 2019;
Feijão-momoninho	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Feijão-mucunjá	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Feijão-pequeno	<i>Vigna unguiculata</i>	Fabaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Feijão-preto	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Sousa, 2017;
Feijão-rodia, Feijão-rudia	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Feijão-roxinho, Feijão-roxim	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Feno-do-campo	NI 35	NI 29	Massaroto, 2009;
Flor-de-seda	<i>Calotropis procera</i>	Apocynaceae	Paim, et al., 2023
Foguinho	NI 36	NI 30	Cunha V., 2018;
Folha-de-andu	NI 37	NI 31	Rosa R., 2016;
Folha-de-cravo	NI 38	NI 32	Pereira; Almeida, 2011;
Folha-de-fogo	<i>Clidemia hirta</i>	Melastomataceae	Massaroto, 2009;
Folha-lisa	NI 39	NI 33	Araújo, 2014; Souza L., 2018;
Folha-santa	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Crassulaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016;
Fumo, Tabaco	<i>Nicotiana tabacum</i>	Solanaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Silva, 2013; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Costa, 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Gabiroba	<i>Campomanesia adamantium</i>	Myrtaceae	Ungarelli, 2009; Ramidoff, 2022;
Gameleira	<i>Ficus trigona</i>	Moraceae	Araújo, 2014;
Gameleira-do-mato	<i>Ficus adhatodifolia</i>	Moraceae	Araújo, 2014;
Garapa	<i>Apuleia leiocarpa</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Garrote, Batuque	NI 40	NI 34	Araújo, 2014;
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>	Zingiberaceae	Silva, 2013; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Sousa, 2022;
Gergelim	<i>Sesamum indicum</i>	Pedaliaceae	Tiburcio; Valente 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Gergelim-branco	<i>Sesamum indicum</i>	Pedaliaceae	Fernandes, 2019;
Gergelim-marrom	<i>Sesamum indicum</i>	Pedaliaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Gergelim-preto	<i>Sesamum indicum</i>	Pedaliaceae	Sousa, 2017; Fernandes, 2019;
Gibarbo, Jibarbo, Ribarbo, Rubarbo	<i>Trimezia juncifolia</i>	Iridaceae	Silvestre, 2015; Araújo, 2014; Massaroto, 2009

Goiaba, Goiaba-vermelha	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Sousa, 2017; Costa, 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Goiaba-branca, Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Gonçalo	<i>Astronium fraxinifolium</i>	Anacardiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Gota-do-zeca	NI 41	NI 35	Pereira; Almeida, 2011;
Grande-ubá	NI 42	NI 36	Araújo, 2014;
Grão-de-galo	<i>Diospyros sericea</i>	Ebenaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;
Grapiá, Grapeá, Grapear, Garapiá-do-cerrado, Carapiá, Grapirá	<i>Dorstenia asaroides</i>	Moraceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Rosa R., 2016;
Gravatá	<i>Bromelia balansae</i>	Bromeliaceae	Cunha V., 2018; Ramidoff, 2022;
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Annonaceae	Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Guaco	<i>Mikania glomerata</i>	Asteraceae	Santos M., 2015;
Guariroba-catulé	<i>Syagrus oleracea</i>	Arecaceae	Ramidoff, 2022;
Guariroba-de-soldado, Palmito-soldado	<i>Syagrus flexuosa</i>	Arecaceae	Fernandes, 2014; Ramidoff, 2022;
Guariroba-indaiá	<i>Attalea dubia</i>	Arecaceae	Cunha V., 2018;
Guariroba-verdadeira, Gariroba, Gueroba, Gueiroba, Gaririba, Cocomatulé	<i>Syagrus oleracea</i>	Arecaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Gueiroba-falsa, Guariroba-falsa	<i>Syagrus romanzoffiana</i>	Arecaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Hortelã	<i>Mentha piperita</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Costa, 2018;
Hortelanzão, Hortelão, Hortelã-gordo, Hortelã-grosso	<i>Plectranthus amboinicus</i>	Lamiaceae	Pereira; Almeida, 2011; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Imburuçu	<i>Pseudobombax grandiflorum</i>	Malvaceae	Araújo, 2014;
Ingá, Ingá-comum	<i>Inga cylindrica</i>	Fabaceae	Silvestre, 2015; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Ingá-de-corda	<i>Inga ingoides</i>	Fabaceae	Fernandes, 2019;
Inhame	<i>Dioscorea alata</i>	Dioscoreaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Inhame-amarelo	<i>Dioscorea cayenensis</i>	Dioscoreaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Inhame-cará	<i>Dioscorea sp.</i>	Dioscoreaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Inhame-lebança	<i>Dioscorea sp.</i>	Dioscoreaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Inhame-levanca	<i>Dioscorea sp.</i>	Dioscoreaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Inhame-pé-danta, Inhame-pedanta	<i>Dioscorea alata</i>	Dioscoreaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Inhame-roxo	<i>Dioscorea alata</i>	Dioscoreaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Ioiô	NI 43	Bignoniaceae	Massaroto, 2009;
Ipê, Pau-de-álcool	<i>Handroanthus serratifolius</i>	Bignoniaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Ipê-amarelo	<i>Handroanthus ochraceus</i>	Bignoniaceae	Massaroto, 2009;
Ipê-roxo	<i>Handroanthus impetiginosus</i>	Bignoniaceae	Silva, 2013; Souza L., 2018;
Jaborandi-da-beira-do-rio	<i>Piper crassinervium</i>	Piperaceae	Araújo, 2014;

Jabuticaba	<i>Plinia cauliflora</i>	Myrtaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Moraceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Fernandes, 2019;
Jaca-dura	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Moraceae	Fernandes, 2019;
Jaca-mole	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Moraceae	Fernandes, 2019;
Jacarandá	<i>Machaerium acutifolium</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Souza L., 2018;
Jacaré	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Fabaceae	Pereira; Almeida, 2011; Souza L., 2018;
Jacitara	<i>Desmoncus sp.</i>	Arecaceae	Souza R., 2022;
Jambo	<i>Syzygium malaccense</i>	Myrtaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silvestre, 2015; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Sousa, 2022;
Jambo-branco	<i>Syzygium aqueum</i>	Myrtaceae	Fernandes, 2019;
Jamerão, Jamelão, Jambolão	<i>Syzygium cumini</i>	Myrtaceae	Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2019;
Jangada	<i>Apeiba tibourbou</i>	Malvaceae	Silvestre, 2015;
Japicanga, Japicanga	<i>Smilax elastica</i>	Smilacaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Japicanga-da-mata	<i>Smilax fluminensis</i>	Smilacaceae	Araújo, 2014;
Japicanga-do-campo	<i>Smilax goyazana</i>	Smilacaceae	Araújo, 2014;
Jaracuçu	NI 44	NI 37	Araújo, 2014;
Jararaca	<i>Duguetia furfuracea</i>	Annonaceae	Silvestre, 2015;
Jasmim	<i>Plumeria rubra</i>	Apocynaceae	Araújo, 2014;
Jatobá	<i>Hymenaea eriogyne</i>	Fabaceae	Ungarelli, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Jatobá-da-mata, Jatobá-d'anta, Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	Fabaceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Jatobá-do-campo, Jatobá-do-cerrado	<i>Hymenaea stigonocarpa</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Jenipapo, Genipapo	<i>Genipa americana</i>	Rubiaceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Rosa R., 2016; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Sousa, 2022;
Jenipapo-bravo, Jenipapo-de-cavalo	<i>Tocoyena formosa</i>	Rubiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Jiló	<i>Solanum aethiopicum</i>	Solanaceae	Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Jiló-boi	<i>Solanum aethiopicum</i>	Solanaceae	Cunha V., 2018;
Jiló-comprido	<i>Solanum aethiopicum</i>	Solanaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Jiló-redondo	<i>Solanum aethiopicum</i>	Solanaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Jiló-saco-de-bode	<i>Solanum aethiopicum</i>	Solanaceae	Cunha V., 2018;
Joaninha	<i>Byttneria aculeata</i>	Malvaceae	Silvestre, 2015;
João-mole	<i>Guapira opposita</i>	Nyctaginaceae	Araújo, 2014;
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i>	Rhamnaceae	Massaroto, 2009;
Juçara, Palmito-juçara	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	Ramidoff, 2022;
Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>	Solanaceae	Fernandes, 2019;

Landim, Landir	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Calophyllaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015;
Laranja, Laranja-comum	<i>Citrus aurantium</i>	Rutaceae	Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Laranja, Laranja-lima	<i>Citrus aurantium</i>	Rutaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Sousa, 2017; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Laranja-iloá, Laranja-floa	<i>Citrus aurantium</i>	Rutaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Laranjeira	<i>Styrax camporum</i>	Styracaceae	Silvestre, 2015;
Lima, Lima-comum	<i>Citrus aurantifolia</i>	Rutaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Limão	<i>Citrus limon</i>	Rutaceae	Velloso, 2007; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Limão-cidra	<i>Citrus limon</i>	Rutaceae	Fernandes, 2019;
Limão-curraleiro	<i>Citrus limon</i>	Rutaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Limão-galego	<i>Citrus aurantifolia</i>	Rutaceae	Massaroto, 2009; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Limão-Rosa, Limão-Cravo	<i>Citrus limon</i>	Rutaceae	Fernandes, 2019;
Limãozinho, Limãozinho-do-cerrado	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i>	Rutaceae	Massaroto, 2009; Rosa D., 2014; Fernandes, 2019;
Língua-de-galinha	NI 45	NI 38	Araújo, 2014;
Língua-de-tucano	<i>Eryngium pristis</i>	Apiaceae	Silvestre, 2015;
Lípia	NI 46	NI 39	Massaroto, 2009;
Lobeira, Fruta do lobo	<i>Solanum falciforme</i>	Solanaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Paim, et al., 2023
Lobinho	NI 47	NI 40	Massaroto, 2009;
Lorinda	NI 48	NI 41	Araújo, 2014;
Losma	<i>Artemisia absinthium</i>	Asteraceae	Silvestre, 2015;
Louro	<i>Laurus nobilis</i>	Lauraceae	Massaroto, 2009;
Maçã	<i>Malus domestica</i>	Rosaceae	Massaroto, 2009;
Maçambé	NI 49	NI 42	Araújo, 2014;
Macambira	<i>Bromelia laciniosa</i>	Bromeliaceae	Ramidoff, 2022;
Malícia	<i>Mimosa caesalpinifolia</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Malina	NI 50	NI 43	Araújo, 2014;
Malva	<i>Malva sylvestris</i>	Malvaceae	Silvestre, 2015;
Malva-branca, Maiva-branca	<i>Sida cordifolia</i>	Malvaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;
Mama-de-porca, Mamuda-de-porca, Mamuda	<i>Zanthoxylum riedelianum</i>	Rutaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Paim, et al., 2023
Mamão, Mamão-normal	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae	Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Costa, 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022;
Mamão-de-cacho	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae	Fernandes, 2019;
Mamão-de-corda	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae	Souza L., 2018;
Mamão-papaia	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae	Fernandes, 2019;
Maminha-de-porca	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i>	Rutaceae	Massaroto, 2009;

Mamona, Mamona-de-extrair-azeite	<i>Ricinus communis</i>	Euphorbiaceae	Tiburcio; Valente 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Paim, et al., 2023
Mamoninha, Maria-pobre	<i>Dilodendron bipinnatum</i>	Sapindaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Costa, 2018; Souza L., 2018;
Mamoto	NI 51	NI 44	Massaroto, 2009;
Manacá	<i>Brunfelsia uniflora</i>	Solanaceae	Massaroto, 2009; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Cactaceae	Massaroto, 2009;
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Avelar; Vicente De Paula, 2003; Tiburcio; Valente 2007; Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Silva, 2013; Fernandes, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Santos V., 2015; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022;
Mandioca-aipim	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha V., 2018;
Mandioca-aipim-branco	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Mandioca-azulona	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha V., 2018;
Mandioca-brava	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Mandioca-brava-babu	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha A., 2018; Cunha V., 2018;
Mandioca-brava-casco-de-burro	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Ungarelli, 2009; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Sousa, 2022;
Mandioca-brava-doidona	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Souza R., 2022;
Mandioca-brava-mata-fome	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Sousa, 2017; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Mandioca-brava-pipiri	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Mandioca-brava-preta	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Souza R., 2022;
Mandioca-castelo-de-cipó	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha A., 2018; Cunha V., 2018;
Mandioca-cerrana	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Fernandes, 2019;
Mandioca-de-cumpade	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Araújo, 2014;
Mandioca-de-fritar, Mandioca-amarela	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Mandioca-doce-castelo	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Sousa, 2017; Souza L., 2018; Sousa, 2022;
Mandioca-doce-castelo-branco	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Cunha A., 2018; Fernandes, 2019;
Mandioca-doce-castelo-preto	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019;
Mandioca-doce-manteiga	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Fernandes, 2014; Sousa, 2017; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Mandioca-doce-pão-da-china	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Sousa, 2022;
Mandioca-doce-roxinha	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha V., 2018; Sousa, 2022;
Mandioca-gaierinha, Mandioca-mansa-gaierinha	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Ungarelli, 2009; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Mandioca-mansa	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Massaroto, 2009;
Mandioca-mansa-aparecida	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha V., 2018; Souza R., 2022;
Mandioca-mansa-cacau	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha V., 2018;
Mandioca-mansa-de-todos-os-tempos	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Souza R., 2022;

Mandioca-mansa-ipimané	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Souza R., 2022;
Mandioca-marelinha, Mandioca-mansa- amarelinha	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Fernandes, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Souza R., 2022;
Mandioca-mata-rato	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha A., 2018;
Mandioca-tinguana	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha A., 2018;
Mandioca-molezinha	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Cunha A., 2018;
Mandiocão	<i>Schefflera macrocarpa</i>	Araliaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Paim, et al., 2023
Mandioca-olho-roxo	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Fernandes, 2019;
Mandioca-paranista	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Fernandes, 2019;
Mandioca-paranista-olho- branco	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Fernandes, 2019;
Mandioca-precoce	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Mandioca-quatro-meses	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Mandioca-rio-verdão	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Ungarelli, 2009;
Mandioca-vindoura	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae	Fernandes, 2014; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019;
Mandioquinha	<i>Arracacia xanthorrhiza</i>	Apiaceae	Araújo, 2014;
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Avelar; Vicente De Paula, 2003; Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Costa, 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022; Paim, et al., 2023
Manga-3-anos	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Fernandes, 2019;
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i>	Apocynaceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Manga-comum	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Manga-coquinho	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Manga-espada	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Manga-peito-de-moça	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Fernandes, 2019;
Manga-rosa	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Fernandes, 2019;
Mangue	<i>Croton urundeuva</i>	Euphorbiaceae	Massaroto, 2009;
Manjerição, Manjerição- comum, Mengerição	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Manjerição-miúdo	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae	Fernandes, 2019;
Manjerição-roxo	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae	Fernandes, 2019;
Manjeriçãozão	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae	Fernandes, 2019;
Mão-de-vaca, Pata-de- vaca	<i>Bauhinia sp.</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Maracujá, Maracujá-do- mato	<i>Passiflora edulis</i>	Passifloraceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2022;
Maracujá-azedo	<i>Passiflora edulis</i>	Passifloraceae	Fernandes, 2019;
Maracujá-doce	<i>Passiflora alata</i>	Passifloraceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2019;
Maracujá-do-mato, Maracujá-da-mata	<i>Passiflora alata</i>	Passifloraceae	Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Maracujá-roxo	<i>Passiflora sp.</i>	Passifloraceae	Araújo, 2014;

Maracujazinho, Maracujazim	<i>Passiflora sp.</i>	Passifloraceae	Ungarelli, 2009; Araújo, 2014;
Maracujina	<i>Passiflora sp.</i>	Passifloraceae	Ungarelli, 2009;
Maré	NI 52	NI 45	Araújo, 2014;
Marfim	<i>Tapirira guianensis</i>	Anacardiaceae	Silvestre, 2015;
Marinheiro	<i>Guarea guidonia</i>	Meliaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018;
Marmelada	<i>Alibertia sessilis</i>	Rubiaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Araújo, 2014; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Marmelada-de-bezerra	<i>Alibertia edulis</i>	Rubiaceae	Araújo, 2014; Cunha V., 2018;
Marmelada-de-cachorro, Marmeladão	<i>Alibertia edulis</i>	Rubiaceae	Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Ramidoff, 2022;
Marmelo	<i>Austroplenckia populnea</i>	Celastraceae	Massaroto, 2009;
Mastruz, Matruz	<i>Dysphania ambrosioides</i>	Amaranthaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Costa, 2018; Soares, 2019;
Mata-cachorro	<i>Simarouba amara</i>	Simaroubaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Mata-pasto, Mata-passo, Fedegoso-bravo	<i>Senna uniflora</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Silvestre, 2015;
Maxixe, Machixo, Maxixo	<i>Cucumis anguria</i>	Cucurbitaceae	Ungarelli, 2009; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Sousa, 2022;
Maxixe-cabeludo	<i>Cucumis anguria</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Maxixe-do-morro	<i>Cucumis anguria</i>	Cucurbitaceae	Araújo, 2014;
Maxixe-liso	<i>Cucumis anguria</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Melancia, Melancia-comum	<i>Citrullus lanatus</i>	Cucurbitaceae	Velloso, 2007; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Santos V., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Melancia-findinga	<i>Citrullus lanatus</i>	Cucurbitaceae	Cunha V., 2018;
Melancia-rajada	<i>Citrullus lanatus</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Melancia-viúva	<i>Citrullus lanatus</i>	Cucurbitaceae	Cunha V., 2018;
Melão, Melão-de-horta	<i>Cucumis melo</i>	Cucurbitaceae	Santos V., 2015; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Melão-de-talhada	<i>Cucumis melo</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018;
Melão-liso	<i>Cucumis melo</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018;
Melão-vitamina	<i>Cucumis melo</i>	Cucurbitaceae	Souza L., 2018;
Melissa	<i>Melissa officinalis</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009;
Mentraço, Mentraço, Mentraz, Mentrasa, Mentrastra	<i>Ageratum conyzoides</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016;
Mercúrio	<i>Erythroxylum daphnites</i>	Erythroxylaceae	Araújo, 2014;
Merixiba, Merijiba, Miriximba	NI 53	NI 46	Massaroto, 2009; Ramidoff, 2022;
Mexerica	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae	Ungarelli, 2009; Silva et al., 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Mexerica-da-casca-grossa	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae	Fernandes, 2019;
Mexerica-pequena	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Mijadeira	<i>Terminalia sp.</i>	Combretaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;

Milho	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Avelar; Vicente De Paula, 2003; Tiburcio; Valente 2007; Velloso, 2007; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Santos V., 2015; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha A., 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Soares, 2019; Sousa, 2022;
Milho-agossel	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Cunha V., 2018;
Milho-bandeirante	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Milho-brancão	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Cunha V., 2018;
Milho-branco	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Sousa, 2022;
Milho-cunha-criolo	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Milho-de-pipoca	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Santos V., 2015;
Milho-grossélio	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Milho-hibrão	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Fernandes, 2019;
Milho-híbrido	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Souza L., 2018;
Milho-híbrido-vermelho	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Milho-hibrinha, Milho-hibrina	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Sousa, 2017; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Milho-ibra	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Cunha V., 2018;
Milho-mangai	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Cunha V., 2018;
Milho-parazeiro	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Cunha V., 2018;
Milho-quatro-meses	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Sousa, 2017;
Milho-sabugo-fino	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Milho-sabugo-grosso	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Fernandes, 2014; Fernandes, 2019;
Milho-transgênico	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Souza L., 2018;
Milho-três-meses	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Sousa, 2017; Cunha V., 2018;
Milho-vermelho	<i>Zea mays</i>	Poaceae	Cunha V., 2018;
Milona	<i>Cissampelos sympodialis</i>	Menispermaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Mioró, Miroro	<i>Bauhinia bombaciflora</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Paim, et al., 2023
Mirindiba, Pau-pilão, Papilão	<i>Terminalia corrugata</i>	Combretaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Souza L., 2018; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Moeda	NI 54	NI 47	Araújo, 2014;
Moleque-duro	<i>Cordia leucocephala</i>	Cordiaceae	Soares, 2019;
Molinho	NI 55	NI 48	Paim, et al., 2023
Morango-vermelho	<i>Fragaria x ananassa</i>	Rosaceae	Souza L., 2018;
Moreira, Pau-moreira	<i>Maclura tinctoria</i>	Moraceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015;
Mostarda	<i>Brassica juncea</i>	Brassicaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2019;
Muçambé	<i>Terminalia fagifolia</i>	Combretaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Mulatinha	<i>Tanacetum vulgare</i>	Asteraceae	Araújo, 2014; Rosa R., 2016; Soares, 2019;
Mulher-pobre	<i>Jacaranda cuspidifolia</i>	Bignoniaceae	Massaroto, 2009;
Mundiça	NI 56	NI 49	Araújo, 2014;
Murici, Muricizão	<i>Byrsonima verbascifolia</i>	Malpighiaceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Ramidoff, 2022;
Murici-cerrado, Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i>	Malpighiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Fernandes, 2019;

Murici-do-campo, Canjica	<i>Byrsonima basiloba</i>	Malpighiaceae	Araújo, 2014; Cunha V., 2018;
Murici-do-mato, da mata	<i>Byrsonima laxiflora</i>	Malpighiaceae	Araújo, 2014;
Murici-galinha	<i>Byrsonima clauseniana</i>	Malpighiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Murici-orelha-de-burro	<i>Byrsonima affinis</i>	Malpighiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Murta	<i>Siphoneugena densiflora</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Murta-da-mata	<i>Myrciaria floribunda</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014;
Murta-rosa	<i>Eugenia punicifolia</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014;
Murtinha	<i>Miconia stenostachya</i>	Melastomataceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Murtinha-do-campo	<i>Blepharocalyx salicifolius</i>	Myrtaceae	Araújo, 2014;
Murtinha-do-mato	NI 57	Myrtaceae	Araújo, 2014;
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i>	Malvaceae	Tiburcio; Valente 2007; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Nabo	<i>Brassica napus</i>	Brassicaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014;
Negramina, Negra-menina	<i>Siparuna guianensis</i>	Siparunaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Nicuri	<i>Syagrus coronata</i>	Arecaceae	Massaroto, 2009;
Novalgina, Novagina, Mil-folhas	<i>Achillea millefolium</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Noz-moscada	<i>Myristica fragrans</i>	Myristicaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Silvestre, 2015;
Oiti-do-sertão, Oiti	<i>Couepia grandiflora</i>	Chrysobalanaceae	Araújo, 2014; Souza L., 2018; Ramidoff, 2022;
Óleo	<i>Copaifera nana</i>	Fabaceae	Silvestre, 2015;
Orelha-de-burro	NI 58	NI 50	Araújo, 2014;
Orelha-de-macaco	<i>Enterolobium gummiferum</i>	Fabaceae	Paim, et al., 2023
Orelha-de-vaca	NI 59	Fabaceae	Ungarelli, 2009;
Orquídea	NI 60	Orchidaceae	Araújo, 2014;
Pacari, Pacari-do-cerrado	<i>Lafoensia pacari</i>	Lythraceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Fernandes, 2019;
Pacari-da-mata	<i>Lafoensia pacari</i>	Lythraceae	Araújo, 2014;
Pacari-do-campo	<i>Lafoensia pacari</i>	Lythraceae	Araújo, 2014;
Paina	<i>Eriotheca pubescens</i>	Malvaceae	Araújo, 2014;
Palma-do-cerrado	<i>Nopalea cochenillifera</i>	Cactaceae	Souza L., 2018;
Palmito	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	Massaroto, 2009; Fernandes, 2014; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Palmito-mirim	<i>Geonoma pohliana</i>	Arecaceae	Ramidoff, 2022;
Pandeló, Raiz-de-lagartixa	NI 61	NI 51	Araújo, 2014;
Papaconha	<i>Ipomoea cuneifolia</i>	Convolvulaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Papuã	<i>Brachiaria plantaginea</i>	Poaceae	Paim, et al., 2023
Para-tudo	<i>Gomphrena arborescens</i>	Amaranthaceae	Massaroto, 2009;
Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;

Pau-d'arco	<i>Tabebuia serratifolia</i>	Bignoniaceae	Massaroto, 2009;
Pau-doce	<i>Vochysia elliptica</i>	Vochysiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Pau-ferrinho	<i>Caesalpinia ferrea</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Pau-ferro	<i>Libidibia ferrea</i>	Fabaceae	Silvestre, 2015;
Pau-jacaré	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009;
Pau-pereira, Pereira	<i>Geissospermum laeve</i>	Apocynaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Pau-podre	NI 62	NI 52	Massaroto, 2009;
Pau-santo	<i>Kielmeyera coriacea</i>	Calophyllaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Pau-terra, Pau-terra-da-folha-larga	<i>Qualea grandiflora</i>	Vochysiaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Pau-terra-da-folha-grande	<i>Qualea grandiflora</i>	Vochysiaceae	Araújo, 2014;
Pau-terra-da-folha-miúda, Pau-terrinha, Pau-terra-roxo	<i>Qualea parviflora</i>	Vochysiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Pau-terra-da-mata	<i>Qualea dichotoma</i>	Vochysiaceae	Araújo, 2014;
Pé-de-galinha	<i>Cecropia sciadophylla</i>	Cecropiaceae	Araújo, 2014;
Pedra-una	NI 63	NI 53	Silva, 2013;
Pega-pinto	<i>Boerhavia hirsuta</i>	Nyctaginaceae	Rosa D.,2014;
Pepino	<i>Cucumis sativus</i>	Cucurbitaceae	Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i>	Caryocaraceae	Almeida, 2003; Tiburcio; Valente 2007; Velloso, 2007; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Pequi, Piqui	<i>Caryocar cuneatum</i>	Caryocaraceae	Silvestre, 2015;
Pêra	<i>Pyrus communis</i>	Rosaceae	Massaroto, 2009;
Pereira-do-campo	NI 64	Apocynaceae	Araújo, 2014;
Pereira-mata	NI 65	Apocynaceae	Araújo, 2014;
Pereira-tatu, Pereira-da-serra, Pereira-de-tatu	<i>Aspidosperma tomentosum</i>	Apocynaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Soares, 2019;
Peroba	<i>Aspidosperma macrocarpon</i>	Apocynaceae	Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Peroba-rosa	<i>Aspidosperma polyneuron</i>	Apocynaceae	Araújo, 2014;
Piaçaba	<i>Attalea funifera</i>	Arecaceae	Massaroto, 2009;
Picão	<i>Bidens pilosa</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Pimenta	<i>Capsicum sp.</i>	Solanaceae	Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Pimenta-cumari	<i>Capsicum baccatum</i>	Solanaceae	Fernandes, 2019;
Pimenta-da-costa	<i>Capsicum sp.</i>	Solanaceae	Silvestre, 2015; Fernandes, 2019;
Pimenta-de-cheiro	<i>Capsicum annum</i>	Solanaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Pimenta-dedo-de-moça	<i>Capsicum baccatum</i>	Solanaceae	Fernandes, 2019;
Pimenta-de-macaco, Pindaíba	<i>Xylopia aromatica</i>	Annonaceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;

Pimenta-do-reino	<i>Piper nigrum</i>	Piperaceae	Silvestre, 2015;
Pimenta-jaborandi, Pimenta-Jabarandi	<i>Piper aduncum</i>	Piperaceae	Pereira; Almeida, 2011;
Pimenta-malagueta	<i>Capsicum frutescens</i>	Solanaceae	Massaroto, 2009; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Pimenta-malaguetao	<i>Capsicum frutescens</i>	Solanaceae	Fernandes, 2019;
Pimentão	<i>Capsicum annum</i>	Solanaceae	Ungarelli, 2009; Silva et al., 2015; Souza L., 2018;
Pimenta-verde	<i>Capsicum annum</i>	Solanaceae	Fernandes, 2019;
Pindaíba-do-brejo, Pindaíba	<i>Xylopia ermaginata</i>	Annonaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Pinha	<i>Annona squamosa</i>	Annonaceae	Araújo, 2014; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Pinha-condês, Pinha- condessa, Fruta-do-conde	<i>Annona squamosa</i>	Annonaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Pinha-de-porca	<i>Annona sp.</i>	Annonaceae	Cunha V., 2018;
Pinhão, pião	<i>Jatropha gossypifolia</i>	Euphorbiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Pinhão-branco	<i>Jatropha curcas</i>	Euphorbiaceae	Araújo, 2014;
Pinhão-roxo	<i>Jatropha gossypifolia</i>	Euphorbiaceae	Pereira; Almeida, 2011;
Pinha-rasteira	<i>Annona sp.</i>	Annonaceae	Cunha V., 2018; Ramidoff, 2022;
Pinhazinha	<i>Annona sp.</i>	Annonaceae	Araújo, 2014;
Pirê-de-tatu	NI 66	NI 54	Massaroto, 2009;
Piscuri	NI 67	NI 55	Silva, 2013;
Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	Myrtaceae	Ungarelli, 2009; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022;
Piteira	<i>Agave americana</i>	Asparagaceae	Silvestre, 2015;
Pitomba	<i>Talisia esculenta</i>	Sapindaceae	Massaroto, 2009; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Sousa, 2022;
Pixuri	<i>Licaria puchury-major</i>	Lauraceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;
Poalha	<i>Borreria verticillata</i>	Rubiaceae	Silvestre, 2015;
Poalha-roxa, Puaia-roxa	<i>Polygala poaya</i>	Polygonaceae	Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Poejo, Poeijo, Puejo, Hortelãzinho	<i>Mentha pulegium</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Soares, 2019;
Polista	NI 68	NI 56	Pereira; Almeida, 2011;
Pororoca	<i>Myrsine coriacea</i>	Primulaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Puaia-da-mata	<i>Borreria poaya</i>	Rubiaceae	Araújo, 2014;
Puaia-do-campo, Pualha- do-campo	<i>Asemeia hirsuta</i>	Polygonaceae	Araújo, 2014; Santos M., 2015;
Puica	NI 69	NI 57	Ramidoff, 2022;
Pulssar, Puçá, Pulsá	<i>Mouriri glazioviana</i>	Melastomataceae	Cunha V., 2018; Ramidoff, 2022;
Puxa-puxa, Chicletinho, Mama-cadela, Bureré, Maria-véia	<i>Brosimum gaudichaudii</i>	Moraceae	Almeida, 2003; Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Quebra-cerrado	NI 70	NI 58	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i>	Phyllanthaceae	Silva, 2013; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016;

Quiabo, Quiabo-comum	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Malvaceae	Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Costa, 2013; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Sousa, 2017; Costa, 2018; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022; Paim, et al., 2023
Quiabo-de-metro	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Malvaceae	Fernandes, 2019;
Quiabo-liso	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Malvaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Quiabo-meio-metro	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Malvaceae	Cunha V., 2018;
Quiabo-pequeno	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Malvaceae	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Quiabo-vermelho	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Malvaceae	Cunha V., 2018;
Quina-do-cerrado, Quina, Quininha	<i>Strychnos pseudoquina</i>	Loganiaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Cunha V., 2018; Souza L., 2018; Soares, 2019; Paim, et al., 2023
Quinha-branca	<i>Strychnos pseudoquina</i>	Loganiaceae	Souza L., 2018;
Quininha	<i>Cinchona calisaya</i>	Rubiaceae	Silvestre, 2015; Paim, et al., 2023
Quioiô	<i>Ocimum gratissimum</i>	Lamiaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Rabanete	<i>Raphanus sativus</i>	Brassicaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014;
Rabo-de-tatu	<i>Centrosema bracteosum</i>	Fabaceae	Silvestre, 2015;
Raíz-de-perdiz, Pé-de-perdiz, Perdiz	<i>Croton antisiphiliticus</i>	Euphorbiaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Rama	NI 71	NI 59	Paim, et al., 2023
Repolho-comum	<i>Brassica oleracea</i>	Brassicaceae	Fernandes, 2019;
Roduleiro	NI 72	NI 60	Araújo, 2014;
Romã	<i>Punica granatum</i>	Punicaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Roseira	<i>Rosa centifolia</i>	Rosaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014;
Roseira-branca	<i>Rosa alba</i>	Rosaceae	Araújo, 2014;
Roseira-do-campo	NI 73	Rosaceae	Araújo, 2014;
Rosera-da-mata	NI 74	Rosaceae	Araújo, 2014;
Roseria	<i>Kielmeyera petiolaris</i>	Calophyllaceae	Silvestre, 2015;
Roseta, Roserta	<i>Krameria argentea</i>	Krameriaceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Roseta-de-espinho	<i>Krameria argentea</i>	Krameriaceae	Massaroto, 2009;
Rúcula	<i>Eruca vesicaria</i>	Brassicaceae	Ungarelli, 2009; Fernandes, 2014;
Sabugueiro	<i>Sambucus australis</i>	Adoxaceae	Massaroto, 2009; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Salsa, Salse	<i>Petroselinum crispum</i>	Apiaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Almeida, 2010; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015;
Salsa-do-campo	<i>Smilax sp.</i>	Liliaceae	Massaroto, 2009;
Samambaia	<i>Pteridium esculentum</i>	Dennstaedtiaceae	Paim, et al., 2023
Sambaíba, Simbaíba, Sambaibinha	<i>Davilla elliptica</i>	Dilleniaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Silvestre, 2015; Cunha V., 2018; Souza L., 2018;
Sambaibão, Sambaibona	<i>Curatella americana</i>	Dilleniaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Sambaibinha-cipó	<i>Davilla rugosa</i>	Dilleniaceae	Araújo, 2014;

Sangra-d'água, Mangue-bravo	<i>Croton urucurana</i>	Euphorbiaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Rosa D.,2014; Silvestre, 2015; Paim, et al., 2023
Sangue-de-coco	NI 75	NI 61	Massaroto, 2009;
Sangue-de-cristo	<i>Sabicea brasiliensis</i>	Rubiaceae	Rosa D.,2014; Silvestre, 2015;
Santara, Santaura	<i>Deianira chiquitana</i>	Gentianaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015;
São-caetano	<i>Momordica charantia</i>	Cucurbitaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015;
São-gonçalo	NI 76	NI 62	Pereira; Almeida, 2011;
São-joãozinho, São-joão	<i>Hypericum perforatum</i>	Hypericaceae	Araújo, 2014;
Sassafrá, Sassafrás, Sassafráz	<i>Eremanthus elaeagnus</i>	Asteraceae	Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Saúde-da-mulher	<i>Acanthospermum sp</i>	Asteraceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016;
Seno	<i>Eriosema glabrum</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Seriguela, Siriguela	<i>Spondias purpurea</i>	Anacardiaceae	Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2019;
Serraia	<i>Sonchus asper</i>	Asteraceae	Silvestre, 2015;
Setedores, Sete-dor, Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Soares, 2019;
Siriema	NI 77	NI 63	Massaroto, 2009;
Soja	<i>Glycine max</i>	Fabaceae	Silva et al., 2015;
Sucupira, Sucupira-preta, Sucupira-da-mata	<i>Bowdichia virgilioides</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silva, 2013; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Sucupira-branca	<i>Pterodon emarginatus</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Soares, 2019; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Sucupira-da-serra	<i>Pterodon emarginatus</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Sucupira-do-cerrado, Sucupira-do-campo	<i>Pterodon emarginatus</i>	Fabaceae	Araújo, 2014;
Taboca	<i>Bambu actinocladum</i>	Poaceae	Paim, et al., 2023
Taboca	<i>Guandua paniculata</i>	Poaceae	Silvestre, 2015;
Taboca, Taquara	<i>Bambusa vulgaris</i>	Poaceae	Massaroto, 2009; Ungarelli, 2009; Souza R., 2022;
Taioba	<i>Xanthosoma taioba</i>	Araceae	Costa, 2013; Silvestre, 2015; Sousa, 2022;
Taipoca	<i>Tabebuia roseoalba</i>	Bignoniaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015;
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>	Fabaceae	Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Fernandes, 2014; Silvestre, 2015; Souza L., 2018; Fernandes, 2019; Sousa, 2022;
Tambô, Tambor, Pau-pente	<i>Terminalia actinophylla</i>	Combretaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Tamboril	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Ramidoff, 2022; Paim, et al., 2023
Tapioca	NI 78	NI 64	Massaroto, 2009;
Taquari, Taboquinha	<i>Andropogon virgatus</i>	Poaceae	Araújo, 2014;
Tatarema	<i>Tachigali sp.</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Ramidoff, 2022;
Tiborna, Tibornia	<i>Himatanthus drasticus</i>	Apocynaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Rosa D.,2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Timbó	<i>Serjania erecta</i>	Sapindaceae	Tiburcio; Valente 2007; Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2014; Costa, 2018; Souza L., 2018; Ramidoff, 2022;

Timbozinho	<i>Indigofera lespedezioides</i>	Fabaceae	Paim, et al., 2023
Tingui, Tinguí	<i>Magonia pubescens</i>	Sapindaceae	Tiburcio; Valente 2007; Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Silvestre, 2015; Rosa R., 2016; Ramidoff, 2022;
Tipi, Tipiu	<i>Petiveria alliacea</i>	Phytolaccaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Tiú, Teiú	<i>Jatropha elliptica</i>	Euphorbiaceae	Massaroto, 2009; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Fernandes, 2019; Soares, 2019;
Tiú-do-cerrado	<i>Dorstenia brasiliensis</i>	Moraceae	Paim, et al., 2023
Tomate, Tomate-comum	<i>Solanum lycopersicum</i>	Solanaceae	Ungarelli, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Fernandes, 2014; Silva et al., 2015; Silvestre, 2015; Fernandes, 2019;
Tomate-cereja, Tomatinho	<i>Solanum lycopersicum</i>	Solanaceae	Fernandes, 2019;
Tomba	<i>Cayaponia tayuya</i>	Cucurbitaceae	Massaroto, 2009;
Trançagem	<i>Plantago australis</i>	Plantaginaceae	Silvestre, 2015;
Trançagem, Tranchagem, Tançagem	<i>Plantago major</i>	Plantaginaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Soares, 2019;
Unha-de-boi	<i>Bauhinia divaricata</i>	Fabaceae	Araújo, 2014; Cunha V., 2018;
Unha-de-gato	<i>Dolichandra unguis-cati</i>	Bignoniaceae	Pereira; Almeida, 2011;
Unha-lagarfixa, Unha-de-lagartixa	<i>Dolichandra quadrivalvis</i>	Bignoniaceae	Silva, 2013; Silvestre, 2015;
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae	Silva et al., 2015; Silvestre, 2015;
Uva	<i>Vitis vinifera</i>	Vitaceae	Massaroto, 2009;
Vagem	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae	Fernandes, 2019;
Vaqueta	<i>Combretum duarceanum</i>	Combretaceae	Massaroto, 2009; Souza L., 2018;
Vara-de-rego	NI 79	NI 65	Araújo, 2014;
Vassourinha, Vassorinha	<i>Scoparia dulcis</i>	Plantaginaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015; Soares, 2019;
Velame, Velão	<i>Solanum cernuum</i>	Solanaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Araújo, 2014; Santos M., 2015; Rosa R., 2016;
Velame-branco, Velame-do-cerrado	<i>Macrosiphonia velame</i>	Apocynaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Rosa D., 2014; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Velame-vermelho	<i>Croton velame</i>	Euphorbiaceae	Massaroto, 2009; Silvestre, 2015;
Ventre-livre, Vento-livre	<i>Ocimum americanum</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Silvestre, 2015; Souza L., 2018;
Verdadeira	NI 80	NI 66	Massaroto, 2009;
Vergateza	<i>Galactia sp.</i>	Fabaceae	Massaroto, 2009; Silva, 2013; Araújo, 2014; Silvestre, 2015;
Vique, Vick, Viqui, Hortelã	<i>Mentha arvensis</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011; Santos M., 2015; Silvestre, 2015;
Vitamina, Tipo-de-Melão	NI 81	NI 67	Souza L., 2018; Fernandes, 2019;
Voltarem	NI 82	NI 68	Massaroto, 2009;
Xapechá	NI 83	NI 69	Massaroto, 2009;
Xique-xique	<i>Pilosocereus gounellei</i>	Cactaceae	Araújo, 2014;
Xoioiô, Xioio, Tioio	<i>Ocimum gratissimum</i>	Lamiaceae	Massaroto, 2009; Pereira; Almeida, 2011;